



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ISSN 0011-7641

Ano CIII – Nº 828 – 3º quadrimestre de 2015

BRIGADA PARAQUEDISTA 70 ANOS

OS PRISIONEÍROS DE GUERRA PARAGUAÍOS NO BRASIL p.5

ADLER HOMERO FONSECA DE CASTRO

MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES – O GAÚCHO QUE COMANDOU A FEB p.48

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

DEFESA CIBERNÉTICA NO BRASIL p.63

LUIZ EDUARDO SANTOS CERÁVOLO E WÁLFREDO BENTO FERREIRA NETO



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

A DEFESA NACIONAL

Editor

Eduardo Scalzilli Pantoja

Corpo Redatorial

Elias Rodrigues Martins Filho (presidente)

Valdir de Sousa

José Maria da Mota Ferreira

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima

Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista

Fernando Velôzo Gomes Perosa (relator)

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Praça Gen. Tibúrcio, 125

Praia Vermelha - Rio de Janeiro-RJ - Brasil

CEP 22290-270

Tel.: (21) 3873-3868

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação

Julia Duarte

juliaduarte@gmail.com

Impressão

Triunfal Gráfica e Editora

Direção, edição e distribuição

BIBLIX

Palácio Duque de Caxias

Praça D. de Caxias, 25 - 3º andar - Ala Marcílio Dias

Rio de Janeiro-RJ - Brasil - CEP 20221-260

Tel.: (21) 2519-5711 - Fax: (21) 2519-5569

www.biblix.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser enviados para a ECEME

e serão apreciados para publicação, sempre

que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (E) e 2,5cm (D), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

As referências, sob exclusiva responsabilidade dos autores, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos

será feita na Administração:

Tel.: (21) 2519-5715

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores - Primeiros Tenentes: BARTHOLOMEU RAINGER, ESTEVÃO LEITE DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

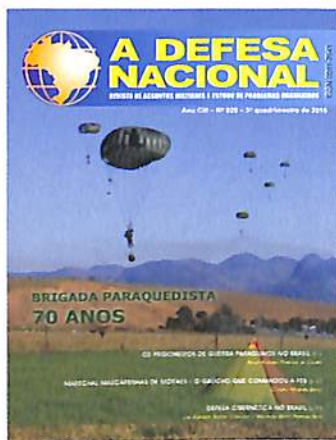
N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO Editorial: PANGE JORNALÍSTICA - O Exército e a organização do Exército - Subdivisão tática - A guerra - Comandos de grupo de artilharia em combate - A marcha automática do carro de artilharia - Táticas táticas na artilharia francesa - NÉSTOR BÉZIER - A parada de 7 de Setembro - Mudanças - O desenvolvimento progressivo do exército alemão - Reorganização da Força Armada - Documento assinado pelo Exército da Alemanha - Stereogramas - Avanço para a capital - O Exército alemão do "Quarto" - Quantos a margem - A Defesa Nacional - O ensaio da guerra dos Daimons sobre artilharia - A infantaria japonesa - Conclusões - BIBLIX - A Defesa Nacional - Os intermédios clássicos e a tradição antiga - Exércitos de guerra e sobre a terra - Para a arma de infantaria - Livros franceses e alemães

Fac-Simile da portada do N.º 1, Anno I - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL



NOSSA CAPA

Homenagem aos 70 Anos da
Brigada de Infantaria Paraquedista.

Fotos das capas: acervo da Cia Prec Pqdt

Diagramação: Julia Duarte

EDITORIAL



Prezados leitores,

No último mês de setembro, celebraram-se os 150 anos da rendição das tropas paraguaias que haviam invadido a província do Rio Grande do Sul e ocupado a cidade de Uruguaiana. A divisão paraguaia sob o comando do tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia havia ocupado a cidade gaúcha no dia 5 de agosto de 1865 e, após quase um mês de cerco das forças aliadas, aceitou a rendição em 18 de setembro. Um mês antes, o destacamento paraguaio do major Pedro Duarte, que operava paralelamente a Estigarribia na margem argentina do rio Uruguai, havia sido derrotado na Batalha de Yataí. Essas duas vitórias aliadas resultaram na captura de cerca de sete mil prisioneiros de guerra paraguaios, que, de acordo com as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança, foram repartidos entre os três países aliados. Pela primeira vez naquela guerra, o governo brasileiro tinha de lidar com o problema da custódia de grande número de prisioneiros de guerra.

No senso comum, a guarda de prisioneiros de guerra está associada aos campos de concentração utilizados nas duas guerras mundiais do século XX, mas quase nada se sabe sobre como funcionava a administração dos soldados capturados em combate no século XIX. A historiografia paraguaia sobre a Guerra da Tríplice Aliança chega a acusar os brasileiros de haverem escravizado os prisioneiros de guerra guaranis. Nesta edição de *A Defesa Nacional*, o artigo *Os campos de concentração do imperador: prisioneiros de guerra paraguaios no Brasil*, do professor Adler Homero Fonseca de Castro, apresenta um panorama da legislação adotada pelo Brasil imperial para o tratamento dos prisioneiros de guerra, destacando a postura humanista adotada pelo governo brasileiro e a real situação vivida por

oficiais e praças paraguaios mantidos como prisioneiros na Corte do Rio de Janeiro e nas províncias do Império.

O segundo artigo desta edição, *As violações de direitos humanos na evolução política nacional e a CNV*, do desembargador federal Reis Friede, faz um apanhado histórico do uso da violência na política brasileira, colocando o relatório da Comissão Nacional da Verdade dentro de um contexto mais amplo da vida nacional. A partir de dados concretos referentes a mortes provocadas por disputas políticas na História brasileira, o autor constata uma acentuada redução da violência na vida política brasileira, desde a independência até o período dos governos militares. Em suas conclusões, o desembargador Reis Friede constata que motivações ideológicas “contaminaram” a apuração pretendida pela Comissão da Verdade, e ressalta que, a despeito da efetiva ocorrência de injustificáveis violações de direitos humanos no período submetido ao exame da citada Comissão, “o período do denominado Regime Militar foi o menos violento da evolução política nacional”.

O major Gustavo Monteiro Muniz Costa nos traz o artigo *Uma força expedicionária do Exército Brasileiro*, no qual propõe que o Exército Brasileiro deve possuir uma força expedicionária capaz de atuar fora do território nacional em curto espaço de tempo, em conjunto com a Marinha e a Força Aérea. A partir da análise dos fatores elencados pela Doutrina Militar Terrestre para determinar a capacidade de uma tropa para cumprir determinada missão, o autor conclui que a Brigada de Infantaria Paraquedista é a grande unidade mais indicada para nuclear uma futura força expedicionária do Exército.

O coronel Cláudio Moreira Bento publica o artigo *Marechal Mascarenhas de Moraes*. Em seu peculiar estilo, o renomado historiador militar presta uma justa homenagem ao comandante da Força Expedicionária Brasileira na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, destacando-lhe o papel de “maior soldado da República”, mas também a grandeza da sua simplicidade.

A edição da Estratégia Nacional de Defesa em 2008 formalizou a definição de três setores estratégicos para a defesa nacional, sendo um deles o cibernético. O artigo *Defesa Cibernética no Brasil: distribuição de competências nas operações interagências*, do major Luiz Eduardo Santos Cerávolo e do capitão Walfredo Bento Ferreira Neto, debate a questão da distribuição de competências funcionais nas operações interagências que envolvem a defesa cibernética no Brasil. Os autores concluem que o controle do espaço cibernético é uma condição indispensável para o fortalecimento da soberania e para a concretização dos interesses do país no cenário político internacional.

Com esta edição, *A Defesa Nacional* encerra o editorial de 2015, na expectativa de que os temas trazidos a público por meio desta revista centenária representem uma fonte de desenvolvimento aos profissionais militares, mas também que estimulem o debate acerca dos temas referentes à Segurança e à Defesa Nacional, seja nas instituições militares, seja nos ambientes acadêmicos ou na sociedade.

Desejamos, enfim, que os nossos leitores desfrutem de Boas Festas e um Ano Novo repleto de conquistas, saúde e realizações.

Boa leitura para todos!

SUMÁRIO

OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DO IMPERADOR: PRISIONEIRO DE GUERRA PARAGUAIO NO BRASIL	5
<i>Adler Homero Fonseca de Castro</i>	
AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA EVOLUÇÃO POLÍTICA NACIONAL E A CNV	17
<i>Reis Friede</i>	
UMA FORÇA EXPEDICIONÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO	28
<i>Gustavo Monteiro Muniz Costa</i>	
MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES	48
<i>Cláudio Moreira Bento</i>	
DEFESA CIBERNÉTICA NO BRASIL	63
<i>Luiz Eduardo Santos Cerávolo</i>	
<i>Walfredo Bento Ferreira Neto</i>	

Os campos de concentração do imperador

Prisioneiros de guerra paraguaios no Brasil

Adler Homero Fonseca de Castro¹

A Guerra do Paraguai é colocada junto com outros do mesmo período — a Guerra Franco-Prussiana e a Guerra Civil Americana — como um “conflito de transição”, em que aspectos antigos, do século XVIII e da época napoleônica, tais como táticas arcaicas, uniformes elaborados e antigas noções de honra militar, conviviam com encouraçados, transportes ferroviários, armas de repetição e outras necessidades de uma guerra total, especialmente o recrutamento em massa e os combates indo muito além dos costumes cavaleirescos e ritualísticos do século XVIII. Nesses últimos, a colocação de um exército em uma situação insustentável ou a simples ocupação da capital resultavam na rendição do país. As guerras modernas são mais penosas, sendo conduzidas até a destruição ou incapacitação total do inimigo, com a rendição incondicional e ocupação de seu território, como seria a norma da maior parte dos conflitos do século XX.

Um dos aspectos que mostram essa característica de transição na Guerra do Paraguai é o tocante ao tratamento dos prisioneiros de guerra, com a observação

de que, neste texto, trabalharemos apenas com os prisioneiros que chegaram à retaguarda dos exércitos: durante a guerra, ambos os lados cometeram atrocidades no campo de batalha, mas essas, por sua própria natureza, são impossíveis de contabilizar.

Inicialmente, do ponto de vista legal, devemos lembrar que a primeira convenção sobre a condução de uma guerra foi a sobre o tratamento de feridos de guerra, de Genebra, datada de 1864, tendo sido assinada então apenas por potências europeias — a Argentina assinaria o texto em 1879, o Uruguai, em 1900, o Brasil, seis anos depois, e o Paraguai, um ano após o Brasil. Mais relevante, até 1899, data da 1ª Convenção de Haia, não havia limitações formais de como os prisioneiros de guerra deveriam ser tratados. Em tese, estes até poderiam ser assassinados a sangue frio, não havendo um impedimento legal para isso, pelo menos nos termos que nós, latino-americanos, estamos acostumados a pensar, de uma legislação formal, codificada e aprovada pelas autoridades competentes na forma de uma lei ou tratado internacional: no período da Guerra do

¹ Pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, curador de Armas Portáteis do Museu Militar Conde de Linhares, doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Paraguai, o único tratado internacional limitando as práticas de guerra adotado por um beligerante foi a *Declaração Renunciando ao uso, em tempo de guerra, de projéteis explosivos abaixo de 400 gramas de peso*, a Convenção de São Petersburgo, de 11 de dezembro de 1868, que foi seguida pelo Brasil. Curiosamente, ela levou ao abandono de 30 canhões Whitworth de uma libra, que eram usados pela Marinha e pelo Exército imperiais nos combates do Paraguai, mas cujos projéteis não se adequavam aos termos do acordo.

Entretanto, dizer que a guerra era sem limites é uma visão simplificadora, pois, se não havia uma legislação ou acordos explícitos, a forma como os prisioneiros *deveriam* ser tratados já era assunto de um corpo de normas de conduta bem conhecido e seguido — eram os “costumes da guerra”, como reconhecido na própria convenção de Haia de 1899, que tem o seguinte título: “Convenção a respeito das leis e costumes da Guerra em terra.” E os costumes tinham evoluído ao longo dos anos: no século XVII, no Brasil, sequer a vida dos capturados estava garantida — foi feito um acordo sobre eles, e esse mesmo previa que poderiam ser executados após um mês, se não fossem resgatados pelos adversários. Entretanto, depois da crueldade dos combates da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), o tratamento dos capturados em combate evoluiu muito, havendo a ideia básica de que não havia razões para a guerra ser cruel. Aqueles que tinham sido aprisionados deveriam ser tratados de forma relativamente compassiva, podendo até ser trocados por outros,

ou os oficiais ficarem em liberdade ou até serem repatriados, desde que dessem sua palavra de que não iriam fugir ou voltar a combater até que fossem formalmente “trocados” por outros oficiais.

Mesmo os soldados que ficavam efetivamente aprisionados não eram vistos como estando numa situação ideal, no modo de ver da época. Isso em parte se devia à forma de pensar do período, que não via o encarceramento como um castigo: naqueles tempos, deter os alistados em seus próprios quartéis não era incomum, para evitar a deserção. O próprio confinamento de criminosos comuns em prisões não era usual, o sistema judicial sendo muito mais direto: o castigo corporal era a forma usual de punição até meados do século XVIII. Isso é bem visível no próprio código penal militar do Conde de Lippe, de 1762, mas ainda válido no Brasil na época da Guerra do Paraguai. Este, em seus 29 artigos, previa apenas quatro penas: expulsão em duas situações (apenas para oficiais), morte em onze crimes, trabalhos forçados com grilhões nas fortalezas em sete casos, havendo ainda quatro situações de crimes “leves”, em que o preso deveria ser castigado com pancadas de espada de prancha. Ou seja, a simples perda da liberdade não era vista como uma punição, daí que as infectas prisões ou presingangas (naus prisões) não fossem consideradas como um castigo, apesar de a vida nelas ser, pelos padrões de hoje, um suplício.

A mentalidade da época tinha suas consequências: no Brasil, ao invés de se manterem os prisioneiros de guerra “ocio-

sos” em campos de prisioneiros, havia a prática de usá-los para completar as tropas, como aconteceu com os portugueses na Guerra de Independência ou com os revolucionários da Cabanada, Farroupilha e Sabinada. Isso certamente era econômico para o governo, pois não se faziam gastos com esses homens sem que eles trabalhassem. Por outro lado, era extremamente perigoso, pois se colocavam pessoas descontentes com o regime para defendê-lo, às vezes com resultados muito negativos: jornais questionavam a lealdade dos prisioneiros portugueses alistados à força no Rio de Janeiro, o que se comprovou verdade no combate naval de 4 de maio de 1823, na Bahia, onde tripulantes lusitanos de navios do Império se recusaram a disparar os canhões contra seus compatriotas. Mais tarde, revolucionários cabanos, alistados à força, assassinariam o comandante do Forte de Tabatinga, desertando em massa para o Peru. Mais grave foi o caso do Forte de Araçatuba, guarnecido em parte por antigos participantes da Sabinada, que se revoltaram e entregaram o forte aos farroupilhas que atacavam Santa Catarina.

De qualquer forma, em meados do século XIX, esse ainda era o ideal no tratamento de prisioneiros de guerra, uma forma cortês e, até onde possível, cavalheiresca, pelo menos em tese e com relação aos oficiais, enquanto os soldados eram vistos mais ou menos como recursos a serem explorados. De qualquer maneira, essa visão de guerra não se aplicava apenas aos capturados em combate, mas também à própria forma de se travar a guerra, que não

deveria ser cruel ou dirigida aos povos e sim aos dirigentes de cada país: o nome oficial da Guerra do Paraguai no Brasil é bem representativo disso, pois é a “Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai”. A distinção reside em que, pelo menos no plano das intenções, a população civil não deveria ser incomodada pelas operações de guerra.

De fato, as medidas iniciais tomadas por Brasil e Paraguai seguem essa linha; no plano das intenções, os prisioneiros não deveriam ser maltratados, sendo alojados e alimentados adequadamente. Devia-se até pagar o salário aos prisioneiros, de acordo com sua patente, os cativos podendo ser usados em trabalhos, mas sem os colocar em risco e sem os obrigar a uma situação em que poderiam ter que comprometer sua honra. É bem verdade que esses princípios não podiam ser considerados como universais no conflito, visto que os governos do Uruguai e da Argentina seguiram outro caminho, pelo menos com relação aos soldados. Enquanto os oficiais ficaram livres sob palavra, isto é, faziam um juramento de que não procurariam fugir, os praças foram incorporados às tropas argentinas e uruguaias, com resultados muito ruins, deve-se dizer, pois os paraguaios obrigados a servir desertavam na primeira oportunidade, como seria de se esperar.

No Paraguai, a situação dos prisioneiros também mudou com relação aos ideais cavalheirescos iniciais, degradando-se de forma muito rápida. Os soldados pararam de ser pagos, os soldados também deixaram de receber roupas ou alimenta-

ção adequadas, sendo também mantidos em situação perigosa, muitos deles trabalhando nas fortificações de Humaitá, onde poderiam ser vitimados pelo fogo da artilharia aliada, o que os costumes da guerra recomendavam que não fosse feito. Mais tarde, os prisioneiros chegaram a ser submetidos a torturas — o capitão prussiano Von Versen descreveu bem a situação de sofrimento dos prisioneiros em mãos de Lopez, sendo que Masterman, um médico inglês a serviço do governo do Paraguai, informa que de 1.500 a 2.000 desses foram massacrados por ordem do ditador, quando não puderam ser removidos de Humaitá. Na verdade, o número de sobreviventes entre os aprisionados pelos paraguaios foi muito reduzido, um sinal precursor de como agiriam os estados totalitários do século XX. Japão, Alemanha e URSS agiriam com relação aos prisioneiros de guerra da mesma forma: os nazistas mataram 57% de todos os soldados soviéticos capturados; por sua vez, 37% dos alemães aprisionados morreram nas mãos do exército vermelho, números que ilustram uma situação que não está longe de como o governo do Paraguai se comportou para com os prisioneiros aliados.

No caso do Brasil, a forma de tratar os oponentes aprisionados não se alterou muito em função do que era previsto no início da guerra — e quando mudou, foi para melhor, para eles. O país não tinha experiência no trato de estrangeiros capturados, as naus presigangas, onde as condições de vida a bordo eram muito ruins e que tinham sido usadas para abrigar os argentinos e uruguaios da Guerra

da Cisplatina, deixaram de ser usadas na década de 1840. Considerando o grande número de prisioneiros paraguaios feitos desde o início da guerra, era necessário buscar uma forma de resolver a questão, o que foi sendo feito aos poucos.

Em termos de decisões oficiais, no dia 16 de agosto de 1865, enquanto as forças brasileiras ainda estavam na defensiva dentro do Rio Grande do Sul, o imperador Pedro II baixou ordens para as tropas no sentido de que não só fosse dado o tratamento normal aos soldados capturados, “mas ainda se esforcem por suavizar-lhes a sorte, dispensando o melhor acolhimento possível”. O imperador continua:

que se proceda do modo o mais rigoroso contra toda aquela autoridade, oficial ou praça que, por ventura, esquecido da própria dignidade e das leis da guerra entre os povos civilizados, deslustre e manche o uniforme que veste, injuriando, maltratando, expoliando ou deixando de respeitar a infelicidade e a vida dos seus prisioneiros. [NR: texto original preservado.]

Pode parecer tristemente irônico, mas tal ordem foi publicada no dia anterior à batalha de Yataí, onde houve um grande massacre de paraguaios, feito por tropas comandadas pelo presidente uruguaio Venâncio Flores, entre as quais se incluía uma brigada brasileira.

De qualquer forma, a necessidade de normas resultaria em uma reunião do Conselho de Estado em 6 de dezembro de 1865, com uma série de recomendações sobre o tratamento de prisioneiros, que foram transformadas em normal legal

pelo aviso (ordem) do ministro da Guerra, datado de 25 do mesmo mês e publicado na ordem do dia nº 493, de 10 de janeiro de 1866, definindo as regras que seriam aplicadas aos prisioneiros de guerra. As normas baixadas pelo ministro, eram, em resumo, as seguintes:

1 – Só militares poderiam ser considerados como prisioneiros de guerra. Não combatentes, como médicos, enfermeiros, civis, operários etc. não poderiam ser aprisionados, podendo, contudo, ser retirados da zona de combate. Isso se aplicou a um ministro, quatro padres, quatro estudantes e oito telegrafistas, removidos do Paraguai, passando a receber seus salários no Império.

2 – Os prisioneiros, com exceção dos oficiais sob palavra, seriam retirados do teatro de operações. Ao longo da guerra, essa regra foi relaxada, estendendo-se a liberdade sob palavra aos soldados, a maior parte desses optando por prometer não combater e permanecer no Paraguai, como colocado no “Diário do Exército” de 1869:

quase todos os paraguaios, colhidos com as armas nas mãos e deixados sob palavra em terrenos da república, portam-se bem e entregam-se exclusivamente a diversos empregos ou aos seus negócios particulares. A animação comercial que a cidade de Assumpção vai todos os dias ganhando e dá-lhe movimento até hoje desconhecido, permite a esses homens bastante comodidade de vida, além da natural transmissão de ideias que os desligam para sempre do partido do ditador Lopez, de maneira que suas aspirações são completamente adversas às do anormal restabelecimento do antigo regime.

[NR: texto original preservado.]

Opinião que é reforçada por uma fonte não oficial, uma carta escrita por um simples soldado a sua mãe:

O Lopez está hoje em Serro Leão, com muito pouca gente, cerca de 2.000 homens, velhos e crianças, na opinião de muita gente a guerra está finda; os Paraguaiois prisioneiros estão nossos amigos, andam soltos e vão trazendo suas famílias para aqui que andavam foragidas pelos matos, esta cidade estava desprezada pelas famílias, e deixavam muitas fortunas, está tudo guardado.

[NR: texto original preservado.]

Esses soldados e oficiais que permaneciam em liberdade no Paraguai recebiam os uniformes que o regulamento previa, o autor deste texto tendo encontrado documentos sobre remessas de material para oito mil deles em 1869.

3 – Os oficiais, sob palavra, tinham liberdade de se mover nas cidades onde estavam “detidos”, podendo morar onde desejassem, frequentar teatros e outras diversões. A única obrigação que tinham era a de se apresentar uma vez por semana no Rio de Janeiro, isso sendo feito aos sábados, no quartel-general do Exército. Pelos dados disponíveis, parece que somente seis oficiais preferiram residir em um quartel do Exército, no caso, no 1º Regimento de Cavalaria, perto do Palácio Imperial, em São Cristóvão; os outros providenciaram seus próprios arranjos de residência. A liberdade dos oficiais era tal que se lhes permitia, por exemplo, “pedir transferência”, como foi o caso do capitão Antônio Gonzáles. Este, alojado no Rio de Janeiro, solicitou autorização para ir re-

sidir em Santa Catarina — local onde se encontrava a maior parte dos oficiais aprisionados —, o que lhe foi concedido pelo ministro da Guerra.

4 – Os prisioneiros, sob palavra, ficariam sob vigilância da autoridade militar ou do delegado de polícia da cidade onde residiam. A quebra de palavra significava que o oficial perjuro seria considerado indigno de sua patente, devendo passar a ser tratado como praça e ser recolhido a “uma prisão segura” ou fortaleza. Para efeito de comparação, na Revolução Farroupilha, o governo rebelde baixou o decreto de 8 de fevereiro de 1839, determinando que os oficiais legalistas capturados que quebrassem sua promessa e voltassem a combater deveriam ser fuzilados — uma prática comum em outros países, nesses casos.

5 – Os prisioneiros poderiam manter correspondência, sendo que esta estaria sujeita a censura se fosse enviada para fora do Império, um artigo extremamente liberal, já que previa a privacidade de correspondência *dentro* do Brasil, um imenso risco em termos de segurança. Isso, no final, não foi um problema, pois a correspondência para o Paraguai foi muito limitada durante o conflito, mas a possibilidade de troca de cartas — e até encomendas — existia: em abril de 1866, o cônsul do Uruguai no Rio de Janeiro, agradece ao ajudante-geral, oficial responsável pelas questões de pessoal no Exército, inclusive os prisioneiros de guerra, por poder visitar um prisioneiro de seu país, de nome Salvañach, e enviar-lhe um caixote de frutas de seu país. Na verdade, o caso

de Salvañach chega às raias do absurdo, pois o cônsul teve que escrever ao ministro da Guerra pedindo que o caixote fosse aberto e inspecionado pelos guardas da fortaleza, pois o comandante de lá considerava essa inspeção uma descortesia!

6 – Os oficiais presos poderiam ter ordenanças — há um estranho caso em que um prisioneiro, de nome “Ribarola”, ao ser enviado de volta ao Paraguai, levou um escravo seu, também capturado no Paraguai, que era sua ordenança. Ficamos com a dúvida: como ficaria a situação desse cativo, já que o Conde d’Eu tinha abolido a escravidão no Paraguai?

7 – Era explicitamente vedada a incorporação de prisioneiros ao Exército Brasileiro, mesmo quando se apresentassem como voluntários. Um grande avanço com relação às práticas anteriores, sendo uma das justificativas para a recusa do Brasil em aceitar os serviços da Legião Paraguaia — opositores ao regime de Lopez que formaram uma unidade combatente contra o regime paraguaio. Essa força, durante a guerra, combateu sob o comando argentino.

8 – Os feridos seriam tratados do mesmo modo que os oficiais e soldados brasileiros, o que foi feito, havendo registros de tratamento de prisioneiros no Hospital do Exército, no Rio de Janeiro.

9 – Havia a previsão de troca de prisioneiros, mas essa nunca foi feita.

10 – Para a acomodação dos prisioneiros, seriam criados campos de concentração, lembrando que usamos o termo no seu sentido estrito, sem a conotação que foi dada a ele pela imprensa após a 2ª Guerra,

que faz confusão com os campos de extermínio nazistas. Esses campos, na época, eram chamados de “depósitos de prisioneiros”, como era a prática portuguesa, e ficariam sob o comando de oficiais reformados, do estado-maior de 2ª Classe ou, até mesmo, de inferiores (praças), de acordo com o número de internos. A ideia era, evidentemente, evitar o uso de oficiais combatentes numa função que não era vista como estritamente necessária à condução da guerra.

Na verdade, apesar de haver paraguaios espalhados por pelo menos doze locais no Rio de Janeiro, com até 196 internos, assim como 246 homens em seis províncias, houve apenas um depósito de prisioneiros com esse nome no país, o da Fortaleza de São João, que chegou a abrigar, no final da guerra, 1.565 soldados.

Esse local foi escolhido com cuidado, pois ali havia acomodação para um grande número de soldados — a guarnição nominal da fortaleza era de 806 soldados, havendo ainda os alojamentos da Escola de Aprendizes Artilheiros, transferida para a Escola de Tiro de Campo Grande durante o conflito, e do Asilo de Inválidos, que funcionava ali até 1868. Além disso, a fortaleza estava sendo reconstruída, não havendo risco de uma possível revolta de prisioneiros usar os canhões da posição contra a cidade. Finalmente, o local era uma península isolada da cidade, só podendo ser alcançada por barco, dificultando a fuga.

11 – No Depósito de Prisioneiros, a rotina prevista não era muito diferente da que vemos em filmes de guerra: havia

uma guarnição de vigilância, no caso, soldados da Guarda Nacional, já que a tropa normal da fortaleza fora enviada para lutar no Paraguai. Havia a previsão de que, para cada cinquenta prisioneiros, deveria haver um guarda — curiosamente, bem menos os norte-americanos previam para cuidar dos campos de prisioneiros na Segunda Guerra: um guarda para nove prisioneiros —, só que, numa época em que havia armas de repetição e automáticas para a vigilância dos campos, mostrando que aqui não havia uma grande preocupação com a questão da segurança, uma atitude que se mostrou justificada ao longo da guerra, pois os paraguaios se comportaram bem no Brasil.

No caso do Depósito de São João, em tese, os guardas seriam apenas trinta soldados de vigilância, mas, na verdade, sabemos que a guarnição da fortaleza era um pouco maior, de perto de oitenta homens em 1866. Se usássemos os números norte-americanos, deveriam ser 200 guardas. Havia duas chamadas diárias dos prisioneiros, uma pela manhã e outra ao recolher. O interno que faltasse a uma delas poderia ser recluso por até cinco dias no próprio Depósito. Os delinquentes considerados como incorrigíveis, tanto nas chamadas, como em outras faltas, poderiam ser removidos para uma prisão mais rigorosa: no caso do Rio de Janeiro, esta era a Fortaleza da Laje, um local extremamente desconfortável — tanto para os prisioneiros como para a própria guarnição brasileira.

12 – Os paraguaios estavam sujeitos às leis militares, da mesma forma que os

soldados brasileiros, mas aqui havia aqui uma contradição nas instruções sobre os prisioneiros. A legislação penal militar em vigor no Brasil era arcaica e, por isso, severa: o castigo para delitos leves era a aplicação de cinquenta golpes com a espada de prancha. Contudo, isso iria contra o espírito de se tratar bem os paraguaios *ou* as penas previstas nas instruções, que eram apenas de reclusão em uma fortaleza. Apparently, o uso de castigos corporais foi nulo no Depósito, um avanço que infelizmente não se refletiu com relação ao Exército Brasileiro: as penas corporais só seriam abolidas cinco anos depois do fim da guerra e, mesmo assim, de forma mais teórica do que prática. De qualquer forma, é claro que os prisioneiros paraguaios tinham um tratamento penal mais brando do que teria um soldado brasileiro que cometesse um delito qualquer.

13 – Tal como era o costume da guerra — e ainda consta da Convenção de Genebra —, havia a previsão de se usarem as praças inimigas capturadas como mão de obra em obras públicas ou particulares: no início da guerra, os paraguaios foram distribuídos entre fazendeiros no Rio Grande do Sul, mas a medida não deu certo, provavelmente por causa de abusos dos proprietários de terra. Em dezembro de 1865, certamente em função do regulamento de prisioneiros, se mandou recolher os paraguaios que estavam trabalhando em fazendas no Sul, e os soldados foram remetidos ao Rio de Janeiro, enquanto os oficiais foram para Santa Catarina.

No Rio de Janeiro, os detentos foram apenas empregados em serviços públicos,

a não ser em exceções bem específicas. O que é notável nas normas dos prisioneiros é que estas previam que aqueles empregados em trabalhos, além de receberem seus soldos, teriam direito a uma gratificação. No Rio de Janeiro, esta era de 500 réis por dia, no mínimo — o equivalente a 8,62 dólares de hoje, usando a conversão do custo de vida histórico —, o que era um pouco mais de cinco vezes o que um soldado brasileiro recebia de soldo diário, 90 réis ou 490 réis antes dos descontos por alimentação (etapa). Aqui, fazemos um pequeno aparte para dizer que a etapa dada aos prisioneiros seguia as mesmas normas do Exército Brasileiro. Desta forma, um paraguaio empregado em serviços públicos teria direito a um pagamento de 990 réis. É verdade que disso lhe seria descontada a etapa, mas, mesmo assim, ele, no final receberia um pagamento maior do que um soldado brasileiro!

Esse privilégio, o uso dos prisioneiros em trabalhos externos, foi muito amplo: encontramos menções a 33 empregados na Fábrica de Foguetes, construindo um ramal ferroviário; 22 no Arsenal de Guerra; 49 na Escola Militar; 32 no 1º Regimento de Cavalaria, onde ficavam alojados os oficiais paraguaios; 23 no quartel de Polícia; 10 na Fábrica de Armas; 85 no Asilo de Inválidos da Pátria; 100 no Arsenal de Marinha e 196 na Escola de Tiro/Escola de Aprendizes Artilheiros. Junto com os serviços públicos, em 1869, foi autorizado que a Estrada de Ferro Pedro II contratasse 50 paraguaios para trabalhar na construção de um trecho da ferrovia, e foram emitidas nada menos do que 272

autorizações para prisioneiros trabalharem por conta própria — uma percentagem razoável dos 2.183 paraguaios detidos no Rio de Janeiro. Os únicos que não tinham essa possibilidade de trabalhar eram aqueles que vinham do Paraguai “com recomendação”, ou seja, com uma anotação qualquer em sua ficha de prisão, como os acusados de espionagem.

Além da liberdade de poderem exercer trabalho externo, os detentos tinham a possibilidade de estudar o que quisessem, e o Império montou, no Depósito de Prisioneiros, uma escola de ensino primário para os paraguaios que não sabiam ler e que queriam estudar. Esta teve, com 180 matriculados, o funcionamento acompanhado pelo próprio imperador, que a visitou em algumas ocasiões, devido a seu interesse pela educação primária — a idade média dos alunos era de 14 anos, e três deles tinham apenas dez.

Voltando ao regulamento dos prisioneiros, uma exceção à norma foi feita para aqueles que trabalhavam por sua conta: estes não precisavam dormir no Depósito, só tendo de se apresentar uma vez por semana, aos sábados, tal como os oficiais faziam. Na verdade, há indícios de que, mesmo os que trabalhavam nas instituições do governo, não ficavam necessariamente alojados em quartéis: no inventário das posses do soldado José Triphon Leivas, que faleceu no Hospital Militar, mas estava sediado no Asilo de Inválidos, foi registrado que ele morava sozinho em uma choupana e que, entre seus bens, além de peças de uniformes fornecidos pelo Brasil, havia roupas civis e recibos no valor de 112.000

réis (cerca de 950 dólares de hoje), uma quantia elevada para o período. Ou seja, apesar de prisioneiro, empregado em um serviço público, ele teve condições para ter uma vida independente — e lucrativa. Esse ponto merece destaque: a convenção de Haia de 1899 já previa que os prisioneiros deveriam receber pagamento por seus trabalhos, mas isso é uma determinação problemática, já que os prisioneiros podem usar esse dinheiro para fugas. Para evitar isso, os Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial, pagavam os prisioneiros em vales, que só podiam ser resgatados nas cantinas dos próprios campos de prisioneiros. Obviamente, um sistema muito menos generoso, porém mais seguro do que o adotado no Brasil Império.

14 – Um último detalhe que consideramos interessante em termos do cotidiano desses prisioneiros é que o regulamento determinava que eles deveriam usar uniforme: bonés de polícia ou chapéus, túnica (blusa) e calças de lã azul escura com listas vermelhas no peito e na calça, no inverno, e de brim branco, no verão, gravata, camisas, meias, lenços, ceroulas, sandálias, sapatos e mantas, tudo fornecido pelo governo. O valor dessas peças era descontado dos vencimentos dos paraguaios nos mesmos valores que eram debitados aos soldados brasileiros. Sabemos que esses uniformes eram fornecidos: na verdade, as localizações dos prisioneiros na cidade que mencionamos anteriormente foram obtidas de relações de fornecimento de fardas aos prisioneiros. Os conjuntos de roupas dados pelo governo brasileiro chegaram a ser mais completos

do que o regulamento de prisioneiros previa, incluindo, como mencionamos, mantas, ceroulas, lenços, chapéus e chinelos, não mencionados no texto original, enquanto outros itens, como as túnicas com “peitos encarnados”, aparentemente foram substituídos por itens menos rebuscados: as últimas entregas de blusas de peitos encarnados que encontramos — 1.068 peças — foram feitas em 21 de outubro de 1868. Deve-se observar, entretanto, que o motivo para não termos encontrado outras remessas talvez se deva ao fato de que a duração oficial das túnicas era de dois anos, o vencimento das fardas coincidindo com o final da guerra.

Um detalhe do fornecimento das fardas que nos chamou a atenção, pelas inferências culturais que permite perceber, foi o fornecimento de sapatos e chinelos: a bibliografia tradicional diz que, no Paraguai, não se usavam sapatos por motivos culturais, o que não parece ser o caso, pois o governo brasileiro não relutou em fazer essa despesa, continuada, com os prisioneiros. E, ainda do ponto de vista cultural, os sapatos não devem ter sido apenas fornecidos, mas usados, os paraguaios gostassem ou não deles, pois não encontramos reclamações sobre paraguaios sem uniforme e, no Brasil, o uso de sapatos certamente tinha suas implicações culturais, pois somente os escravos andavam descalços.

De qualquer forma, independentemente dos problemas que ocorreram no Paraguai durante a guerra, podemos dizer que os presos no Brasil não tinham razões para reclamar. O Império fez um

esforço para devolver todos os prisioneiros para seu país passados uns poucos meses do fim das hostilidades; o Depósito de Prisioneiros não mais existia em 1871. Alguns soldados pediram para permanecer no Brasil, argumentando que “não lhes restavam nenhum parente e bens” em seu país. Nos casos que encontramos, esses requerimentos eram aprovados para os requerentes que tinham bom comportamento. Aparentemente, nem todos seguiram o caminho legal para permanecer no Rio de Janeiro, pois, ainda em 1870, dois outros paraguaios foram presos na Casa de Detenção por crimes menores. Por terem ido para a prisão comum, sabemos que eles não mais eram internos no Depósito de Prisioneiros, mas não encontramos registros de pedidos deles para ficar no Brasil. Devem ter simplesmente “desertado” do Depósito, o que certamente não era nada difícil, dada as precárias condições de segurança, criadas pelas licenças para trabalho.

Bom, até este momento, trabalhamos com as informações disponíveis em arquivos sobre os prisioneiros. Uma visão mais crítica poderia dizer que “é tudo mentira”, pois baseamo-nos em documentos oficiais brasileiros. Para mostrar que não estamos exagerando, podemos, contudo, recorrer a palavras de paraguaios que foram aprisionados no Brasil.

Um primeiro relato, o do coronel Silvestre Aveiro, é muito sucinto, dizendo apenas que “me embarcaram para o Rio de Janeiro, e voltei ao Paraguai em cinco meses, chegando em Assunção em dezembro de 1870”. Só podemos dizer

que essas poucas linhas, pelo menos, mostram que não havia motivos de reclamações do coronel quanto a sua estada no Brasil. Bem mais completo é o relato de José Falcon, também capturado no final da Guerra, junto com o já citado coronel Aveiro e outros oficiais, inclusive os generais Resquín e Caballero. Estes foram recolhidos a Humaitá, onde, segundo Falcón, foram-lhes dados dois serventes paraguaios e algum dinheiro, que podiam usar para fazer compras no comércio existente na fortaleza. Passados alguns dias, foram embarcados em um navio fretado, o *São José*, que também trouxe o 1º Batalhão de Infantaria para o Rio de Janeiro. Nessa viagem, a reclamação feita pelo paraguaio foi o fato de que, passada uma semana, lembraram de colocar uma sentinela na porta de seu camarote, como se isso fosse um fato notável! Mesmo assim, o autor menciona que “a companhia dos comandantes e oficiais brasileiros, que em número de noventa e dois, levávamos em nosso vapor São José, não deixa de ser agradável”, ou seja, os prisioneiros não ficavam confinados, podendo socializar com os brasileiros a bordo. Mesmo assim, Falcón reclama que não o deixaram desembarcar em Montevideu, como se isso fosse um direito de um prisioneiro de guerra. De qualquer forma, ao chegar a Florianópolis, os prisioneiros desembarcaram e foram, junto com os oficiais brasileiros, conduzidos ao “hotel dos Paquetes”, no centro da cidade, onde “fomos obsequiados com uma mesa opípara [suntuosa] para almoço, juntamente com os comandantes e ofi-

ciais que nos acompanhavam”. Em sua estada, os paraguaios visitaram o governador e, por sua vez, receberam a visita de oficiais paraguaios residentes na cidade, inclusive o coronel Estigarribia, que tinha se rendido em Uruguaiana, em 1865: uma visita que não foi bem recebida por aqueles que tinham feito os cinco anos de guerra, ao contrário de Estigarribia.

Chegados ao Rio de Janeiro, Falcón não deixa de estranhar a notícia que lhe foi dada no Ministério da Guerra, de que ficariam livres na cidade e que poderiam procurar um local para viver, só devendo comunicar o endereço assim que o conseguissem — no caso, ficaram em um hotel na Rua São Francisco de Paula, no centro da cidade. Poucos dias depois, os prisioneiros apresentaram seu pedido de soldo — este seria pago depois de um mês de residência na cidade, mas Falcón pediu uma audiência ao Imperador, que foi concedida, para obter um adiantamento nos seus vencimentos de prisioneiro. Na verdade, em uma segunda audiência, o paraguaio reclama que o Imperador não resolvera seu problema, deixando o assunto ao ministro da Guerra, esquecendo-se que o Brasil era, nos termos da época, uma democracia, diferente do Paraguai, onde a palavra de Lopez era a lei.

As semanas seguintes foram gastas por Falcón fazendo turismo pela cidade, conhecendo os principais atrativos do Rio de Janeiro, suas igrejas, o passeio público, Jardim Botânico, Museu Nacional, Senado e até a Escola Militar e o Arsenal de Marinha, instalações militares que não

foram vedadas ao exame do paraguaio. Nesse ponto, apenas por curiosidade, citamos a descrição de Falcón sobre o Rio de Janeiro:


tem esta cidade muitos lugares de recreação, tanto no porto como no interior. É muito extensa, estando muito povoada com magníficos edifícios e templos, cujas cúpulas e torres são muito altas e nos encantam. As ruas são todas pavimentadas e a noite iluminadas a gás.

O ruído que fazem as milhares de carruagens e diferentes tipos de carroças é atordoador e esse tráfego é perigoso, particularmente nas ruas estreitas, sendo preciso andar com muito cuidado.

A grande reclamação do paraguaio era o fato de ser mantido prisioneiro depois do fim da guerra, mas, no dia 14 de outubro, embarcou de volta para o Paraguai, junto com outros 300 soldados e oficiais paraguaios. O que é importante é que uma fonte paraguaia da época confirma, em linhas gerais, que o tratamento dado aos prisioneiros seguia as normas estabelecidas pelo governo brasileiro.

Esse é um sumário da situação dos prisioneiros de guerra no Rio de Janeiro. cremos que esse artigo não acrescenta muito ao que já foi publicado em outros textos. Contudo, nossas pesquisas apontam que o aparentemente utópico regulamento de prisioneiros, que sempre nos pareceu excessivamente leniente, foi de fato implantado em sua totalidade no Brasil, e isso, em nossa opinião, marcaria um momento que pode ser visto como arcaico, quando os conflitos estavam se tornando cada vez mais ferozes e cruéis.

Por outro lado, como dissemos, a guerra pode ser vista como um conflito de transição. Se o Brasil agiu de forma que lembra os ideais humanistas do século XVIII, de como uma guerra *deveria* ser conduzida, o Paraguai tomou uma atitude decididamente “moderna”, mas não humana: a forma como os prisioneiros aliados foram tratados, a ponto de serem massacrados em Humaitá, como já citado, lembra a forma como a guerra total seria conduzida pelos estados totalitários do século XX.

Não era uma questão cultural, mas de governo. Isso é evidente na maneira como os prisioneiros paraguaios viviam no Rio de Janeiro: do incrível estoicismo do soldado daquele país em obedecer a uma ditadura sanguinária. Uma vez no Império, os prisioneiros se comportavam de forma exemplar, se integrando à vida social com liberdade, sem criar problemas. Isso, hoje em dia, parece estranho, pois os militares são instruídos a não colaborar com o inimigo, procurando fugir e não dando a palavra: a ideia sendo obrigar o inimigo a gastar recursos com sua vigilância, que de outra forma poderiam ser usados na guerra, o que não foi um problema em 1865-1870. A guerra ainda estava em evolução, mostrando que abusos, como ainda vemos hoje em prisões no Afeganistão, não são necessários e talvez sejam contraprodutivos. Reproduzindo o que escreveu o visconde de Taunay e usando uma citação mais recente, é positivo ganhar os corações e mentes dos inimigos, pois isso os “desligariam para sempre do partido do ditador”. Foi isso o que o Império tentou fazer. 

As violações de direitos humanos na evolução política nacional e a CNV

Reis Friede¹

Introdução

Criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) tinha a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1946 a 1988), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

São inúmeros os exemplos históricos de graves violações aos direitos humanos nas diversas nações, particularmente nos momentos de instabilidade institucional, próprios dos períodos de crise ou transição política. Isso porque é fato que nenhum país conseguiu atingir a plena e verdadeira democracia sem passar por (e suplantar) traumas. Foi assim com a Inglaterra (Revolução Gloriosa – 1688 a 1689), com a França (Revolução Francesa – 1789) bem como com os EUA (Guerra Civil – 1861 a 1865).

O Brasil não fugiu a esse padrão histórico. Sua evolução política é pontuada por tensões e conflitos políticos nos quais a violência, em suas diversas manifestações, esteve sempre presente. Neste particular, destacam-se a Independência, a consolidação do Império (em especial o Período Regencial), a consolidação da República, o período a partir da Revolução de 1930 e o denominado Regime Militar.

Desse modo, o presente artigo utilizará, entre outros, os dados fornecidos pelo detalhado trabalho da CNV para situar as graves violações dos direitos humanos estudadas no contexto histórico brasileiro. Para cumprir esse desiderato e sem a pretensão de estabelecer cognição exauriente acerca de tão complexo tema, foi eleito o fator *óbito* como variável básica de comparação entre os vários parâmetros que caracterizam violações aos direitos humanos. Tal opção se justifica em vista da maior disponibilidade deste dado na literatura que dimensiona a violência ao longo da evolução política brasileira.

¹ Desembargador Federal, vice-presidente do TRF2 e ex-membro do Ministério Público; mestre e doutor em Direito pela UFRJ, professor titular da Universidade Veiga de Almeida; autor de várias obras, dentre as quais se destacam *Ciência Política e Teoria do Estado*, BIBLIEx, 2015 e *Revisão da Lei de Anistia: um contraponto*, Ed. Ciência Moderna, 2015.

Graves violações dos direitos humanos x violência

Ratificada em 10 de dezembro de 1948 (Resolução 217 III), em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem servido de base para extensa literatura e para diversos tratados acerca dos direitos humanos em diversos fóruns internacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse diploma, elaborado ao final da Segunda Guerra Mundial, se constitui em marco na história dos direitos humanos. De seu estudo, depreende-se que o ideal nele prescrito é bastante abrangente, cujo art. 1º define que todos os seres humanos nascem livres e iguais. Por sua vez, o art. 3º preconiza que todo indivíduo tem direito à vida, liberdade e segurança pessoal, o art. 4º dispõe que ninguém será mantido em escravidão e, por sua vez, o art. 5º determina que ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Ao todo, o documento ostenta 30 artigos. Não há, entre eles, nenhum que defina quais os direitos mais importantes (nem poderia, visto que são todos fundamentais), ou aqueles cuja violação seria mais gravosa.

Neste contexto, Lyra (2009) leciona:

O que, portanto, suprirá tal lacuna? A jurisprudência ou uma lei ordinária? Qual método hermenêutico é o mais adequado? Para alguns estudiosos, há uma dificuldade científica e doutrinária de conceituar os Direitos Humanos. Assim, o Superior Tribunal de Justiça, no vanguardista julgamento do caso Dorothy Stang, considerou que toda a violação a um Direito Humano

é grave [...], (Lex Humana, nº 2, 2009, p. 111, ISSN 2175-0947)

Como se observa, ainda hoje o conceito de graves violações de direitos humanos é regido por significativa dose de subjetividade, e a própria jurisprudência ainda não se consolidou acerca do tema. Nesse sentido, a própria CNV declarou:

Diante da inexistência de um rol estritamente definido de graves violações de direitos humanos em tratados ou em legislação interna, tem cabido prioritariamente aos tribunais internacionais de direitos humanos a identificação de tais violações. Como nota geral, pode-se dizer que hoje constituem graves violações de direitos humanos: detenções ilegais e arbitrárias; tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais; e desaparecimentos forçados, contemplados, aqui, os casos de ocultação de cadáveres. (Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. – Brasília: CNV, 2014. 38p)

Nessa conjuntura, é lícito supor que o conceito de graves violações aos direitos humanos está intimamente ligado, *lato sensu*, à violência envolvendo a pessoa humana. Não há ainda qualquer ditame normativo que logre impor a gradação de “grave” no tocante à violação dos direitos prescritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ou seja, todo tipo de violência à qual esteja submetido o cidadão, independente de seu perpetrador, pode ser considerado uma “grave violação de seus direitos”.

Nesse diapasão, um país violento é um país violador dos direitos humanos. Se

é violador dos direitos humanos, é um grave violador. Esta equação corrobora a ideia de que toda violência deve ser evitada. Não por acaso, esse é um dos objetivos maiores do Estado Democrático de Direito cuja efetivação é tão almejada pelo Brasil (como expressamente prescrito no art. 1º da Constituição de 1988). Como visto, a percepção de violência envolve diversos parâmetros. Neste trabalho, utilizar-se-ão as ocorrências fatais em conflitos internos como variável, por ser o mais objetivo para fins de registro e mensuração.

A violência em períodos críticos da evolução política nacional

Como já sinalizado, a evolução política brasileira apresenta diversas passagens nas quais a violência eclodiu de forma importante. Como se sabe, o processo de independência do Brasil não foi pacífico. Após o 7 de setembro de 1822, ocorreram várias manifestações em território nacional contrárias à Independência. Esse movimento de resistência era composto, principalmente, por militares portugueses. Dom Pedro I precisou reagir rapidamente para não colocar em risco a recém conquistada liberdade com relação a Portugal. Seu objetivo era expulsar do país as tropas portuguesas. Foi entre os anos de 1822 e 1825 que grande parte destes conflitos pós-independência deu-se. Embora tenham ocorrido em várias regiões do território nacional, eles foram mais intensos nas províncias do Pará, Bahia, Maranhão, Cisplatina (atual Uruguai) e Piauí (MATOS e ALBUQUERQUE, 1992).

O número de combatentes na guerra de independência brasileira foi maior do que o número de combatentes nas batalhas ocorridas nas guerras de libertação da América Espanhola, da mesma época. A soma das mortes oficialmente confirmadas com as inferidas pelas informações sobre os confrontos ocorridos (porém sem registros oficiais da época) dá a estimativa de que a guerra de independência brasileira teria custado entre 2.000 e 3.000 vidas (GOMES, 2010). Destaca-se, nesse contexto, o trágico episódio histórico sucedido em 19 de agosto de 1823, no Pará, onde, diante da falta de cárceres, mais de duas centenas de pessoas foram presas nos porões da embarcação *São José Diligente* (depois “Palhaço”), ocasião em que quase todos morreram por asfixia.

Alguns relatos dão conta de que esses presos estavam muito inquietos e que os soldados ou seus superiores (nunca se soube quem foram os mandantes) jogaram cal para supostamente acalmá-los. Para o brigadeiro Moura, não houve massacre. Segundo ele, os prisioneiros tentaram sublevar-se, o que obrigou sua guarda a abrir fogo contra eles, ocasionando a morte de 12 pessoas. Depois disso, o grupo teria se aniquilado por si próprio: “Tão extraordinária foi sua desesperação e tão inaudita sua ferocidade, que depois de se esganarem alguns camaradas europeus, continuaram a mesma cena uns contra os outros, de sorte que, de 256, 12 morreram de fogo, só 4 ficaram vivos e ainda um bem maltratado”. Em suas palavras, foi um “horrendo espetáculo” ver “desembarcar 252 mortos”, o que “deixou a todos estupefatos”. (RICCI, 2009)

Seguindo a evolução política nacional, por ocasião do Período Imperial, quadra his-

tórica na qual se afirmou definitivamente a grandeza territorial brasileira, ocorreram as denominadas “revoltas liberais”, dentre as quais se destacam a Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840), a Sabinada (Bahia, 1837-1838) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845). O número de mortes nesses conflitos, resumidos no **Quadro 1**, dá a dimensão do quadro de violência que o país vivenciava.

Mais adiante na evolução política nacional, em que pese ter sido proclamada em ambiente relativamente pacífico, a consolidação da República também se deu sob a marca da violência:

No final de novembro de 1893, uma notícia publicada pelo diário argentino La Prensa chamou a atenção do escritor americano Ambrose Bierce, correspondente em Buenos Aires do jornal Tribune de Nova York. O artigo dizia que, na semana anterior, setecentas pessoas haviam sido degoladas depois de um confronto na localidade de Rio Negro, a cerca de vinte quilômetros da cidade gaúcha de Bagé. Alarmado com a informação, Bierce arrumou as malas às pressas e seguiu para o Rio Grande do Sul. [...] O ritual de sangue testemunhado pelo jornalista americano ocorreu durante a chamada Revolução Federalista de 1893, no Rio Grande do Sul, na qual se estima que entre 10 mil e 12 mil pessoas perderam a vida — incluindo

cerca de 2 mil vítimas de degolas coletivas. (Gomes, 2013. 357p.)

A citação acima refere-se ao conflito no qual figuravam, de um lado, os republicanos (fiéis ao presidente Floriano Peixoto e ao governante gaúcho Júlio de Castilhos) e, de outro, os rebeldes federalistas sob a chefia política de Gaspar Silveira Martins.

De fato, coube a Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”, talvez a figura mais autoritária da história política brasileira, conduzir o governo mais tenso e violento dos primeiros anos da República (GOMES, 2013). Chegou à condição de presidente devido à renúncia de Deodoro da Fonseca, do qual era vice-presidente. De acordo com a Constituição da época, como a vacância da presidência fora declarada antes da metade do mandato, deveria haver nova eleição. No entanto, pela interpretação de Floriano, tal não se aplicaria naquela ocasião.

Incomodados com tal inconstitucionalidade, treze militares, entre os comandantes das Forças Armadas, assinaram a exigência de novas eleições. Foram demitidos de imediato. Inconformados com a arbitrariedade, intelectuais do Rio de Janeiro promoveram uma “passeata cívica”. Foram presos em meio ao estado de sítio decretado por Flo-

Conflito	Número de Mortes	Fonte
Cabanagem	12.000	Pinto, 2014
Sabinada	2.000	Filho, 1938
Farroupilha	3.400	Tedesco, 2014

Quaro 1 – Número de mortes no Período Regencial
(menor dentre os encontrados nas diversas fontes)

riano. Como entre os presos havia alguns deputados, o jurista Rui Barbosa impetrou *habeas corpus* (HC) perante o Supremo Tribunal Federal. A situação finalizou-se com um episódio que bem ilustra a violência política e a fraqueza das instituições na nascente república brasileira: enquanto o STF deliberava sobre o HC em tela, Floriano ameaçou: “Se os juízes do Tribunal concederem *habeas corpus* aos políticos, eu não sei quem amanhã lhes dará o *habeas corpus* de que, por sua vez, necessitarão”. O HC foi negado, e Rui Barbosa refugiou-se na Inglaterra (GOMES, 2013).

Mais adiante, a evolução política nacional novamente experimentou a violência como solução aos impasses políticos em meio ao sistema oligárquico que caracterizava aquele período. Foi a vitória do candidato governista Júlio Prestes nas eleições, derrotando a candidatura de Getúlio Vargas, que deu início a uma nova rearticulação de forças de oposição, que culminou na Revolução de 1930. Os revolucionários tinham como objetivo comum impedir a posse de Júlio Prestes e derrubar o governo de Washington Luís.

Com a ocupação de capitais estratégicas, como Porto Alegre e Belo Horizonte, e de diversas cidades do Nordeste bem como com o deslocamento das forças revolucionárias gaúchas em direção a São Paulo, o presidente Washington Luís recebeu um ultimato de um grupo de oficiais-generais, liderados por Tasso Fragoso, o qual exigiu a renúncia do presidente. Diante de sua negativa, os militares determinaram sua prisão e o cerco do Palácio da Guanabara, no dia 24 de outubro. Desse modo, Washington Luís foi deposto, e seu sucessor, já eleito, impedido de assumir.

O governo provisório posteriormente deu posse a Getúlio Vargas (que fora derrotado nas urnas).

Suplantado o sistema oligárquico catalisador das energias políticas que conduziram Vargas ao poder, era hora da constitucionalização do país. No entanto, ao invés disto, o que se viu foi o aparelhamento do Estado pelos “tenentes”. Nessa conjuntura, eclodiu a Revolução Constitucionalista de 1932. No total, foram 87 dias de combates (de 9 de julho a 4 de outubro de 1932 — sendo os últimos dois dias depois da rendição paulista), com um saldo oficial de 934 mortos, embora estimativas não oficiais reportem até 2.200 mortos, sendo que numerosas cidades do interior do estado de São Paulo sofreram danos devido aos combates (MALUF, 1986).

Ainda na Era Vargas, houve a Intentona Comunista de 1935 (na qual houve 22 mortos, segundo FILHO, 2013) e sua deposição em 1945.

A promulgação da Constituição de 1946 define o início do período histórico imposto pelo mandato que baliza a competência da CNV. Como já abordado, esta Comissão funcionou por mais de dois anos e apresentou um detalhado relatório em cuja apresentação consta o seguinte:

Instalada em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade procurou cumprir, ao longo de dois anos e meio de atividade, a tarefa que lhe foi estipulada na Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que a instituiu. Empenhou-se, assim, em examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (Brasil, 2014)

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública também mostram que 1.890 pessoas morreram em operações policiais no Brasil em 2012, uma média de cinco pessoas por dia. Enquanto, nas cidades, a preocupação é com a ação das polícias e dos denominados “milicianos”, no campo, os conflitos de terra levam a uma verdadeira batalha entre ativistas rurais, indígenas e donos de terra. Consoante informações da Comissão Pastoral da Terra, em 2012, 36 pessoas envolvidas em conflitos de terra foram mortas, e 77 foram vítimas de tentativa de homicídio em todo o país. Segundo Carazzai e Campanha, só em 2013 foram levantados 218 homicídios nas prisões brasileiras.

Insta salientar que somente entre 2009 e 2011, o CNJ registrou a existência de 180 cadáveres cujas mortes simplesmente “não possuem causa”, o que, estatisticamente, é um número proporcionalmente muito superior — e verdadeiramente estarrecedor — em relação aos mortos e desaparecidos em torturas durante os 20 anos de vigência do chamado Regime Militar, e, o que é mais grave, estão ocorrendo no *presente*, não representando meras ilações históricas. Na verdade, é possível inferir-se que, ao longo da evolução política nacional, nunca pereceram tantas pessoas sob a tutela do Estado como na atualidade.

Conclusão

Em que pese toda a propalada evolução humanística, a violência, tendo a perpetração de graves violações dos direitos humanos como consequência ínsita, ainda persiste em expressiva parcela das moder-

nas sociedades ocidentais em geral e do Brasil em particular. Ainda hoje, as dissensões políticas se constituem na principal causa de sua eclosão.

Historicamente, à guisa de imposição ou de manutenção de nova ordem política, agentes estatais participaram da administração da violência exacerbada redundante em algum dos diversos parâmetros de graves violações dos direitos humanos. A célebre frase de Ernesto Che Guevara proferida na Assembléia Geral da ONU em 11 de dezembro de 1964 bem ilustra esta conjuntura: “fuzilamos e seguiremos fuzilando sempre que necessário; nossa luta é uma luta à morte”.

Já no contexto brasileiro, sob a perspectiva histórica, fica claro que a violência, representada por suas diversas faces, em especial as graves violações dos direitos humanos, se constitui em elemento permanente ao longo da evolução política nacional. Em todas as ocasiões nas quais houve mudança de regime ou sistema político, se observou o exacerbamento de suas manifestações. No presente estudo, ante a objetividade do registro e da facilidade de acesso aos dados históricos, utilizou-se o número de ocorrências fatais como variável de comparação. Por óbvio, a vida humana, a dor da perda de um ente querido, as mazelas da violência sofrida, a angustia do ideal frustrado e o sofrimento que permanece na memória não são passíveis de serem reduzidos a números. A violação da dignidade humana, qualquer que seja, já é indesculpável. No entanto, o entendimento histórico, com o distanciamento que a ciência exige, só é possível pela mensuração numérica. Sob esta ótica, a CNV ajuda a provar que o período do denomina-

do Regime Militar foi o menos violento da evolução política nacional.

É bem verdade que as ocorrências de óbitos por questões políticas apresentam um decréscimo ao longo da história brasileira, indicando menos mortes por ação estatal direta. No entanto, o número de mortes por omissão do Estado, que em nada exime sua responsabilidade, apresenta um aumento alarmante a partir do início do presente século. Desse modo, é possível afirmar-se que nunca morreram tantas pessoas sob a tutela do Estado como na atualidade.

Nesse cenário, enquanto se consomem elevados recursos, tempo e mobilizações nos âmbitos federal, estadual e municipal para investigar, e criminalizar, as graves violações de direitos humanos ocorridas há quase meio século e, portanto, pertinentes ao âmbito exclusivamente histórico, muito mais graves (até porque atuais) violações de direitos humanos continuam a ser, sistematicamente, perpetradas no Brasil, nos mais variados setores da sociedade civil.

No tocante ao período histórico coberto pela CNV, frise-se: não se está questionando a necessidade e a oportunidade de esclarecer a verdadeira — e, portanto, isenta — história dos horrores perpetrados tanto pela *direita radical torturadora* como pela *esquerda radical terrorista*; o problema verificado é que a busca por essa verdade ocorreu por meio de uma apuração visivelmente contaminada ideologicamente. Ora, se não traz a

verdade imparcial — que poderia contribuir para o respeito aos direitos humanos pelas gerações atual e futuras —, essa busca representa um gasto desnecessário do erário; dinheiro este que poderia estar sendo direcionado para o combate às correntes violações aqui mencionadas.

Dessa feita, assim como não se pode deixar de reconhecer a importância do Governo Geisel para a *abertura política*, do Governo Figueiredo para a *consolidação* desta mesma *distensão político-ideológica*, do Governo Sarney para a efetivação da *democracia política*, do Governo Fernando Henrique Cardoso para a *estabilidade econômica* e do Governo Lula para a *inclusão social*, é hora de o Governo atual, em resposta ao clamor popular que o elegeu para dois mandatos presidenciais, estabelecer-se como o governo dos *direitos humanos*, resgatando o nosso país das trevas que muito comprometem a respeitabilidade com que tanto sonhamos.

Portanto, resta urgente que providências efetivas sejam tomadas, notadamente pelo Executivo, sendo certo que é hora de nossos estudiosos acerca da temática dos direitos humanos deslocarem a lanterna da *popa*, redirecionando-a para a *proa* do navio, escrevendo o seu importante *legado na área de direitos humanos* para as atuais e futuras gerações, que clamam por um novo Brasil mais digno e humano, sem deixar de buscar a *verdade histórica*, e não apenas uma versão unilateral da história. ☺

Referências

ALBUQUERQUE, Luis A. S. e outros. *Independência ou morte – a emancipação política do Brasil*. (coleção História em Documentos). Atual.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 11 dez. 2014.

_____. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 5 nov. 2014.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: editora UNESP, 1999.

CARAZZAI, Estelita H. e CAMPANHA, Diogenes. *Um detento morre a cada dois dias em presídios brasileiros*. Disponível em : <[//sindepol.com.br/site/noticias/um-detento-morre-a-cada-dois-disa-em-presidios-brasileiros.html](http://sindepol.com.br/site/noticias/um-detento-morre-a-cada-dois-disa-em-presidios-brasileiros.html)> Acesso 23 jun. 2015.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <www.dudh.org.br/declaracao/>. Acesso em 16 jun.2015.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1994.

FILHO, Luís Viana. *A Sabinada. A República Baiana de 1837*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938.

FILHO, Otávio Frias. O Lado Escuro de Getúlio Vargas. Folha de S. Paulo. 18/08/2013. disponível em:<www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/08/1327487-o-lado-escuro-de-getulio-vargas.shtml>. Acesso em: 16 dez.2014.

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*. 1ª ed. - Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 2010.

_____. *1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil*. 1ª ed. - São Paulo: Globo, 2013.

LYRA, Daniel H. de Sousa. *A federalização dos crimes de graves violações dos Direitos Humanos: a razoável duração do processo como garantia no combate à impunidade ou instrumento retórico?*. Lex Humana, nº 2, 2009, p. 111, ISSN 2175-0947. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UCP nº 2, Petrópolis, 2009.

MALUF, Nagiba M. Rezek. *Revolução de 32: o que foi, por que foi*. São Paulo: Edicon, 1986.

PINTO, Lúcio F. Cabanagem: 180 anos da revolta social do Pará. O Estado de Tapajós. Disponível em:<www.oestadonet.com.br/index.php/2013-12-02-17-02-11/lucio-flavio-pinto/item/5186-cabanagem-180-anos-a-revolta-social-do-para> Acesso em: 16. dez. 2014.

RICCI, Magda. *Dias Trágicos, Massacre no Grão Pará*. 2009. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/dias-tragicos>. Acesso em: 16 dez. 2014.

TEDESCO, Aldo. *A Estratégia das Águas*. Disponível em:<www.popa.com.br/docs/cronicas/farrapos>. Acesso em: 16. dez. 2014.

VELLOSO, Ana Flávia Penna. *A imprescritibilidade dos crimes internacionais*. III Anuário Brasileiro de Direito Internacional. Coordenador: Leonardo Nemer Caldeira Brant. Belo Horizonte: CEDIN, v. 1, 2008. Disponível em: <www.cedin.com.br/static/anuario/3_V1/anuario_3_v1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1992.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis; PITOMBO, Cleunice Valentim Bastos. *Anotações sobre o seminário internacional: a implementação do Estatuto de Roma no direito interno e outras questões de direito penal internacional*. São Paulo: Boletim IBC-CRIM, ano 12, n. 139, jun.2004.

NR: A adequação das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Uma força expedicionária do Exército Brasileiro

Gustavo Monteiro Muniz Costa¹

1 Introdução

1.1 Contextualização

Um dos objetivos da política externa brasileira é a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O envio de contingentes de forças de paz ao Haiti e o aumento do número de observadores militares em missões diversas da ONU servem de subsídio para o pleito brasileiro nas tratativas de se buscar uma reforma naquele órgão (DIAS, 2014).

Em contrapartida, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança não se configuram em fornecedores de tropas para missões de paz, mas se destacam pela sua capacidade dissuasória de lançarem forças expedicionárias em diferentes locais do globo num curto prazo, como as tropas norte-americanas no Haiti em 2004 — antecedendo a própria missão que hoje lá atua —, tropas inglesas no Afeganistão em 2002, francesas em Mali em 2012 e russas na Crimeia, em 2014.

A Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012) estabelece que o Exército deve-

rá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma força, quer expedicionária, quer para ajuda humanitária, ou ainda para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais, bem como salvaguardar interesses brasileiros no exterior, o que é ratificado pelo Sistema de Planejamento do Exército (SIPEX) e pelo recente manual da Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2014a).

O envio do 1º contingente do Batalhão de Força de Paz ao Haiti em 2004, bem como em 2010 após o terremoto que assolou aquele país, gerou a necessidade de mobiliá-los com pessoal e material de diferentes comandos militares de área, o que se traduziu em lições aprendidas e oportunidades de melhoria na capacitação de tropas para o pronto emprego.

Atualmente, a Estratégia Nacional de Defesa estabelece que o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil consolidar-se-á como a Força expedicionária de caráter expedicionário por excelência (BRASIL, 2012). Esse documento estratégico não faz qualquer menção ao emprego conjunto das três Forças Armadas, o que certamente, em uma operação em território estrangeiro, de-

¹ Major de Cavalaria (AMAN/ 1999) e aluno do 2º ano do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME. Serviu no 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista. Desempenhou a função de observador militar das Nações Unidas no Sudão.

mandaria não apenas no nível de coordenação, mas de operações conjuntas.

O Manual de Operações do Exército Brasileiro (BRASIL, 2014b) adota como conceito operativo as operações no amplo espectro, que são constituídas por operações ofensivas, defensivas, de pacificação e interações. Embora força expedicionária e força de paz possuam missões e características distintas, as tropas capacitadas para atuar com caráter expedicionário no amplo espectro podem participar de operações de paz e de segurança internacional, mas o inverso não se aplica. Exemplo dessa situação foi Força de Intervenção Multinacional enviada ao Haiti em 2004, que antecedeu a atual missão da ONU, da qual tomou parte o contingente norte-americano que estava sendo adestrado para operar no Afeganistão (BRASIL, 2015a).

A NATO Response Force (Resposta da Organização do Tratado do Atlântico Norte) se baseia nessa capacidade de ser empregada em território estrangeiro, tanto em operações convencionais ofensivas quanto em ajudas humanitárias diante de catástrofes naturais, comprovando que uma força expedicionária deve ser apta a ser empregada no amplo espectro e não exclusivamente em operações afins a missões de paz (OTAN, 2015).

Atualmente, o constante emprego do Exército em operações de apoio a órgãos governamentais, operações de garantia da lei e da ordem e a missão de paz no Haiti, somados à estabilidade regional do continente sul-americano, aumentaram o foco na preparação da tropa para missões que não envolvem operações ofensivas ou defensivas convencionais.

Porém, as recentes conquistas territoriais do Estado Islâmico no Iraque e na Síria, utilizando equipamentos militares como carros de combate e obuseiros bem como os combates entre as tropas das Nações Unidas e rebeldes na Missão de Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) confirmam a necessidade de as forças terrestres estarem inteiramente aptas a realizar operações ofensivas e defensivas tradicionais ou inseridas no amplo espectro.

Embora o combate de baixa intensidade ainda predomine nos conflitos armados pelo mundo, a atuação de uma força expedicionária exigirá capacidades específicas para enfrentar forças irregulares e uma integração das Funções de Combate orientadas para tal fim. Conforme o manual de Operações do Exército (BRASIL, 2014b), essas funções de combate (Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Proteção e Logística) irão compor um sistema único no Campo de Batalha, do qual dependem adestramento e preparação prévios.

A Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro possui algumas características próprias, que lhe garantem condições peculiares e distintas das demais grandes unidades do Exército, como localização geográfica, centralização de suas organizações militares (OM), proximidade da sede da Esquadra da Marinha do Brasil e da 5ª Força Aérea, alto percentual de militares do efetivo profissional, com adestramento constante em operações conjuntas e dotação de meios voltados para um rápido deslocamento.

Porém, teria a Brigada de Infantaria Paraquedista capacidade de constituir uma força expedicionária no valor de uma gran-

de unidade, executando suas missões precípua e ainda podendo atuar em território estrangeiro imediatamente, até que pudesse ser substituída por outro contingente militar?

1.2 Relevância do estudo

O recente manual da Doutrina Militar Terrestre do Exército (BRASIL, 2014a) elenca onze capacidades prioritárias para a Força Terrestre, entre elas, dissuasão terrestre compatível com o status do país, à projeção internacional em apoio à política exterior do país e à prontidão logística.

A Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012) determina ainda a importância para o país de dispor de poder de combate que propicie credibilidade à estratégia da dissuasão, o que evidencia a necessidade de forças estratégicas de elevada mobilidade, flexibilidade e em condições de emprego imediato.

Porém, caso fosse atribuída ao Exército Brasileiro a missão de enviar uma brigada dentro de um curto prazo a um território estrangeiro, a fim de resgatar nacionais, salvaguardar interesses brasileiros ou garantir a paz em uma nação amiga, muito provavelmente essa tropa seria constituída a partir de diferentes brigadas, resultando em problemas decorrentes da falta de laços táticos anteriores entre comandantes e subordinados, níveis de adestramento distintos e diversos óbices logísticos a serem solucionados.

Assim, este estudo busca verificar se a Brigada de Infantaria Paraquedista é capaz de constituir uma força expedicionária, compondo-a com seus próprios elementos de combate, apoio ao combate e logísticos ou recebendo um mínimo apoio externo, estan-

do ainda em condições de ser deslocada para qualquer parte do mundo, em uma semana, a partir do recebimento dos meios para deslocamento, e lá receber os suprimentos necessários para se manter no terreno até o fim dos motivos de sua atuação ou sua substituição por outro contingente militar.

1.3 Questões norteadoras

Para orientar o presente artigo, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras do estudo:

1) Quais são as principais características que uma força expedicionária deve ter?

2) A Brigada de Infantaria Paraquedista reúne os sete fatores elencados pela Doutrina Militar Terrestre (*doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura*) para que tenha a capacidade de constituir uma força expedicionária do Exército Brasileiro?

2 Conceitos

2.1 Força expedicionária

O conceito de força expedicionária refere-se a uma tropa que atuará em operações militares fora do território nacional de forma isolada ou em um ambiente multinacional. A constituição dessa força é um requisito essencial para que se tenha projeção de poder, conforme preconizado pela Estratégia Nacional de Defesa.

A Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007a) estabelece que o Exército Brasileiro será inserido no Comando Operacional Conjunto com uma Força Terrestre Componente (FTC), a qual possui organização e constituição variáveis, podendo receber efe-

tivos de valor batalhão a divisão de exército, admitindo-se que seu valor mínimo será de uma brigada.

A brigada no Exército Brasileiro constitui-se no módulo básico de emprego da Força Terrestre, pois possui, dentro da sua própria organização, os meios de combate, apoio ao combate e logísticos (BRASIL, 2014c).

Portanto, baseado nos conceitos apresentados, infere-se que uma força expedicionária deve ser constituída a partir de uma brigada e dentro da mesma modularidade de uma Força Terrestre Componente, de acordo com a missão a lhe ser atribuída e observando-se que poderá ser inserida em uma força multinacional.

2.2 Força de paz

As forças de paz são tropas militares inseridas em operações de paz, com constituição variável e mandato específico dentro de uma missão de manutenção ou imposição da paz, podendo ser empregada sob a égide da ONU ou de alguma outra organização internacional (BRASIL, 2007b).

2.3 Capacidades

Capacidade é a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. Conforme o manual da Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2014a), o Exército Brasileiro realiza seu preparo baseado em capacidades, entre as quais elenca como prioridade a dissuasão terrestre, a projeção internacional, a prontidão logística e a interoperabilidade com as demais Forças Singulares.

Uma capacidade poderá ainda ser decorrente do somatório de capacidades diversas de elementos subordinados ou interligados. Por exemplo, para que o Exército Brasileiro detenha a capacidade de dissuasão terrestre, esta decorrerá de outras, como artilharia de campanha capaz de engajar alvos distantes a até 300 quilômetros com mísseis terrestres ou uma grande unidade capaz de constituir com brevidade uma força expedicionária.

Todavia, ainda de acordo com o mesmo manual, para se avaliar se uma tropa possui determinada capacidade, deve-se verificar se ela reúne sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis, conhecidos pelo acrônimo DOAMEPI, junção das primeiras letras dos fatores *doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura*.

Portanto, para se definir se a Brigada de Infantaria Paraquedista tem a capacidade de constituir uma força expedicionária, devem-se verificar os seguintes fatores:

a) **Doutrina** – este fator é base para os demais, estando materializado nos produtos doutrinários, considerando a gama de missões, atividades e tarefas que essa unidade irá cumprir, em operações.

b) **Organização** – é expressa por intermédio da estrutura organizacional dos elementos de emprego da Força Terrestre. Algumas capacidades são obtidas por processos, com vistas a evitar competências redundantes, quando essas já tenham sido contempladas em outras estruturas.

c) **Adestramento** – compreende as atividades de preparo, obedecendo a programas e ciclos específicos, incluindo a utilização

de simulação em todas as suas modalidades: virtual, construtiva e viva.

d) **Material** – compreende todos os materiais e sistemas para uso e emprego militar. É expresso pelo quadro de distribuição de material dos elementos de emprego e inclui as necessidades decorrentes da permanência e sustentação das funcionalidades desses materiais e sistemas.

e) **Educação** – essa competência deve ser entendida como a aptidão de mobilizar, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências, para decidir e atuar em situações diversas. Dentre essas competências, ressalta-se o desenvolvimento da liderança militar, fator fundamental na geração das capacidades.

f) **Pessoal** – abrange todas as atividades relacionadas aos integrantes da força, nas funcionalidades: plano de carreira, movimentação, dotação e preenchimento de cargos, serviço militar, higiene física, avaliação, valorização profissional e moral.

g) **Infraestrutura** – engloba todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte à utilização e ao preparo dos elementos de emprego, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento a requisitos de exercício funcional.

2.4 Operações no amplo espectro

Atualmente, *operações no amplo espectro* é um conceito operativo que entende a atuação da Força Terrestre como ações destinadas a obter e manter objetivos militares. Elas ocorrem mediante a combinação de operações ofensivas, defensivas, de pacifica-

ção e de apoio a órgãos governamentais, simultâneas ou sucessivas, tanto em situações de guerra quanto de não guerra (BRASIL, 2014a).

2.5 Guerra ou conflito armado

O manual da Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007a) estabelece diversas divisões e tipificações para guerra ou conflito armado, uma vez que não há unanimidade quanto à classificação dessas. Elas são definidas quanto às forças empregadas, à amplitude geográfica, ao grau de engajamento do poder nacional e ao poder relativo e nacionalidade dos contentores. Observa-se que, nas últimas décadas, houve uma predominância nas guerras irregulares, nas quais o conflito armado é travado por forças não-regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas. Esse tipo de guerra divide-se em *guerra insurreccional*, *guerra revolucionária* e *guerra de resistência*.

2.6 Mobilidade estratégica

A mobilidade estratégica é a aptidão de chegar rapidamente à região de conflito, reforçada pela mobilidade tática e a capacidade de se mover dentro daquela região, sendo uma das bases do poder de combate das Forças Armadas (BRASIL, 2012).

Observa-se que o deslocamento estratégico para o teatro de operações não deve ser uma capacidade inerente à força expedicionária, uma vez que pode ser obtida a partir de apoio da Marinha do Brasil, Força Aérea, empresas civis contratadas, nação

amiga ou outra organização multinacional.

Um exemplo foi o emprego das tropas francesas no Mali em 2012. Embora a França seja o país responsável pela capacidade de deslocamento estratégico das tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a força expedicionária destacada para operar no Mali chegou àquele país por meio da contratação de aeronaves civis da empresa Airbus (SASSONE, 2014).

3 Desenvolvimento

3.1 O Exército Brasileiro na Missão de Paz no Haiti

Em 29 de fevereiro de 2004, após um agravamento de conflitos armados no Haiti, o então presidente Jean-Bertrand Aristide renunciou ao cargo, aumentando a instabilidade no país. Imediatamente, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o envio de uma Força de Intervenção Multinacional ao país caribenh, constituída por tropas dos Estados Unidos da América (EUA), Canadá e França. A tropa norte-americana estava em término de preparação para ser empregada no Afeganistão, possuindo treinamento, composição e características de uma força expedicionária (BRASIL, 2015a).

No dia 30 de abril daquele ano, o Conselho de Segurança criou a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que teria seu mandato iniciando em 1º de junho e o contingente militar liderado pelo Brasil, o qual enviaria o efetivo aproximado de 1.200 homens, constituído por um estado-maior, um batalhão de infantaria motorizado, reforçado com um

esquadrão de cavalaria, e uma companhia de fuzileiros navais. Tal missão foi aprovada pelo Congresso Nacional em 19 de maio de 2004 (BRASIL, 2015a).

A decisão de enviar o contingente militar para o Haiti foi tomada no nível político, contudo assessorada e amparada pelo Comando do Exército Brasileiro, o qual firmou o compromisso de enviar sua tropa com seus próprios meios e equipamentos para um país onde não havia nenhuma instalação prévia da ONU capaz de prestar apoio. Essa corajosa decisão foi fundamental para identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria no aprestamento do Exército para cumprir determinada tarefa e firmou a independência do país em atuar no exterior sem apoio de outros exércitos.

Porém, para atingir esse intento, foi necessário empregar diversos comandos militares de área para apoiar o Comando Militar do Sul, mobiliando-o com pessoal e material que iriam constituir o Batalhão de Força de Paz. Foi necessário que o então Departamento Logístico, hoje Comando Logístico (COLog), centralizasse a reunião e manutenção de viaturas de cinco toneladas para transporte de pessoal e material, viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) e até armamentos, além de providenciar a aquisição, em caráter de urgência, de fardamentos, material de comunicações e afins.

Quanto ao pessoal, a composição do primeiro contingente militar brasileiro foi heterogênea, com militares de diferentes brigadas, os quais tiveram apenas duas semanas de adestramento conjunto antecedendo o embarque para o Haiti. Essa falta de integração resultou em um contingente com níveis

de adestramento distintos, desconhecimento dos comandantes de parte de seus subordinados e ainda em problemas disciplinares e de integração entre as frações (REIS, 2014).

Em janeiro de 2010, o Haiti foi assolado por um dos piores terremotos de sua história, estimando-se a morte de mais de 300 mil pessoas no país. O Congresso Nacional brasileiro aprovou então o envio imediato de mais um batalhão de força de paz, o BRA-BATT 2. Novamente foram vistas grandes dificuldades para a composição do efetivo e dos equipamentos necessários para mobiliar um batalhão, mesmo com o emprego de quatro comandos militares de Área. Na ocasião, novos óbices logísticos resultaram que a tropa pernoitasse em barracas de campanha e se alimentasse exclusivamente de rações R2 ao longo dos três primeiros meses (ALBUQUERQUE, 2014). Desses fatos infere-se a conveniência de se dispor de uma força expedicionária predefinida, cabendo apenas re-completá-la ou reforçá-la pontualmente com alguns itens quando acionada, mantendo-se, no entanto, seu nível de prontidão e emprego

3.2 Outras forças expedicionárias

3.2.1 O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha Do Brasil

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil é a tropa encarregada de realizar operações anfíbias em proveito do Poder Naval. Ele compõe a Força de Fuzileiros da Esquadra e os Grupamentos de Fuzileiros Navais dos diversos distritos navais pelo país (DIAS, 2014)

A Força de Fuzileiros da Esquadra é composta por uma Divisão Anfíbia, uma Tropa de Reforço, um Batalhão de Coman-

do e Apoio, um Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais e um Comando da Tropa de Desembarque, totalizando 6.800 homens, todos militares profissionais, não havendo recrutas, já que o ingresso de soldados nessa tropa se dá mediante concurso público (DIAS, 2014).

A Divisão Anfíbia, localizada no Complexo Naval da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro-RJ, possui três Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais, compostos cada um por uma Companhia de Comando e Serviço, três Companhias de Fuzileiros Navais e uma Companhia de Apoio de Fogo. Essa última, por sua vez, dispõe de seis lançadores de mísseis anticarro Mac Bill e seis peças de morteiro 81mm. A Divisão conta ainda com o Batalhão de Artilharia de Fuzileiros Navais, que possui uma bateria com seis obuseiros de 155m, três baterias com dezoito obuseiros 105mm Light Gun e uma bateria com seis morteiros 120mm. O Batalhão de Blindados de Fuzileiros Navais possui uma companhia com trinta viaturas M-113 e uma Companhia de Carros de Combate com dezessete viaturas caça-tanques SK-105 AS2. O Batalhão de Comando e Controle possui uma Companhia de Inteligência de Sinais e uma Companhia de Comunicações. Por fim, a Divisão Anfíbia dispõe ainda do Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea, com uma Companhia de Defesa Antiaérea com canhões Bofors 40mm e mísseis Mistral e uma Companhia de Controle Aerotático com radares Giraffe (DIAS, 2014).

A Tropa de Reforço da Força de Fuzileiros da Esquadra, localizada na Ilha das Flores, em Niterói-RJ, é composta pelo Ba-

talhão de Engenharia de Fuzileiros Navais, com um Companhia de Apoio de Engenharia e uma Companhia de Pioneiros. Dispõe ainda de um Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais, com uma Companhia de Saúde, uma Companhia de Transporte, uma Companhia de Abastecimento e uma Companhia de Manutenção. O Batalhão de Viaturas Anfíbias possui 26 viaturas blindadas anfíbias. A Tropa de Reforço dispõe ainda de uma Companhia de Apoio ao Desembarque e uma Companhia de Polícia (DIAS, 2014).

Por fim, a Força de Fuzileiros da Esquadra possui ainda um Batalhão de Operações Especiais, composto por duas companhias de Operações Especiais e uma Companhia de Comando e Serviço, localizado no Complexo Naval Guandu do Sapê, no Rio de Janeiro-RJ (DIAS, 2014).

O Corpo de Fuzileiros Navais utiliza atualmente uma estrutura modular e adequada de acordo com a missão que será cumprida, que são os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, que podem ser compostos com 800 a 2.200 militares. Baseado no mesmo conceito operativo do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, os grupamentos operativos possuem o Componente de Combate Terrestre, Componente de Combate Aéreo e o Componente de Apoio de Serviços ao Combate (BRASIL, 2013a).

O Componente de Combate Terrestre pode ser composto de uma Companhia de Fuzileiros Navais a até três batalhões; a partir dele serão definidos os efetivos dos componentes de Combate Aéreo e de Apoio de Serviços ao Combate (BRASIL, 2013a).

Do acima exposto, ressalta-se que o Corpo de Fuzileiros Navais possui um efe-

tivo de aproximadamente 6.800 militares e prevê como capacidade de emprego imediato um efetivo de até 2.200 homens, dentro de um Grupamento Operativo mobiliado de acordo com a missão a ser cumprida.

Observa-se que a Força de Fuzileiros da Esquadra está centralizada no Rio de Janeiro, possui todo seu efetivo profissional, detém seus próprios meios de combate, apoio ao combate e logísticos e pode constituir uma força expedicionária dentro da modularidade dos grupamentos operativos, com efetivos equivalentes aos de um batalhão a até uma brigada do Exército Brasileiro (BRASIL, 2013b).

3.2.2 Força Conjunta de Reação Imediata da França

A França é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Sua capacidade expedicionária foi demonstrada no envio da Força de Intervenção Multinacional ao Haiti em 2004, antecedendo justamente a MINUSTAH. Outro conflito armado em que foi empregada sua força expedicionária foi em Mali, em 2012, quando inclusive realizou um lançamento aeroterrestre de uma companhia paraquedista naquele país africano. No Afeganistão, a França mantém ainda a Força Tarefa La Fayette, com diferentes tipos de aviões, um batalhão logístico com um hospital de campanha nível 3 e um contingente para cumprimento de missões diversas, como a formação da polícia local. Participou ainda dos ataques aéreos contra o governo de Moamar Kadafi, na Líbia, em 2012, tendo lançado seu primeiro ataque em solo líbio apenas duas horas após a decisão presidencial, na Operação Harmattan.

Atualmente, possui contingente militar também na Síria, prestando ajuda a refugiados e deslocados naquele país, e integra a NATO Response Force (NRF - Força Resposta da OTAN, tradução nossa) no combate à pirataria no Golfo de Áden (SASSONE, 2013).

O Livro Branco francês estabelece que o país possuirá um escalão nacional de urgência de 5.000 homens em alerta, para garantir sua capacidade de reação autônoma às crises, permitindo a constituição de uma Força Conjunta de Reação Imediata de 2.300 homens. Essa força será projetável à 3.000km do território nacional ou de uma base em território estrangeiro, num intervalo de até sete dias. Antes desse período de uma semana, a França será capaz de conduzir uma ação imediata por meios aéreos (FRANÇA, 2013). A Força Conjunta de Reação Imediata será composta:

- por um Grupamento Terrestre de Armas Combinadas (1.500 homens), equipado com veículos blindados e com helicópteros;
- por um grupo naval constituído em torno de um navio de projeção e comando;
- por 10 aviões de caça e por aviões de transporte tático, de patrulha marítima e reabastecimento em voo; e
- de meios de comando e controle associados.

A França ainda é responsável pelo transporte estratégico das tropas da OTAN, já que as capacidades necessárias às tropas daquela Organização são repartidas entre os países membros, como forma de cortar gastos militares. Porém, no conflito do Mali, a

França alugou aviões comerciais civis para o envio das tropas à África, o que confirma que o deslocamento estratégico da força expedicionária não precisa ser uma capacidade inerente à própria tropa que será empregada (SASSONE, 2014).

Dessa forma, observa-se que a França escalona sua capacidade expedicionária conforme o prazo e a envergadura da missão, sendo capaz de lançar em até sete dias, a uma distância de até 3.000km, um Grupamento Terrestre de Armas Combinadas de até 1.500 homens, dentro de uma força conjunta envolvendo Exército, Marinha e Força Aérea.

3.2.3 Força Resposta da OTAN (NRF) e a Força de Resposta Imediata (IRF)

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) possui a NATO Response Force (NRF - Força de Resposta da OTAN, tradução nossa). É uma força multinacional com alto nível de preparação, composta por meios terrestres, aéreos, marítimos e de operações especiais. O emprego da NRF é uma decisão política consensual entre os 28 países membros, realizado no Conselho do Atlântico Norte (OTAN, 2015). São as seguintes missões de que a NRF pode participar:

- operações de evacuação de não combatentes;
- operações de combate ao terrorismo;
- operações de embargo; e
- operações de resposta rápida para apoiar a diplomacia.

A NRF já foi utilizada seis vezes entre 2002 e 2014, tendo sido empregada nos Jogos Olímpicos de 2004, nas eleições no Afé-

ganistão, em 2004, e iraquianas, em 2006, na ajuda humanitária na esteira do furacão Katrina, em 2005, na ajuda humanitária ao Paquistão, após o terremoto em 2006, e na Líbia em 2012 (CARVALHO, 2014).

Com o lema “Qualquer missão em qualquer lugar”, a NRF possui uma composição modular, multinacional e capaz de desdobrar no terreno dentro de um prazo de cinco a trinta dias (OTAN, 2015). Ela possui todos os elementos, principalmente de apoio ao combate e logísticos que lhe permitem operar longe de suas bases.

A NRF é composta por três elementos:

- elemento de comando e controle da estrutura de comando da OTAN;
- a Immediate Response Force (IRF – Força de Resposta Imediata, tradução nossa), com cerca de 13.000 militares;
- um conjunto de forças de reação que complementam a IRF.

A Força de Resposta Imediata, por sua vez, é composta por:

- um componente terrestre, integrado por uma brigada a três Batalhões e seus elementos de apoio;
- um componente marítimo baseado no Standing NATO Marine Group (SNMG, Grupo Naval Permanente da OTAN, tradução nossa).
- um componente aéreo de combate e apoio;
- uma Força de Operações Especiais; e
- uma Força-Tarefa de Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear (DQBRN).

A NRF permanece em prontidão constante de 1º de janeiro a 31 de dezembro anu-

almente nos países de origem. O treinamento e adestramento dessa força são realizados em exercícios combinados e conjuntos nos seis meses que antecedem o ano em questão (A-1), nas suas duas sedes: Nápoles, na Itália, e Brunssum, na Holanda. O rodízio dessa força se dá anualmente entre a NRF 1 e NRF 2, que são modulares e mobiliadas de acordo com a disponibilidade dos países membros da OTAN (OTAN, 2015).

Portanto, observa-se que a tropa de reação imediata da OTAN com caráter expedicionário da OTAN é a IRF, que tem seu componente terrestre mobiliado por uma brigada com três batalhões. Para suplantar o desafio de ser mobiliada com tropas sediadas em diferentes países, essa força realiza um adestramento específico nos seis meses anteriores ao ano em que permanecerá de prontidão, a fim de evitar o emprego da tropa sem integridade tática e de comando.

3.3 As capacidades das forças expedicionárias analisadas

Da análise do Grupamento Operativo dos Fuzileiros Navais, da Força Conjunta de Reação Imediata da França e da Immediate Response Force da OTAN observam-se as seguintes características:

- operam com valor brigada ou menor, porém, nesse caso, constituídos a partir de uma tropa de valor brigada, como o Componente de Combate Terrestre de valor subunidade dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais;
- possuem seus próprios elementos de apoio ao combate e logísticos

- estão aptos a ser empregados em qualquer época do ano;
- são adestrados para o emprego em operações no amplo espectro, podendo ser utilizados tanto em operações de pacificação quanto no auxílio em calamidades naturais no exterior;
- utilizam uma estrutura modular, de acordo com a missão a ser executada;
- possuem uma constituição própria, sendo a modularidade feita a partir de seus próprios elementos, mantendo-se a integridade de comando.
- realizam adestramentos prévios como tropa integrada, não dependendo do acionamento da missão para a qual serão empregados.
- o deslocamento estratégico não é uma capacidade inerente à força expedicionária.
- as tropas expedicionárias da França e da OTAN operam de forma conjunta, havendo dentro deles os componentes terrestre, marítimo e aéreo.

3.4 A capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista constituir uma força expedicionária

3.4.1 A Brigada de Infantaria Paraquedista

A Brigada de Infantaria Paraquedista localiza-se no Rio de Janeiro-RJ, tendo quinze organizações militares subordinadas, todas localizadas numa mesma posição da Vila Militar, ao lado da Base Aérea dos Afonsos. São as seguintes organizações militares que a compõem (BRASIL, 2015):

- Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista

- 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista
- 20º Batalhão Logístico Paraquedista
- Batalhão de Dobragem e Manutenção Paraquedista e Suprimento pelo Ar
- Companhia de Precursores Paraquedista
- Companhia de Comando
- 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista
- 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista
- 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista
- 20ª Companhia de Comunicações Paraquedista
- 36º Pelotão de Polícia do Exército Paraquedista
- Destacamento de Saúde Paraquedista

3.4.2 Fator doutrina

A tropa paraquedista caracteriza-se por ser uma tropa leve, modular e apta a ser empregada em diferentes tipos de teatro de operações. Sua doutrina clássica de emprego prevê o estabelecimento de uma cabeça de ponte aeroterrestre, aplicada em exercícios no terreno como as operações Bumerangue.

Todavia, a fim de diversificar sua doutrina de emprego, a Brigada vem realizando exercícios prevendo operações em ambientes urbanos e contra forças irregulares. A Operação Saci é um exercício anual realizado por essa brigada desde 1970, normalmente coroadando o ano de instrução. Graças à evolução do combate moderno e a fim de

manter-se atualizada doutrinariamente, essa operação vem sendo realizada dentro do conceito do amplo espectro.

A Operação Saci do ano de 2012 teve como situação simulada a evacuação de nacionais em um país amigo, vítima de um grande conflito interno, a partir da exfiltração desses civis por aeroportos e portos marítimos. Já nos anos de 2013 e 2014, os cenários dos conflitos eram o combate contra forças irregulares e terroristas dentro de um ambiente urbano.

Devido ainda aos diversos eventos e incidentes ocorridos no Rio de Janeiro nos últimos anos, como a ocupação dos complexos do Alemão e da Maré, Jornada Mundial da Juventude, Conferência Rio +20, Copa das Confederações e do Mundo de Futebol e segurança das eleições de 2012, a Brigada de Infantaria Paraquedista realizou seguidos adestramentos e foi empregada em todas essas missões, habilitando-a em operações de apoio aos órgãos governamentais num ambiente interagências.

Portanto, conforme o conceito do amplo espectro, a Brigada de Infantaria Paraquedista vem sendo adestrada e empregada em missões distintas daquelas atinentes à conquista de uma cabeça de ponte aeroterrestre, estando doutrinariamente apta a operar como uma força expedicionária no contexto atual que envolve desde resgate de nacionais até o combate contra forças irregulares.

3.4.3 Fator organização

A Brigada de Infantaria Paraquedista tem a facilidade de concentrar todas as suas organizações militares subordinadas num

mesmo local, possuindo ainda uma estrutura orgânica que facilita o seu emprego modular. Atualmente ela realiza seguidos adestramentos com as Força-Tarefas Chivunk, Santos Dumont, Velame e Afonsos.

A Força-Tarefa Chivunk constitui-se em um batalhão de infantaria paraquedista, reforçado com elementos das outras organizações militares, voltado para missões de típicas de garantia da lei e da ordem. As demais forças-tarefas, também no valor batalhão, são preparadas e mobiliadas para o combate convencional. Essas tropas têm um efetivo aproximado de novecentos homens, em que as organizações de valor unidade apóiam a força-tarefa com uma companhia, e as demais, de nível subunidade, apóiam com tropas valor pelotão, estando constantemente aptas a deslocar-se para qualquer parte do território nacional em menos de 24 horas.

Ademais, a organização dessa grande unidade é completa em todas as funções de combate, pois as quinze organizações militares subordinadas já elencadas são responsáveis por executar o comando e controle, movimento e manobra, proteção, mobilidade, logística e inteligência da brigada, ressaltando ainda a existência de um Grupo Operativo de Inteligência.

Baseando-se na modularidade do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, que pode ser constituído a partir de uma companhia a até três batalhões, a Brigada de Infantaria Paraquedista, com seus três batalhões de infantaria e um Esquadrão de Cavalaria subordinados, detém em sua organização os meios de combate necessários a constituir uma força expedicionária.

No recente emprego no Complexo da Maré em 2014, a Brigada de Infantaria Paraquedista desdobrou naquela área de operações três batalhões de infantaria, um esquadrão de cavalaria e um grupo de artilharia (atuando em missões típicas de Infantaria, conforme prescreve a doutrina para operações de garantia da lei e da ordem), recebendo como elemento de manobra em reforço apenas um pelotão do 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Da mesma forma, os elementos de apoio ao combate e logísticos que atuaram em proveito da Brigada naquela operação foram os que lhe são orgânicos (SERRÃO, 2014).

Ainda quanto a esse fator, destaca-se a existência da Companhia de Precursores Paraquedistas, uma tropa composta por elementos com alto grau de especialização e aptos a realizar operações especiais em proveito do escalão enquadrante, distinguindo ainda mais essa grande unidade dentro do fator em pauta.

Portanto, no fator organização, a estrutura orgânica da Brigada de Infantaria Paraquedista possibilita que ela componha a força expedicionária dentro da modularidade necessária, havendo, contudo, uma provável dificuldade por parte das organizações militares de valor subunidade que necessitem empregar dois pelotões. Já existem diversos estudos realizados quanto à criação de um Regimento de Cavalaria Paraquedista e um Batalhão de Engenharia Paraquedista, o que, uma vez confirmado, possibilitaria a essa grande unidade constituir em melhores condições uma força expedicionária nos moldes de emprego do Batalhão Brasileiro de Força de Paz no Haiti. Porém, isso não

compromete o fator *organização*, já que a Brigada mesma dispõe das estruturas necessárias a constituir essa tropa expedicionária, fato comprovado pelo recente emprego dessas subunidades nas operações no Complexo da Maré.

3.4.4 Fator *adestramento*

Além dos fatos já citados no fator *doutrina*, verifica-se, conforme o Manual de Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro, que esse fator envolve também o ciclo de adestramento. Nesse sentido, o alto percentual de efetivo profissional permite que o adestramento da tropa ocorra durante todo o ano de instrução e se complemente ao longo dos anos, à medida que o efetivo profissional permanece incorporado.

A localização dessa grande unidade permite ainda que o fator de adestramento seja melhorado devido aos diversos campos de instrução existentes na região, como por exemplo os campos de instrução de Geri-cinó, da Marambaia e da Academia Militar das Agulhas Negras. Além disso, existem outras organizações militares próximas, com as quais podem interagir e executar exercícios, como o Centro de Avaliação do Adestramento do Exército (CADEx), Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CECOPAB), Centro de Avaliação do Exército (CAEx) e a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada. Cita-se ainda a proximidade com o Estande Nacional de Tiro, permitindo o adestramento com armamentos individuais e coletivos, e com a sede da Esquadra, do Corpo de Fuzileiros Navais e da 5ª Força Aérea, que permitem ainda o adestramento conjunto. Os intercâmbios com o Batalhão de Operações

Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro e com o Corpo de Bombeiros Militares, especialista em resgates diante de catástrofes naturais, são algumas das outras facilidades possíveis à Brigada de Infantaria Paraquedista para aprimorar seu adestramento.

Inseridos no fator em tela, exercícios de pronto operacional são comuns nessa Brigada e reúnem em poucas horas todo o efetivo de uma força-tarefa valor Batalhão, a despeito das dificuldades inerentes a uma cidade de grande porte como o Rio de Janeiro. Atualmente, graças a esses exercícios de acionamento e a localização junto à Base Aérea dos Afonsos, a Brigada de Infantaria Paraquedista pode dispor de uma força-tarefa valor batalhão para qualquer parte do território nacional em menos de 24 horas.

Portanto, no fator *adestramento*, a Brigada de Infantaria Paraquedista tem plenas condições de compor a força expedicionária do Exército Brasileiro, sendo provavelmente uma das melhores tropas do Exército, no valor de grande unidade, a reunir tantas condições vantajosas que lhe permitam realizar seus adestramentos em qualquer época do ano e sem se afastar da sede.

3.4.5 Fator material

A Brigada de Infantaria Paraquedista, por ser uma tropa estratégica para o Exército, sempre teve sua dotação de material priorizada, possuindo novos armamentos letais e não letais, equipamentos de comunicações e viaturas, além de dotações completas de diversas classes de suprimento.

Contudo, dentro desse fator, uma das maiores deficiências da Brigada para constituir uma força expedicionária é a falta de

viaturas blindadas. Embora as principais tropas paraquedistas no mundo, como as francesas e alemãs, já contem com viaturas blindadas (SASSONE, 2014), o Exército ainda não efetivou essa adoção. Observa-se ainda que, assim como se deu o emprego da 82ª Divisão Aeroterrestre americana no Iraque em 2003, as operações desse tipo de tropa atualmente possuem grande parte dos seus meios desdobrados por aerotransporte e não entregues no terreno por lançamento aeroterrestre (EUA, 2015). Ressalta-se que a nova viatura blindada Guarani será capaz de ser transportada pela futura aeronave KC-390, já em testes pela Força Aérea.

Existem ainda outras deficiências de material, como os meios de apoio à mobilidade e contramobilidade, de purificação da água, entre outros. Porém, essas deficiências são mais fáceis de ser supridas, bastando sua aquisição ou transferência desse material, já que a habilitação de pessoal a operar esses equipamentos não é tão complexa quanto a formação de guarnições de viaturas blindadas; além disso, a 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista já possui militares habilitados a tal missão. Porém, desse fato ratifica-se a importância do estudo em torno de um Batalhão de Engenharia de Combate Paraquedista.

Outro quesito fundamental é o apoio de fogo. Embora o caráter de empregar tropas brasileiras no exterior não se volte a operações ofensivas, o apoio de fogo prestado por obuseiros 155mm aumentaria consideravelmente o caráter dissuasório e a efetividade de uma força expedicionária, a qual deve estar apta a cumprir qualquer das missões dentro do conceito do amplo espectro,

inclusive operações ofensivas e defensivas. Portanto, é fundamental também um estudo para dotar o 8º Grupo de Artilharia de Campanha com obuseiros de calibre 155mm, considerando-se, da mesma forma, que a entrega desse material na área de operações se dará por aerotransporte e que, não obstante, já existem materiais de calibre 155mm que podem ser lançados de aeronave por paraquedas de carga.

Quanto ao material de guerra eletrônica, o presente estudo considera não ser uma necessidade fundamental para a Brigada, por se tratar de um material específico, com operadores altamente capacitados, que é empregado a partir de determinação do Comando de Operações Terrestres (COTER) e cujo apoio será prestado diretamente ao comando dessa grande unidade.

Quanto ao material e equipamentos de saúde, além obviamente de elementos especializados, como médicos e enfermeiros, a Brigada não possui condições de mobilizar um posto de atendimento avançado sem ser reforçada por uma organização militar de saúde, constituindo-se numa necessidade logística.

Portanto, quanto ao fator *material*, a Brigada de Infantaria Paraquedista reúne razoável aptidão, considerando-se que possui equipamentos novos e viaturas em condições de emprego imediato. Entretanto, a falta de viaturas blindadas e outros meios fundamentais a uma força expedicionária gera a necessidade de estudo de algumas mudanças no quadro de pessoal e material dessa grande unidade, além do investimento em equipamentos voltados ao apoio ao combate e ao apoio logístico, evitando-se deman-

das externas à Bda e atrasos no seu desenvolvimento na área de operações.

3.4.6 Fator educação

Conforme a Doutrina Militar Terrestre, esse fator engloba aspectos subjetivos e deve ser entendido como a aptidão em mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências, para decidir e atuar em situações diversas, ressaltando-se ainda o desenvolvimento da liderança militar. Esse fator não deve ser confundido com adestramento, o qual obedece a ciclos e programas específicos.

No Fator Educação, as peculiaridades da atividade aeroterrestre contribuem, e muito, para a distinção dessa tropa no desenvolvimento de atributos da área afetiva e, principalmente, na liderança das pequenas frações.

Os constantes exercícios de lançamento de tropa e material exigem um alto grau de confiança entre a tropa e os oficiais e sargentos que desempenham as funções de mestre de salto. O processo de equipagem dos paraquedas pelos próprios saltadores e a posterior inspeção pelos oficiais e sargentos habilitados a isso, bem como os comandos de lançamento executados já dentro da aeronave, potencializam a confiança mútua e a liderança dos quadros, já que qualquer erro ou desatenção pode resultar em acidentes letais. Cada paraquedista deve realizar no mínimo um salto enganchado por trimestre, o que garante esse constante adestramento.

Ainda nesse contexto, os cabos e soldados paraquedistas são os próprios responsáveis pelos seus equipamentos, saltam das aeronaves, após o comando, por iniciativa

própria e devem estar aptos a sanar panes que venham a ocorrer com seu paraquedas, potencializando atributos como coragem, rapidez de raciocínio e autoconfiança. Verifica-se assim que essa atividade vai além do fator *adestramento*, pois não se limita ao ganho cognitivo e de atuação das frações, mas estimula sobremaneira atributos da área afetiva dos quadros e da tropa.

Observando-se ainda que é muito pouco provável um lançamento aeroterrestre dentro de uma missão expedicionária, ratifica-se que essa atividade não está relacionada ao fator *adestramento*, já que não será utilizada na área de operações em questão, mas sim ao fator *educação*, como um processo não formal que irá aprimorar o desempenho dos militares dentro de uma operação que envolve risco de vida e estimulará ainda mais a liderança dos oficiais e sargentos perante seus comandados.

Portanto, no fator *educação*, graças às peculiaridades das suas atividades relacionadas ao lançamento aeroterrestre, a Brigada de Infantaria Paraquedista se distingue e reúne ótimas condições.

3.4.7 Fator pessoal

Conforme a Doutrina Militar Terrestre, esse fator está relacionado ao preenchimento de cargos, higidez física e valorização profissional e moral, quesitos pelos quais a tropa paraquedista já é reconhecida na Força. O preenchimento de seus claros de pessoal ocorre mediante classificação por proposta, nas movimentações realizadas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP), o que permite não apenas ter seus quadros completos, como selecionados adequadamente.

Considerando-se ainda que os militares do efetivo variável não têm condições de integrar uma força expedicionária e só poderiam ser utilizados nas missões de manutenção da sede da Brigada de Infantaria Paraquedista, conclui-se que os mesmos somente estarão disponíveis durante determinado período do ano, entre o término do período de instrução individual básico, normalmente encerrado no mês de maio, e o período de desincorporação, iniciado no mês de janeiro. É em relação a esse fator que diversas brigadas do Exército Brasileiro têm grande dificuldade em mobilizar uma força expedicionária, já que, em muitas organizações militares operacionais, o efetivo de cabos e soldados do efetivo variável chega a até 70% do total desse universo.

A Brigada de Infantaria Paraquedista possui aproximadamente 5.200 militares no total, sendo apenas aproximadamente 1.000 do efetivo variável. Baseando-se no mesmo conceito dos grupamentos operativos de fuzileiros navais, o efetivo a ser empregado pela Brigada como força expedicionária será mediante a mobilização de até três batalhões de infantaria paraquedista e os apoios necessários, com efetivo de até 2.200 homens. Cada batalhão de infantaria paraquedista tem entre 700 e 740 militares, possuindo uma média de apenas 120 recrutas cada (SERRÃO, 2014).

Considerando-se o efetivo do componente terrestre da Immediate Response Force, 1.500 homens, e do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, 800 a 2.200 militares, infere-se que, para compor uma força expedicionária, a Brigada de Infantaria Paraquedista deve ter condições de em-

pregar um efetivo próprio de aproximadamente 2.000 militares, deixando ainda um grande efetivo profissional na sua sede, a fim de manter as atividades de serviço, manutenção, administração, instrução, cursos e outras durante qualquer época do ano.

E essa possibilidade foi testada durante as recentes operações que a Brigada realizou no Complexo da Maré ao longo de dois meses em 2014. Nesse período, 1.440 militares, todos do efetivo profissional, foram empregados naquela operação, sem haver nenhuma substituição e mantendo-se todas as demais atividades administrativas e de rotina dessa grande unidade em sua sede, comprovando que ela pode permanecer em território estrangeiro com o mesmo efetivo do Componente Terrestre da IRF até ser substituída adequadamente por outro contingente militar.

Portanto, verifica-se que a Brigada de Infantaria Paraquedista atinge o fator *pessoal* em boas condições para compor a missão expedicionária com seu próprio efetivo profissional.

3.4.8 Fator infraestrutura

Esse fator trata das instalações físicas, equipamentos e serviços necessários à preparação e emprego da tropa. Além dos conceitos citados no fator *adestramento*, que lhe possibilita utilizar instalações de outras organizações militares, forças armadas e até mesmo de outros órgãos, a localização da Brigada de Infantaria Paraquedista no município do Rio de Janeiro auxilia sobremaneira nesse fator.

A existência de dois aeroportos no município, Tom Jobim e Santos Dumont, a

Base Aérea dos Afonsos em sua própria vizinhança, os portos do Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos, este último no Estado de São Paulo, permitem uma grande facilidade, não apenas no deslocamento da Brigada de Infantaria Paraquedista para a área de operações, mas na manutenção do fluxo logístico entre a sede e o local de emprego.

Além disso, o grande parque industrial da Região Sudeste e a melhor infraestrutura de comércio do país se localizam entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, facilitando uma rápida aquisição e distribuição do material que se faça necessário, inclusive por meio da Base Logística do Exército, próxima da Brigada de Infantaria Paraquedista.

Portanto, a Brigada de Infantaria Paraquedista reúne, em condições excelentes, o fator *infraestrutura* para ser empregada como força expedicionária.

4 Conclusão

É imperativo que o Exército Brasileiro tenha uma força expedicionária capaz de atuar fora do território nacional em um curto espaço de tempo, empregada de forma conjunta com a Marinha do Brasil e a Força Aérea, seja qual for a missão designada.

Conforme se verificou na pesquisa realizada sobre o Corpo de Fuzileiros Navais, a Força Conjunta de Reação Imediata da França e a Força de Resposta da OTAN, a tropa expedicionária que será empregada inicialmente possui em comum características como efetivo totalmente profissional, valor de uma grande unidade, com elementos próprios de combate, apoio ao combate e

logísticos, constituição predefinida, adestramento integrado e capacidade de cumprir missões humanitárias e em operações no amplo espectro.

Verificaram-se ainda nesse estudo os problemas logísticos e de pessoal enfrentados pelos primeiros contingentes dos batalhões de força de paz do Brasil enviados em 2004 e 2010, justamente sobre o fato de se mobilizar uma tropa com efetivo e material de diferentes comandos militares de área para compor um batalhão.

Do estudo, inferiu-se que a tropa a constituir uma força expedicionária é de valor brigada, mesmo que determinada missão exija um efetivo menor, mas que será mobilizado dentro da modularidade e necessidade da missão e utilizando seus próprios elementos, o que permite um adestramento prévio.

Ainda da análise dos sete fatores elencados pela Doutrina Militar Terrestre para determinar a capacidade de uma tropa para cumprir determinada missão, a Brigada de Infantaria Paraquedista atinge seis deles em excelentes condições. Observa-se, ainda que de forma empírica, mas, devido às peculiaridades inerentes apresentadas nesse estudo, que provavelmente apenas essa grande unidade no Exército Brasileiro reúne as seis capacidades

necessárias, nos níveis adequados.

Quanto ao fator *material*, observa-se que a Brigada de Infantaria Paraquedista é bem-dotada com o que prevê seu quadro de dotação e está apta a ser empregada imediatamente, mediante alguns reforços específicos. Dessa forma, o estudo para a adoção de viaturas blindadas, bem como de alguns outros armamentos, como obuseiros 155mm, e equipamentos essenciais aos trabalhos de engenharia e logísticos, demandam a necessidade de algumas mudanças nos quadros de pessoal e material da Bda, a fim de acelerar seu rápido desdobrando, permitir o adestramento prévio à missão e potencializar sua capacidade de emprego expedicionário.

Portanto, conclui-se que o Exército Brasileiro dispõe, desde já, de uma tropa capaz de constituir sua força expedicionária, demonstrando sua capacidade dissuasória e de projeção de poder, conforme prescreve a Estratégia Nacional de Defesa. Essa grande unidade será capaz de se desdobrar em território estrangeiro para cumprir missões no amplo espectro, num curto prazo de tempo, com seus próprios meios e pessoal, recebendo um mínimo de apoio externo a ela, e ali permanecendo até ser substituída por outro contingente militar ou cessarem os motivos da sua missão. ☺

Referências

DIAS, Luis Henrique Reis. **Responsabilidade, Segurança e Identidade, a Política Externa Brasileira**. Tese de Mestrado do Instituto de Relações Internacionais da PUC Rio. Editora PUC/RJ. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 3ª Ed. Brasília: Ed MD 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.102. Doutrina Militar Terrestre**. 1ª Ed. Brasília: EGGCF 2014a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.103. Operações**. 4ª Ed. Brasília: EGGCF 2014b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Histórico Haiti**. Disponível em <www.eb.mil.br/web/haiti/historico>. Acessado em 20/08/15, às 20:12h. 2015a.

OTAN. North Atlantic Treaty Organization. **NATO Response Force**. Disponível em <www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49755.htm>. Acessado em 14/07/15, às 19:30h. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 51-M-04. Doutrina Militar de Defesa**. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Defesa 2007a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.202. Força Terrestre Componente**. 1ª Ed. Brasília: EGGCF 2014c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD34-M-02. Manual de Operações de Paz**, 2ª Ed. Brasília: EGGCF 2007b.

SASSONE, Mario Eduardo Moura Sassone. **Organização do Setor de Defesa da França e do Exército Francês**. Apresentação em Power Point realizada por Mario Sassone, em 13/05/2014, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2014.

REIS, Eduardo Rollsing dos. Depoimento, Nov 2014. Entrevistador: COSTA, G. M. M. ECEME 2014. Entrevista concedida à pesquisa: **A Capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista em constituir a Força Expedicionária do Exército Brasileiro**.

ALBUQUERQUE, Leriche. Depoimento, Out 2014. Entrevistador: COSTA, G. M. M. ECEME 2014. Entrevista concedida à pesquisa: **A Capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista em constituir a Força Expedicionária do Exército Brasileiro**.

DIAS, Marcelo. **Força de Fuzileiros da Esquadra. As possibilidades e limitações da FFE relacionadas com as operações anfíbias e as operações terrestres de caráter naval**. Apresentação em Power Point realizada por Marcelo Dias, em 08/06/2014, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. **Revista Ancoras e Fuzis, Corpo de Fuzileiros Navais**. Ano XII, Nr 44 Ed CDDCFN, 2013a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. **Revista O Anfíbio, Revista do Corpo de Fuzileiros Navais**. Ano XXXI, Ed CDDCFN 2013b.

FRANÇA, 2013. Ministère de la Defense. **Livre Blanc sur la Defense et la Sécurité Nationale**. Disponível em <www.defense.gouv.fr/actualites/memoire-et-culture/livre-blanc-2013>. Acessado em 31/08/2015, às 23:00h. 2013.

CARVALHO, Fabiano Lima de. **A Força de Resposta da OTAN** Apresentação em Power Point realizada por Fabiano Lima de Carvalho, em 14/05/2014, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brigada de Infantaria Paraquedista**. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/>>. Acessado em 20/08/15, às 20:12h. 2015b.

SERRÃO, Alan de Almeida. Depoimento, Out 2014. Entrevistador: COSTA, G. M. M. ECEME 2014. Entrevista concedida à pesquisa: **A Capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista em constituir a Força Expedicionária do Exército Brasileiro.**

EUA, Estados Unidos da América. Secretary of Defense. Army. Fort Bragg. **History of the 82th Airborne Division.** Disponível em <www.bragg.army.mil/82nd/Pages/History.aspx> Acessado em 31/08/15, às 23:30h. 2015.

NR: A adequação das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Marechal Mascarenhas de Moraes

O gaúcho que comandou a Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial em defesa da liberdade e democracia

Cláudio Moreira Bento¹

Em 13 de novembro de 2015, transcorre o aniversário de nascimento do marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, de família modesta e sem tradição militar, na castrense São Gabriel que ele ajudou a consagrar como a terra sulina dos marechais e dos historiadores militares. Coube-lhe a suprema honra, na Segunda Guerra Mundial, em função de Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, de comandar as principais ações militares do Brasil, levadas a efeito contra o nazi-fascismo.

Primeiro, ao bem organizar a defensiva no Nordeste, “O Trampolim da Vitória”, a proteção dos seus portos e das bases aéreas americanas em Natal e Recife, e da ilha de Fernando de Noronha, contra um ataque alemão partindo da África, até a conquista desta pelos Aliados.

Segundo, ao comandar a vitoriosa ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. Histórica e gloriosa missão que ele classificou antes de partir de “a maior aventura da História do Brasil e do Povo Brasileiro”, depois classificada pelo Congresso Brasileiro como “o mais brilhante empreendimento militar do Brasil na República.”

Atuação brilhante, pela qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Casa da Memória Nacional, em sua função de Tribunal da História, consagrou Mascarenhas de Moraes “Como herói nacional, e recomendá-lo como exemplo de patriotismo moderno.” Se o Duque de Caxias, sócio honorário do IHGB, instituição que abriga desde 1925 sua heroica e invicta espada de campanha, é o maior soldado do Brasil e a maior Espada do Império, Mascarenhas de Moraes é o maior soldado da República. Ambos os líderes militares providenciais, com que contou a Pátria Brasileira, em três dos seus mais graves momentos, para conduzir o Brasil à Vitória, em guerras externas, a que foi forçado, contrariando a sua tradição pacifista e de repúdio à Guerra de Conquista. Caxias é hoje o Patrono do Exército e da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), consagrado na condução das guerras contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1865-70), em defesa da integridade e da soberania do Brasil.

O marechal Mascarenhas destacou-se na primeira guerra extracontinental de que

¹ Coronel do Exército (reformado). Jornalista e historiador militar, foi instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, onde preside, em seu interior, a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil e a AHIMTB Resende Marechal Mário Travassos.

o Brasil independente participou, ao lutar na Itália e fazer muito boa figura, em aliança ou contra representações dos mais modernos e melhores exércitos do mundo, presentes na Europa Ocidental, no maior conflito da História da Humanidade, em defesa da democracia e da liberdade mundial. À medida que passam os anos, à semelhança de Caxias, que foi o seu modelo em vida, vem se agigantando na projeção da vida e obra do nosso marechal “que somente viveu do Exército e para o Exército, ao serviço do Brasil, na paz e na guerra, até o sacrifício sem reservas e vacilações”. Em função disso, nosso herói recebeu justas e honrosas homenagens, tais como: do povo norte-americano, três citações presidenciais, consagradoras de sua obra como cabo de guerra de projeção internacional; dos gaúchos, a oferta de Espada de Ouro — hoje no Museu da República —, honraria concedida antes ao general Osório, também gaúcho, e o maior líder de combate de nossa História; do Povo Brasileiro, através da Assembleia Constituinte em 1946, a concessão das honras de marechal-de-exército; e do Congresso e Executivo do Brasil, em 1951 (Lei nº 1.448, de 10 dez 51), a sua reversão ao serviço ativo, em caráter vitalício, no posto de Marechal-de-Exército. Honraria igual à concedida depois da I Guerra Mundial, pela França, aos seus marechais que a conduziram à Vitória e, pelos Estados Unidos, ao general John Pershing, que comandou os americanos naquela guerra na Europa.

O nosso marechal faleceu em 17 de setembro de 1965, aos 85 anos, cercado de todo o respeito do Exército e da Nação e da veneração de seus comandados da FEB, que ele liderou e por eles se interessou até falecer. Isto,

com a consciência tranquila de haver trasladado da Itália os mortos na campanha da FEB para o monumento condigno aos Mortos do Brasil na II Guerra Mundial, que idealizou e construiu sob o argumento: “Eu os levei para o sacrifício cabe-me trazê-los de volta”, exímia e edificante atitude do maior soldado brasileiro contemporâneo. E cumpre-nos realçar os relevantes serviços que prestou ao desenvolvimento da cultura, ao culto às tradições militares nacionais, da Geografia e da História do Brasil.

Como comandante da Escola Militar, 1935/37, quando no Realengo (EMR), oficializou, estimulou e dinamizou a Biblioteca Central, a dos Cursos das Armas e Serviços e a da Sociedade Militar Acadêmica, integrada por cadetes. Sociedade presidida, entre outros, pelos cadetes Aurélio de Lyra Tavares e Jarbas Passarinho, ambos hoje patronos de cadeira na FAHIMTB. E criou outras, especializadas. Tudo visando a despertar nos futuros oficiais o gosto pela leitura e o recurso ao autodidatismo no aprimoramento da cultura geral, profissional e especializada. Na fase Defensiva do Nordeste, contra um possível ataque alemão partindo da África, foi buscar inspiração, para si e para seus comandados, nos Montes Guararapes, através de cerimônia cívico-militar memorável, de trasladação para a igreja, mandada construir pelo general vencedor daquelas memoráveis batalhas, dos restos mortais dos heroicos Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Montes Guararapes, em 21 de abril de 1971, foi inaugurado como o 1º Parque Histórico Nacional, pelo presidente Emílio Médici. Parque Histórico do qual recebi a honrosa missão como oficial do estado-maior do en-

tão IV Exército, de coordenar o seu projeto, construção e inauguração e escrever como missão o meu primeiro livro: *As Batalhas dos Guararapes – Descrição e Análise Militar*. Recife: UFPE, 1970.

Ao retornar da Itália, vitorioso, Mascarenhas foi depositar os louros conquistados pela FEB nos Montes Guararapes, proferindo palavras memoráveis e antológicas, que, desde a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em 1971, encontram-se inscritas, em bronze, em local de destaque ao mesmo nível da Igreja N. Sra. dos Prazeres. Como demarcador das novas fronteiras, do Brasil com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, decorrentes do Tratado de Petrópolis de 1903, prestou assinalados e relevantes serviços à Geografia do Brasil. Sua obra específica merece respeito e consagração dos brasileiros e em especial dos seu conterrâneos do Rio Grande do Sul. Prestou meritório serviço à Memória Nacional ao produzir as obras *A FEB por seu comandante e Marechal Mascarenhas de Moraes – Memórias*, 2 v., fontes preciosas de nossa História Contemporânea, que o consagraram como patrono de cadeira da Federação de Academias de História Militar Terrestre (FAHIMTB), que fundamos em Resende em 1º de março de 1994, no aniversário do término da Guerra do Paraguai. FAHIMTB foi, desde então, acolhida em instalações da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que ele comandara no Rio de Janeiro, como Escola Militar do Realengo. Essas obras, ao lado de trabalhos históricos que produziu, focalizando o Duque de Caxias como a Maior Espada do Império e o general Gamelin, primeiro chefe da Missão Militar Francesa (MMF) no

nosso Exército, também o consagram como historiador militar. Revelam uma consciência histórica cristalina, serena e equilibrada dos tempos que viveu e testemunhou, fruto de segura, madura, honesta e muito franca interpretação.

As suas *Memórias*, em particular, constituem uma das mais serenas e claras fontes da História do Exército, como Instituição e Força Operacional, no contexto de Reforma Militar. É mais, indispensável item na bagagem e cabeceira dos oficiais, como um guia do oficial do Exército Brasileiro. Elas traduzem a vivência militar de quem é hoje padrão, símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno. Além de ser exemplo de ilustre e exemplar cidadão, cabo de guerra estudioso, dedicado, simples e corajoso. E para Menotti del Pichia, “o marechal historiador”, que ajudou a fazer e a escrever um dos mais belos capítulos da História Contemporânea, ao comandar a FEB na Segunda Guerra Mundial.

A infância e o despertar para a carreira das Armas

Jango, como era conhecido em família, recebeu influência cultural e espiritual de seu avô materno, pelotense que estudou no Caraça, em Minas. Seu avô venceu na vida, tornando-se estancieiro próspero em São Gabriel, onde foi vizinho e amigo de Deodoro da Fonseca. Sua infância foi feliz. Aos 10 anos, a Revolução Federalista de 93, com seus barbarismos, obrigou-o a migrar para Porto Alegre, em companhia dos pais, com significativa perda patrimonial. Em Porto Alegre, durante o dia auxiliava a mãe numa

padaria, enquanto o pai percorria o Rio Grande como caixeiro-viajante. À noite estudava, visando à Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, cedendo à vocação de soldado. Esta, despertada na infância “ao deslumbrar-se com o brilho das espadas, o vibrar de clarins e com os desfiles do Regimento de Mallet, aos domingos, para assistir missa na Matriz”. E, como era tradição no Império, “com suas fardetas ajustadas, guriões de verniz, gravatas de couro e calças alvíssimas”.

Iniciou a carreira militar em 1º de abril de 1899, na Escola Tática do Rio Pardo, em turma de civis, onde se destacava, e onde conheceu “a figura minúscula, como eu, de Bertoldo Klinger” e “Getúlio Vargas, senhor já daquele sorriso que nunca o abandonou”.

Sobre essa escola, publicamos, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, a obra *Escolas Militares de Rio Pardo 1859/1911* (Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2005), que resgata a vida naquela Escola dos alunos Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Bertoldo Klinger — este, memorialista que nos ajudou neste resgate, o mais difícil que enfrentamos, por carência de fontes primárias.

Mascarenhas concluiu a escola com destaque, no início de 1902, quando tomou contato com o Rio, terra adotiva, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha. Ali foi colhido, ao final do 3º ano, pela Revolta da Vacina Obrigatória de 1904, da qual se recusou, de pronto, como poucos, a participar. Fechada e extinta a Escola, foi mandado apresentar-se à tropa como soldado raso de Infantaria e logo a seguir de Artilharia na Fortaleza de São João. Ali colheu, através do sargento Fontoura, um correto exemplo de profissional modelar e consciente. Em 23 de

agosto de 1905, após exames, foi de soldado a alferes-aluno, posto lembrança do que classificou de “um Exército de teóricos”, a cuja última turma pertenceu. Aliás, denominação abandonada, desde então, em função do Regulamento de 1905, pela atual de aspirante a oficial. Regulamento que transformou o episódio político da Revolta da Vacina na maior revolução doutrinária ou cultural do Exército. Isto por se constituir em ponto de inflexão do ensino militar, de bacharelismo para profissionalismo militar. E, na prática, por elevar os padrões de operacionalidade do Exército, dos descoloridos e tristes de Canudos e Revolução Federalista, para os destacados padrões atingidos pela FEB, que Mascarenhas teve a honra e o privilégio cívico de conduzir à Vitória na Itália.

Coube-lhe assim, como representante da última turma do bacharelismo da Praia Vermelha, impregnada por um Positivismo mal interpretado no Campo Militar, dar a volta por cima e tornar-se o maior expoente do profissionalismo militar, ao comandar a FEB.

Demarcador de fronteiras no Brasil-Bolívia no Acre

Sua primeira missão foi na demarcação das fronteiras com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, em função do Tratado de Petrópolis de 1903. Nela, demorou-se cinco longos anos. Percorreu os vales dos rios da Prata, Paraná, Paraguai, Madeira, Abunã, Xipamano, Rapina e Amazonas. Num intervalo da missão, cursou Engenharia e Estado-Maior. Como engenheiro, praticou na construção do Forte Copacabana. Acusou de ridículo e pretensioso o Ensino Militar da

época, ao conferir a um 2º tenente o título de oficial de estado-maior. Este modificado pela Missão Francesa, ao entendimento atual. Conseguiu driblar a malária e aumentar suas rendas para auxiliar seus pais e realizar o sonho de constituir família. Consciente, de forma clara, dos momentos históricos que viveu, registrou a coincidência de quatro conterrâneos gabrielenses terem tido participação ativa na incorporação do Acre ao Brasil: Gentil Norberto, ao iniciar a Revolução Acreana; Plácido de Castro, ao colocar-se à frente do movimento armado e torná-lo vitorioso; o diplomata e jurista J. F. Assis Brasil, como negociador plenipotenciário, junto com Rio Branco, do Tratado de Petrópolis de 1903; e, finalmente, ele Mascarenhas de Moraes, como um dos demarcadores das novas fronteiras com a Bolívia, no Acre.

Início de suas ligações sentimentais

De retorno da demarcação no Acre, em 1915, tiveram lugar duas fortes ligações sentimentais: primeiro, o casamento com sua conterrânea Adda Brandão, com quem viveu ligação modelar e teve um casal de filhos; a segunda, sua ligação com o Regimento de Artilharia Montada – Grupo Floriano, onde penetrou afetivamente nos mistérios de Artilharia, inclinação despertada na infância à vista do heroico e legendário Regimento Mallet e por ouvir suas bélicas tradições. Ali foi guia seguro e esclarecido o seu amigo desde o Rio Pardo, o capitão Bertoldo Klinger, que cursara, de forma brilhante, Artilharia no Exército Alemão.

Era a época da Revolução Cultural, levada a efeito em *A Defesa Nacional* por Klin-

ger, Leitão de Carvalho, Euclydes Figueiredo, Paula Cidade, entre outros. Klinger e Paula Cidade eram gaúchos. Klinger, filho de Rio Grande, e Paula Cidade, porto-alegrense e meu patrono no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Ambos são hoje patronos de cadeiras numeradas na FAHIMTB.

Consciente disso e das constantes intervenções da Escola Militar na vida política do Brasil, desde a campanha republicana, no Império, o coronel Mascarenhas de Moraes fez um levantamento de todos os movimentos ocorridos em escolas do Exército (Praia Vermelha, Realengo, Porto Alegre e Rio Pardo). Determinou suas causas e tratou de erradicá-las.

Ao eclodir a desastrosa Intentona Comunista de 1935, empregou os cadetes na erradicação do foco na Escola de Aviação, em apoio à ação da Vila Militar e à reação liderada pelo então tenente-coronel Eduardo Gomes no 1º Regimento de Aviação. Coube a cadetes render e conduzir à sua presença, na Escola Militar, os dois principais chefes do levante na Escola de Aviação e conduzi-los, presos, à 1ª Região Militar.

O dia 27 de novembro de 1935 foi também marco da erradicação de revoltas da Escola Militar, fruto da manipulação externa, da pureza e romantismo cívico da juventude militar, combinada com desassistência interna. Sobre isso, registrou o coronel Mascarenhas: “Sob o meu comando, pela primeira vez no Brasil, os alunos da Escola Militar saíram do quartel para defender a ordem e as instituições”. E continuou:

Mediante assistência dedicada e permanente, diligencieei no sentido de que os cadetes, futuros chefes, fossem preservados da deformação mental provocada pelo espírito revolucionário extremista, apregoadado pelo Comunismo e Integralismo. Foram sobretudo orientados e instruídos no respeito à Lei e à Disciplina, fundamentos de todo o Ordenamento Jurídico do Brasil.

Em janeiro de 1936, dirigiu, em presença do Chefe da Nação, aos aspirantes da turma de 1935, saudação que chamou de “Modesto Catecismo”, com 15 itens, para orientar a vida dos aspirantes e que conserva até hoje grande atualidade. Dele, destaco quatro conselhos, frutos de reflexão madura duma vivência militar de 35 anos. Conselhos de um chefe extremamente responsável e, mais do que isso, o pai de um dos cadetes em forma:

- “Ampliai vossa cultura profissional, em proveito próprio e no do adestramento da Tropa que comandais” (cultura e operacionalidade).
- “Economizai e conservai, com carinho, os bens da Fazenda Nacional e em especial o material de guerra que, além de caro, é diminuto para nossa necessidade” (economia e zelo pelos bens da Nação).
- Sede brandos e justos para com vossos comandados, subordinados e leais para com os superiores, severos convosco, abnegados no serviço, tudo na forma sublime do sacerdócio militar” (justiça, lealdade, dar o exemplo – carreira militar, sacerdócio).
- “Senti bem a força de vossa autoridade, sem vos esquecerdes de que ela é uma delegação do próprio Es-

tado, através de todos os escalões da Hierarquia. Ela emana da Soberania Nacional e, como tal, só se exerce em defesa do Brasil e de suas Instituições” (autoridade militar é delegação para defesa da Pátria).

Modesto Catecismo também ouvido pelo aspirante Carlos de Meira Mattos, mais tarde seu capitão na FEB, seu amigo, prefaciador de suas *Memórias*, e hoje seu biógrafo, considerado uma das maiores autoridades em Geopolítica do Brasil, também ex-comandante da AMAN e o primeiro a tomar posse como acadêmico da FAHIMTB, inaugurando a cadeira numerada Marechal Mascarenhas de Moraes, cadeira hoje que tem por titular seu único neto o acadêmico Cel Art Roberto Mascarenhas de Moraes. E mais, pelos cadetes do 2º ano, entre os quais o seu próprio filho Roberto Brandão Mascarenhas de Moraes. No 1º ano, formavam, entre outros, os cadetes João Baptista de Oliveira Figueiredo e Délio Jardim de Mattos. Entre os capitães e tenentes que integraram a FEB muitos eram seus ex-cadetes na Escola Militar.

Pelo Boletim Escolar nº 31, de 6 de fevereiro de 1937, reconheceu e oficializou a Biblioteca Escolar, bem como as dos cursos e a da Sociedade Acadêmica. Autorizou os departamentos de Equitação e Educação Física a organizar bibliotecas especializadas.

Seu gesto sucedeu de um ano ao da criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual é patrono da cadeira nº 79. Antecedeu um ano a reorganização da BIBLIEX com o espírito, então, de dar preferência a trabalhos de militares do Exército, para estimular o surgimento de novos

escritores militares e apoiar, como biblioteca de consulta, os militares da Guarnição do Rio. Tudo como parte de um contexto de apoio e estímulo ao desenvolvimento e difusão da corrente do Pensamento Militar Brasileiro que emergiu da Reforma Militar e a orientou. Pensamento visando ao longo prazo, à formulação de uma Doutrina Militar Brasileira genuína — sonho que vinha sendo sonhado e perseguido por Caxias, Deodoro, Floriano, Medeiros Mallet, Hermes e Clodoaldo da Fonseca e pelos “Jovens Turcos” da revista *A Defesa Nacional*, os veteranos de nosso Exército, que lutaram ao lado da França na 1ª Guerra, os integrantes da Missão Indígena da Escola Militar do Realengo 1919/1921, os pensadores militares J. B. Magalhães e Castelo Branco e muitos outros, que seria exaustivo enumerar, até 1945.

Como outros eventos marcantes de seu comando na EMR registrem-se: o recebimento do Espadim de Caxias, das mãos do presidente Getúlio Vargas, pelo primeiro recipiendário do Espadim de Caxias a atingir a Presidência da Nação e a Chefia Suprema das Forças Armadas, o ex-presidente general João Figueiredo; o envio de representação de um pelotão de Cavalaria a Porto Alegre, para o Centenário da Revolução Farroupilha; a definição de 23 de abril, data de início do funcionamento da Academia Real Militar em 1810, como data oficial do aniversário da Escola Militar, hoje AMAN; a consagração da Escola Militar como Campeã Universitária de Atletismo; e, finalmente, a incorporação à Escola, em 25 de fevereiro de 1937, do bronze “Pela Pátria, pela Humanidade”, alegoria ao gesto heroi-

co do aspirante Humberto Pinheiro Vasconcelos, que deixou mutilar sua mão e braço, colocado do lado de fora da sala, por uma janela, para evitar que granada de mão, acionada acidentalmente, atingisse a tropa que instruíra numa sala.

A partir de 1936, o coronel Mascarenhas registrou o brilhante auxílio que passou a receber do então major Tristão Alencar de Araripe, emérito instrutor da Tática Geral na ECEME, como seu diretor de ensino, personalidade que se destacou na Segunda Guerra Mundial na defesa de Fernando de Noronha e, depois, como historiador e presidente, diversas vezes, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, além de membro do IHGB e comandante da Escola de Estado-Maior, e também um grande defensor do ensino de História Militar Crítica à luz dos Fundamentos da Ciência e da Arte Militar e não como História Descritiva.

Atuação na Segunda Guerra Mundial

A ação de nosso herói moderno foi providencial, relevante e vitoriosa na Segunda Guerra Mundial. Tanto na fase Defensiva, no Nordeste, como na Ofensiva, na Itália, em resposta ao acordo Militar Brasil-EUA (Mar 1942).

Na fase Defensiva, como comandante da 7ª Região Militar, no Recife para:

Assegurar a integridade do Nordeste, ‘O Saliente Nordestino’ incluído no cinturão de Defesa Estratégica dos EUA, contra possível ataque alemão partindo da África,

até que ocorreu o desembarque vitorioso americano naquele Continente.

O correto e eficaz desempenho dessa missão é atestado pela citação do presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, ao conceder-lhe a Ordem da Legião do Mérito:

Conduta excepcionalmente meritória, de setor que incluía bases aéreas e portos. Organizou e dirigiu a defesa dos mesmos quando era constante a ameaça de ataques. Sua previsão, excelente critério, iniciativa, habilidade para organização, faculdade inventiva e superior direção, contribuíram de maneira inestimável para a continuação do esforço de guerra no Nordeste.

Nessa honrosa missão, teve o concurso de cerca de 50.000 militares. Entre eles, alguns historiadores do IHGB. O primeiro, o general Estevão Leitão de Carvalho, que lhe “fez inspeção severa e preciosa com observações úteis e plausíveis”. O terceiro, após ter deixado o Nordeste, o general Tristão de Alencar Araripe, no comando da defesa de Fernando de Noronha “A guarnição sacrificio”, cujos 99 canhões 152 foram desembarcados em trabalhos hercúleos e épicos, pelos pontoneiros do 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá, que teve a honra de comandar em 1981/82. Canhões que foram instalados e apontados pelo nosso estimado confrade nos IHGB e IGHMB general Francisco de Paula Azevedo Pondé, também presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e hoje patrono de cadeira na FAHIMTB.

Na fase Ofensiva, coube-lhe conduzir a FEB à vitória, nos campos da Itália. Feito maior que trataremos sinteticamente por se achar bem preservado e divulgado e com suas fontes significativamente arroladas, pelo

coronel Francisco Ruas Santos, expedicionário da FEB e introdutor, na AMAN, em 1961, do ensino de História Militar Crítica, à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar — trabalho editado pela BIBLIEX, sob o estímulo de seu diretor, à época e também nosso ilustre consócio, Gen Umberto Peregrino, que se preocupou em editar trabalhos sobre a FEB e que apoiou o marechal, através da BIBLIEx, na primeira cerimônia realizada no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, ainda em construção no Aterro do Flamengo. História da FEB cujas fontes primárias reunimos numa sala especial no Arquivo Histórico do Exército, quando o dirigimos, em 1985/1991, sendo secretário do Exército o hoje acadêmico emérito Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto, ocasião em que conseguimos mudar o nome de Arquivo do Exército para Arquivo Histórico do Exército, com sua missão definida em placa de Bronze em sua entrada.

Atuaram em apoio ao marechal mais três ilustres consócios e chefes militares. Primeiro, o general Estevão Leitão de Carvalho, como representante do Brasil na Comissão Mista Brasil-EUA, intermediário entre os dois governos, em tudo que se referia à FEB e ex-comandante da Escola de Estado-Maior.

Segundo, nosso confrade no IHGB, o então tenente-coronel Nelson Lavanère-Wanderley, pioneiro do primeiro voo do CAN, e hoje seu patrono e também patrono de Delegacia da FAHIMTB em Santos Dumont, MG, e como integrante da comitiva do marechal na África, para os primeiros contatos com oficiais dos EUA no TO do Mediterrâneo e que permaneceu naquele TO, como

oficial de ligação de aeronáutica das forças brasileiras com as norte-americanas.

Em terceiro lugar, o então tenente-coronel Aurélio Lyra Tavares, integrando a Chefia do Estado-Maior do Interior no Brasil, encarregado de assuntos relacionados com a FEB, na Itália, cujos detalhes nos fornece em sua obra *O Brasil de minha geração v.2* e que, na qualidade de ministro do Exército, baixou ato em 1968, incluindo foto e dados sobre o marechal, no *Almanaque dos Oficiais do Exército*, logo a seguir à página reservada ao Duque de Caxias — como Patrono do Exército.

Além das vitórias colhidas na FEB pelo marechal Mascarenhas e os cerca de 25.000 brasileiros que comandou (militares do Exército e Força Aérea, enfermeiras e civis do Banco do Brasil), merece destaque o grande feito pouco percebido e enfatizado, mesmo por especialistas. Feito semelhante ao milagre da transmutação da água em vinho! Ele consistiu na adaptação da FEB na Itália, da Doutrina Francesa em implantação há 24 anos no Brasil, para a Doutrina Americana, graças à criatividade e adaptabilidade do soldado brasileiro e o valor de chefe do futuro marechal.

Eram doutrinas com diferenças gritantes em seus processos e equipamentos. A americana era baseada na motorização, no fuzil Garand, nos canhões 105 e 155, na observação aérea etc., coisas desconhecidas do Brasil, com seu Exército hipomóvel, voltado para a defesa das fronteiras Sul e Oeste e não para uma expedição ultramarina.

Durante a campanha, Mascarenhas tomou duas decisões históricas de grande repercussão na sucessão de vitórias da FEB, segundo Meira Mattos.

A primeira foi a centralização do comando, depois dos insucessos de Monte Castelo, particularmente o preparo e conduta das operações de combate. Daí por diante, as ações da FEB foram conduzidas com sucessos assinalados pelas vitórias de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Collecchio, entre outras. Sobre isso, escreveu: “A FEB somente passou a resplandecer no cenário da guerra, quando centralizei em minhas mãos o comando periclitante de nossa Divisão Expedicionária”.

A situação traz-me à lembrança a conduta da guerra do Paraguai, até o desastre de Curupaiti, que determinou a ida de Caxias para assumir o Comando Único e Centralizado. À primeira vista, é uma preciosa lição da História Militar do Brasil. É um assunto importante a ser analisado como lição.

A segunda foi embarcar a Infantaria nos caminhões da Artilharia, na fase da Perseguição às forças inimigas em retirada. O marechal foi formado na era hipomóvel. Esta decisão determinou a surpresa tática das unidades alemãs que tiveram a retirada cortada pela FEB, através do rio Pó. Isso resultou na rendição de 15.000 alemães e o abreviamento da campanha. Esse feito traz à lembrança a manobra desbordante de Caxias, de Piquiri, através do Chaco, com o desembarque de surpresa, em Santo Antonio, entre o grosso adversário e a capital Assunção.

Por sua brilhante atuação no comando da FEB, Mascarenhas de Moraes foi alvo das citações do presidente dos Estados Unidos cujos termos sintetizo:

Demonstrou em grau superlativo, habilidade, liderança e coragem. Conduziu a

FEB por 299 dias de ação contínua, contra o inimigo, sob intempéries por ele desconhecidas. Suas tropas fizeram cerca de 20.000 prisioneiros. Cumpriu todas as missões recebidas dos oficiais do Exército dos EUA, sob cujas ordens serviu, demonstrando suas magníficas qualidades de líder de combate.

E em outra citação:

Dirigiu hábil e corajosamente operações contra resistências sob condições adversas do terreno. Neste afã se expôs a grave perigo nas áreas avançadas. Pela sua vigorosa e sábia direção, a FEB mostrou adaptabilidade e zelo na execução de cada missão. O largo conhecimento profissional e habilidade para cooperar e coordenar com as unidades aliadas, envolvidas nas operações, granjearam-lhe créditos e estão em acordo com as mais altas tradições dos exércitos aliados.

Do povo brasileiro recebeu consagração através de Projeto de Lei nº 115 de 1948 do Congresso Nacional, assinado por 143 deputados, entre os quais sócios do IHGB, general Jonas Correia e Afonso Arinos. Foi também deputado signatário Euclides Figueiredo, Jovem Turco e Missionário Indígena, e pai do ex-presidente general João Figueiredo. O projeto foi transformado na Lei nº 1.488 de, 10 de dezembro de 1951, sancionada pelo seu antigo calouro do Rio Pardo, o então presidente Getúlio Vargas e com o seguinte espírito: Investidura no posto de marechal-de-exército, reversão e permanência no serviço ativo até morrer.

Na justificação do projeto, seus signatários se expressaram, entre outros, nos seguintes termos:

Sob seu bravo comando, a FEB realizou os mais gloriosos feitos. Onde quer que tenha atuado antes da guerra, deixou a marca de uma forte individualidade e de militar dotado das virtudes essenciais à profissão de soldado. Democrata nas ideias e nos hábitos, discreto, inimigo do ruído em torno de seu nome e atos. Modelo, em resumo, do oficial completo para quem o serviço da Pátria é o objetivo supremo da existência. Na direção das tropas, no estrangeiro, longe da Pátria, mostrou, finalmente, como era de fato incomum a sua capacidade de chefe militar e de esplêndido condutor de homens. Capacidade de comando revelada pela ascendência sobre os subordinados, baseado no exemplo e na confiança que soube conquistar, pela prática das verdadeiras virtudes militares e provas positivas e permanentes das qualidades de chefe.

Significação histórica

O marechal Mascarenhas de Moraes é símbolo e padrão do soldado brasileiro moderno. Comandou à vitória forças brasileiras, na Itália, no esforço de guerra dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, que culminou com a derrocada da ameaça nazifascista no maior conflito da Humanidade.

Por essa razão, principalmente, conquistou lugar de grande relevo, entre os maiores guerreiros do Brasil, cultuados, evocados e apontados como exemplos à Nacionalidade,

Nosso marechal conheceu em vida a glória e a consagração, como herói nacional militar, em demonstrações espontâneas oportunas e justas de parte do Povo Brasileiro e do Exército do Brasil. Iniciando a vida militar, como aluno, passou pela graduação de soldado raso e atingiu a culminância da

hierarquia militar no posto de marechal, por vontade soberana do Povo Brasileiro. Esta, manifestada através do Congresso Nacional. Por vontade desse mesmo Povo Brasileiro reconhecido, teve o privilégio da vitaliciedade no Serviço Ativo e o de ser soldado na ativa por 65 anos, até morrer.

Sua espada honrada só foi desembainhada em defesa da Lei, da Ordem e das Instituições, no campo interno, e da democracia e da liberdade mundial, no campo internacional. Prestou assim brilhantes serviços, de grande projeção no Brasil, em sua marcha rumo à conquista de seu destino de grandeza.

Concentrando no comando da FEB, na Itália, e no retorno vitorioso da mesma, grandes poderes legais e potenciais, de fato, em suas mui dignas mãos, jamais abusou dos mesmos; virtualmente soldado, não cedeu às tentações políticas, em que caíram vários generais, ao retornarem cobertos de glórias do campo de batalha, conforme o registra a História da Humanidade.

Suas glórias imortais e consagradoras, como a maior espada até o presente, da República, ele as conquistou com soldados tropicais no montanhoso e por vezes nevados campos de batalhas na Itália, já sexagenário, e na condição de o mais velho general Aliado em campanha, naquele Teatro de Guerra.

Lá, segundo seu oficial de operações, o então tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco, nosso herói afrontou a morte com serenidade, expondo-se aos lances e perigos da guerra, com característica de ato de bravura. Esta, reconhecida em citação do presidente Harry Truman dos EUA. Bravura capaz de justificar a concessão de medalha específica a “única que não rece-

beu e que mereceu mais do que ninguém” e que completaria as suas 27 condecorações, das quais 11 nacionais e 16 internacionais.

Escolhido por sua ciência e virtudes para comandar a FEB, segundo o acadêmico Menotti del Picchia,

o marechal que aliava dignidade à bravura, transformou aquela força, de um punhado de bravos, num corpo de combate, homogêneo, eficiente, não raro audaz e impetuoso, que nos trouxe as vitórias de Castelnuovo, Montese, Forno e o instante épico de Monte Castelo, que iluminou de glória: as virtudes do soldado brasileiro.

Nosso marechal à frente da FEB, a História o comprova, revelou ao Brasil, um espírito superior, ao chamar a si a responsabilidade do revés e dividir os louros da vitória. Mostrou-se modelar como chefe e líder militar brasileiro, consciente e com alto grau de seus deveres e responsabilidades em sua histórica missão de “comandar a maior aventura militar do Brasil na República”. Ele revelou calma, equilíbrio intelectual e emocional no insucesso e humildade e modéstia na vitória. Foi organizador silencioso, discreto, metucioso e previdente. Estrategista e tático inspirado. Planejador sóbrio e objetivo. Condutor sereno, tenaz, enérgico, perseverante, estoico e capaz dos maiores sacrifícios.

O grande historiador brasileiro Dr. Pedro Calmon assim definiu o marechal Mascarenhas de Moraes:

Herói providencial por ter sido, sem injustiça, sem ilegalidade, sem egoísmo e impelido por sua única paixão, compatível com os deveres cívicos — a paixão do Bem

Comum. Providencial por ter feito, como soldado modelo, do destino nacional a sua diretiva da glória sem mácula, a sua ambição, do sacrifício o seu timbre heráldico, das vitórias ganhas pelo país, os títulos imensoais de sua carreira militar honrada.

Todos os seus feitos, que o consagraram na galeria dos maiores soldados guerreiros do Brasil, foram praticados sem alardes, arruídos, violência desnecessária e abusiva. Não se embriagou com a glória. Não tripudiou sobre os vencidos. Ao contrário, exigiu para os prisioneiros de guerra trato humano coerente com as melhores tradições brasileiras e recusou assinar proclamações que expusessem seus homens a manipulações psicológicas.

Como gaúcho, foi fiel às características de firmeza e doçura do gaúcho histórico, que encontraram no general Osório a sua expressão maior e mais autêntica. Características inscritas na bandeira da República Rio-Grandense sob a forma de dois amores-perfeitos.

Firmeza no combate, ao lutar com toda a bravura, garra, firmeza, tenacidade e determinação. Doçura, depois da vitória, traduzida pelo respeito, como religião, à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido.

Foi além, a expressão viva da dignidade e do respeito à ética e a encarnação da lealdade autêntica à Ordem, à Lei e às Instituições, pelo quê sua dignidade pagou alto preço em 1930.

Não foi um líder carismático, arrebatador. Mas sim líder que firmou sua liderança em função de suas elevadas capacidades

profissional, militar e administrativa. Esta, decorrente das aptidões de muito bem planejar, organizar, comandar, controlar e coordenar. Tudo embasado em inteligência e saúde mental invejáveis; caráter superior; espírito público e integridade em grau superlativo; coragem física e moral, provada em diversas ocasiões; capacidade de decisão e de diagnosticar situações humanas, como no caso de seu estado-maior antes da vitória de Monte Castelo; grande capacidade de autoanálise, autodomínio e fortaleza de espírito, que resistiu na guerra às enormes pressões, que não lhe deixaram sequelas na paz, caso comum entre veteranos de campanhas.

Comparando-o com um *iceberg*, a ponta era representada por sua figura humana que ele classificou certa feita de minúscula. Sob ela, a parte restante e a maior do *iceberg* era representada por seu espírito superior e providencial, para comandar os brasileiros na primeira participação militar extracontinental da Nacionalidade.

Chefe e amigo de seus subordinados, foi o arquiteto de seus entusiasmos, levou, todos os dias, em todos os recantos de sua zona de ação a sua presença, a sua assistência moral, a palavra certa e sobretudo a confiança. Na paz, continuou atento aos seus destinos e na luta pela defesa de seus legítimos interesses.

Além das qualidades excelentes e modelos de cabo de guerra e cidadão brasileiro, foi esposo modelar. Alimentou um amor-veneração correspondido por sua esposa, Adda Brandão, exemplo de filha, esposa, mãe e avó de soldados do Exército Brasileiro. Heroína brasileira moderna, que repousa ao lado do marechal, no Mausoléu dos

Veteranos da FEB, no cemitério São João Batista, que inauguraram com seus veneráveis despojos. Eis mais um traço comum do marechal com o Duque de Caxias, entre tantos outros estudados em *Letras em Marcha* pelo seu oficial de Logística na FEB, o falecido general Agnaldo Senna Campos, autor do anteprojeto do célebre distintivo da FEB *A cobra está fumando*.

Bravo histórico e providencial cabo de guerra brasileiro!

Marechal Mascarenhas de Moraes, hoje denominação histórica da gloriosa 1ª Divisão de Exército, da Vila Militar, que carrega as mais caras tradições da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB, à frente da qual colheste com teus bravos soldados, louros inacessíveis para armas brasileiras, na Itália na II Guerra Mundial.

Hoje, esta Memória Evocação presta-te, por justiça e dever, uma das poucas homenagens que te eram devidas e, mais do que isso, para consagrar-te! Como historiador e geógrafo brasileiro e, fundamentalmente como padrão, símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno, com projeção histórica que mais se aproxima do ínclito Duque de Caxias — o Patrono

do Exército. Como general brasileiro, que conquistou, nos campos de batalha na Itália, lugar na galeria dos capitães da História Militar Mundial; o de maior soldado latino-americano deste século e um dos maiores da História do Brasil e que esteve à altura e honrou as tradições militares brasileiras dos Guararapes, Catalan, Taquarém, Passo do Rosário, Monte Caseros, Paissandu, Passo da Pátria, Tuiuti, Curuzú, Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Campo Grande.

Bravo Marechal Mascarenhas de Moraes! Que o teu imortal exemplo de soldado gaúcho moderno continue a inspirar e alicerçar o presente e o futuro do Brasil e em especial o do Exército Brasileiro — o teu Exército — o Exército do Duque de Caxias — O Pacificador.

Finalizando: O major de engenheiros Alfredo de Taunay, ao falar em nome do Exército, no sepultamento do Duque de Caxias, assinalou como maior característica do Patrono do Exército “A grandeza de sua simplicidade”. Do marechal Mascarenhas, falando em nome das instituições históricas que eu presido ou integro, creio, interpretando os sentimentos gerais, podemos afirmar que suas maiores características foram *a grandeza de sua dignidade e a de sua consciência profissional*. ☺

Referências

BENTO, Claudio Moreira. **Marechal Mascarenhas de Moraes - Significação Histórica**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nº 344:119-136, jul/set 1984. (Nossa oração no Centenário do Marechal a convite do Dr. Pedro Calmon).

_____. **O Dia da Vitória**. *Letras em Marcha*, 07 mai 1977.

_____. A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Volta Redonda: Gazetilha, 1ª ed. 1994 e 2ª ed. Porto Alegre: ANVFEB: Contursi Produções,

2000. A 1ª ed. com prefácio do General Plínio Pitaluga e a 2ª ed., de José Conrado de Souza, ambos acadêmicos da FAHIMTB e veteranos da FEB. Disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br

_____. **As duas faces da Glória.** In Revista A Defesa Nacional, nº 255, abr/jun 1992, p. 131.

_____. **Marechal Mascarenhas de Moraes. Significação histórica - síntese.** In Revista do Clube Militar, nov/dez 1983, p. 21/24. Mensário Letras em Marcha nº 146, nov 1983. Diário Popular Pelotas nov 1983 e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomo 69, 1983, p. 93ss.

_____. **Evocação do Comandante da FEB nos 60 anos do Dia da Vitória.** In: O Guararapes nº 45 da AHIMTB, abr/jun 2005, disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br

_____. et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial.** In: Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas... Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2014, p. 388/420.

_____. **Palavras finais** na posse como acadêmico do general Domingos Ventura Pinto Junior na cadeira Marechal Mascarenhas de Moraes, disponível em artigos no site www.ahimtb.org.br

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro:** Perfil Militar de um Povo. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.

FAHIMTB. **Orações de posse** na Cadeira Marechal Mascarenhas de Moraes: Gen Carlos de Meira Mattos, Cel Germano Seidl Vidal, Gen Domingos Ventura Pinto Junior e Cel Roberto Mascarenhas de Moraes, no Arquivo da FAHIMTB, na AMAN.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **João Baptista Mascarenhas de Moraes.** In: Terra dos Marechais. Santa Maria: Pallotti, 2000, p. 77/103.

MASCARENHAS DE MOARES, Roberto. **Meu avô Mascarenhas de Moraes** (depoimento de quatro páginas cedido ao autor).

MATTOS, Carlos de Meira. **Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1983 (Tomos I e II).

_____. **Traços da personalidade do Comandante da FEB.** In *Revista Militar Brasileira*, nº especial dedicado à FEB, 1973 p. 84-85.

OLIVEIRA, Tácito Theophilo Gaspar de. **Marechal Mascarenhas de Moraes, Centenário.** In Revista do Instituto do Ceará, 1981, Tomo 97, p.1/7.

PERES, Carlos Roberto (org). **Cel João Baptista Mascarenhas de Moraes.** In: Dois séculos formando oficiais para o Exército. Resende: IPSIS-Graf. Ed. 2011, p. 88/89.

VIDAL, Germano Seidl. **A figura excelsa de Mascarenhas de Moraes.** In Revista do Exército, v. 139, 3º quadrimestre 2002.

NR: A adequação das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empreendimento

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Atendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Atendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

POUPEX

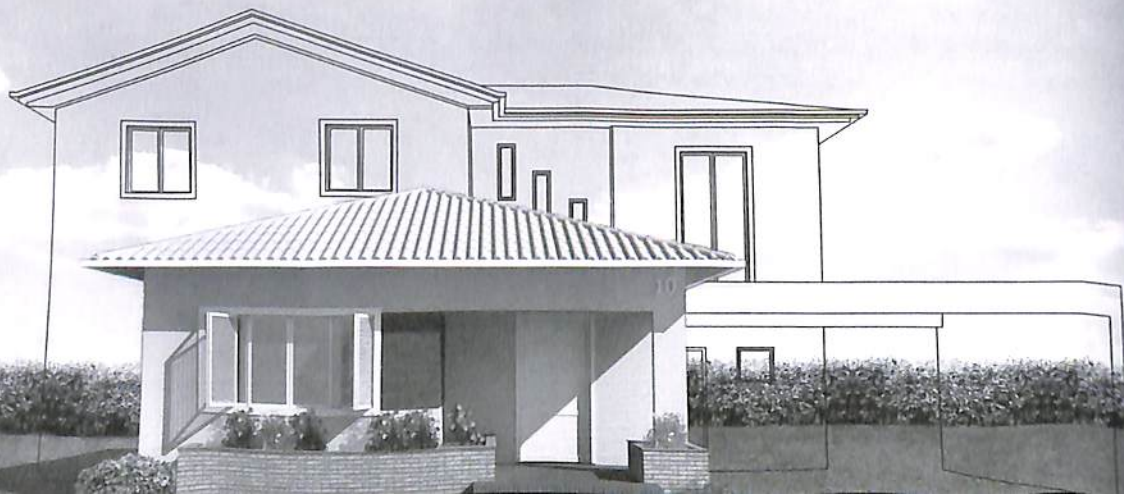
JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro



Defesa Cibernética no Brasil

Distribuição de competências nas operações interagências

Luiz Eduardo Santos Cerávolo¹

Walfredo Bento Ferreira Neto²

Introdução

Recentemente, Robert A. Johnson (2015), diretor do Programa de Pesquisa Changing Character of War (“Caráter Mutável da Guerra”), da Universidade de Oxford, demonstrou sua preocupação quanto à guerra do futuro. Mesmo ciente dos riscos que a tentativa de previsibilidade baseada em “bola de cristal” possa trazer — inclusive o de não vir a se realizar —, esse autor enfatizou alguns tópicos que, de fato, vêm, oportunamente, provocando intensas discussões: a aceleração das mudanças, sociais e dos (e nos) campos de batalha; a utilização, por diversos atores, dos recursos inerentes à guerra sistêmica, por meio das operações de informações, de crimes e bloqueios cibernéticos, de guerra eletrônica; a interrupção na geração e distribuição de energia e de outros setores estratégicos, e, talvez o de risco principal, a possibilidade de guerra em ambientes urbanos, no qual

as Forças militares se veriam diante do colapso da autoridade civil; da presença de

vários órgãos, com seus interesses específicos, atuando nos mesmos espaços; e de uma população civil vulnerável, à espera de assistência. (JOHNSON, 2015, p. 51)

O desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações (TIC) e a sua difusão para diversos atores, não mais apenas estados ou grandes empresas, acarreta a necessidade de maior preocupação quanto à conectividade, à interoperabilidade e a descentralização de esforços, na busca de eficiência, eficácia e efetividade das operações militares, para garantia da defesa e manutenção da segurança. É justamente na necessidade de descentralização que surge uma das incógnitas desta pesquisa: como garantir a plena consciência situacional do tomador de decisões em um ambiente dessa natureza? Em outras palavras, como aumentar a probabilidade do êxito em operações de defesa e segurança com essa imperiosa necessidade de descentralização? Essa preocupação também pode ser inferida quando Joseph Nye (2011) ressaltou as possibilidades advindas do poder cibernético.

¹ Major do Exército Brasileiro, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (*duduceravolo@uol.com.br*)

² Capitão do Exército Brasileiro, mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense) e professor de Relações Internacionais da Academia Militar das Agulhas Negras. (*wbfneto@bol.com.br*)

Na verdade, podemos, ainda, remeter-nos a outra discussão, ligada à ampliação do conceito de Segurança (BUZAN, 1991). De fato, o setor político-militar e o Estado não mais possuem exclusividade na agenda internacional. O próprio sistema internacional, assim como os indivíduos, e outros setores, como o societal, o ambiental, o energético, o alimentar e o da informação **Figura 1**, vêm demandando atenção do ator que detém o monopólio legítimo da violência (o Estado) — cada vez mais exigido nesse ambiente complexo e difuso — e também de organismos, intergovernamentais ou não. É na busca de respostas a essas demandas que se insere a opção estatal e de organizações internacionais pelas operações interagências ou pelas multidimensionais, em situações de guerra e não guerra.

Tendo em vista tal apresentação, que traz, em grande parte, algumas de nossas inquietações pretéritas, procuramos, por meio de uma investigação em documentos oficiais nacionais e em uma bibliografia especializada no assunto, identificar e sistematizar as competências funcionais atribuídas aos diversos órgãos e agências da burocracia estatal brasileira ligados à defesa cibernética, tanto no tocante à situação de guerra como a de não guerra.

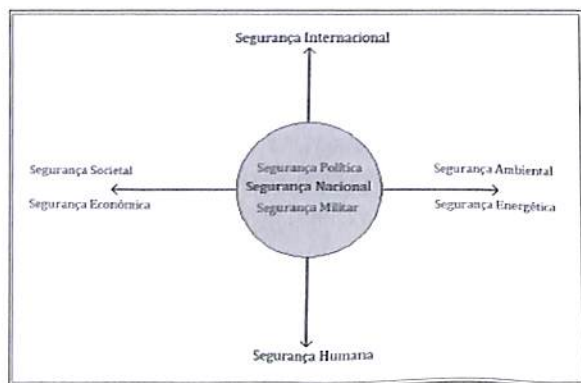


Figura 1 – Ampliação do conceito de *segurança*

Fonte: Marques; Medeiros Filho, 2011

Para isso, partimos do seguinte problema: existe uma distribuição de competências funcionais nas operações interagências no Brasil que envolvem a defesa cibernética? Caso positivo, de que forma e em que medida? Nossa hipótese é que, no Brasil, existe uma distribuição sistematizada, e que as atribuições e as competências dos órgãos que atuam nas operações interagências dessa natureza são distribuídas em atenção às próprias atribuições relacionadas aos níveis político, estratégico, operacional e tático, respectivamente. Essa distribuição funcional envolve tanto órgãos ligados diretamente à defesa, quanto outros voltados para a segurança, consequentemente envolvendo militares e civis, o Estado e a sociedade.

Para confirmarmos nossa hipótese, procuramos compreender os conceitos envolvidos na investigação, tais como *defesa cibernética* e *operações interagências*. O liame construído a partir desses entendimentos nos permitiu alcançar algumas considerações finais e, de certa maneira, alguns pontos que poderão servir para um necessário processo contínuo de aperfeiçoamento do tema.

O artigo ficou estruturado como descrito adiante.

Inicialmente, após esta introdução, abordamos a Defesa Cibernética, a partir da investigação sobre a implantação do setor cibernético no Brasil, elevado ao nível estratégico em 2008, por meio da Estratégia Nacional de Defesa (END). Nessa parte, expomos documentos oficiais acerca do tema, conceitos, princípios, ações, possibilidade e limites e projetos estruturantes relacionados à cibernética no país.

No segundo momento, entramos na seara das operações interagências, com a fi-

nalidade de compreender seu conceito e a sistemática de seu funcionamento, incluindo os princípios e o processamento da coordenação entre os órgãos participantes. Ainda nessa parte, encontramos organogramas que demonstram o funcionamento desse tipo de operação e construímos quadros, a fim de explicitar, de uma forma sintética, a participação e a responsabilidade dos diversos órgãos e agências da Administração Pública Brasileira envolvidos com o tema.

Como próximo passo, empreendemos esforços para correlacionar as duas seções anteriores — defesa cibernética e operações interagências —, focando a sistematização de operações dentro — e conforme — o ambiente cibernético. Nessa parte também elaboramos quadros que sintetizam as atribuições e as competências, no tocante ao setor cibernético, obedecendo aos níveis político, estratégico, operacional e tático. Talvez, por meio desses quadros, é que poderá ser constatada nossa maior contribuição, pois permitem às autoridades e os agentes envolvidos no tema e nessas ações, enxergarem, de forma sistematizada e simplificada, o mapeamento do processo relativo às competências e às respectivas atribuições.

Por fim, tecemos algumas considerações, que, pelo que pesquisamos e registramos, de fato, reforçam a importância desse tema para o Estado, mas não só para esse ator, uma vez que organismos, agências e a própria sociedade se encontram diretamente inseridos nesse contexto, tanto para usufruir seus infinitos benefícios, quanto para, infelizmente, sentir reflexos negativos. Sem intenção alguma de esgotar o objeto de nossa pesquisa, apontamos algumas direções, a título de eventual possibilidade de aperfeiçoamento.

Defesa cibernética

Implantação da cibernética como setor estratégico

O espaço cibernético é considerado o 5º domínio para fins militares, ao lado dos domínios: aéreo, marítimo, terrestre e espacial. Esse domínio assume especial importância no âmbito da segurança nacional (CRUZ, 2013, p.3).

Esse espaço é o ambiente da guerra cibernética, termo esse definido no glossário das Forças Armadas, MD35-G-01, como:

Conjunto de ações para uso ofensivo e defensivo de informações e sistemas de informações para negar, explorar, corromper ou destruir valores do adversário baseados em informações, sistemas de informação e redes de computadores. Estas ações são elaboradas para obtenção de vantagens tanto na área militar quanto na área civil. (BRASIL, 2007, p.123).

O Exército Brasileiro realizou o primeiro estudo institucional para desenvolvimento da guerra cibernética em 2004, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação. Esse foi o primeiro documento a demonstrar a intenção da preparação de um ataque cibernético pelo Exército Brasileiro (EB) (CASEMIRO FILHO, 2010, p.34).

Em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) foi aprovada, por meio do decreto nº 6.703. Esse documento procurou orientar, de forma sistemática, a reorganização e a reorientação das Forças Armadas. Além disso, definiu três setores estratégicos para a defesa nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear (POMPEU, 2012, p.2).

Desses setores, somente o cibernético não estava claramente definido para qual

Força seria designado. Por meio do ofício nº 035 de 03 de julho de 2009, o comandante do Exército solicitou ao Ministro da Defesa que o Exército fosse a principal força responsável pela condução do setor (CRUZ, 2013, p.1).

Com isso, a Diretriz Ministerial Nr 014/2009, atribuiu ao Exército Brasileiro a responsabilidade pela coordenação e integração do setor cibernético do Ministério da Defesa (CARVALHO, 2011, p.11).

Entre outras, essa diretriz previu:

No desenvolvimento dos estudos e trabalhos determinados, atentar para as seguintes orientações: a) Gerais; [...] b) Específicas – Considerar: 1) **Setor Cibernético: - que ainda não existem quaisquer tipos de tratados e controles internacionais; – a possibilidade de criação de um centro para o desenvolvimento de quaisquer tipos de ações; e – a possibilidade de contratação de militares das três Forças em um mesmo ambiente de atuação.** (grifo do autor) (BRASIL, 2009, apud CARMO, 2011, p.22)

Além disso, fruto da supracitada diretriz, o Exército criou um grupo de trabalho (GT) que elaborou, inicialmente, oito projetos estratégicos que, visavam à implementação de ações nas seguintes áreas: expansão da estrutura de segurança cibernética; expansão e aprimoramento da estrutura de capacitação, adestramento e emprego operacional; estabelecimento de uma estrutura de apoio tecnológico e de pesquisa cibernética; estabelecimento de uma estrutura de gestão de pessoal e de arcabouço documental, doutrina em particular; formatação da estrutura e das missões do Centro de Defesa Cibernética do Exército. Em outubro de 2010, o Ministério da Defesa (MD) aprovou os projetos da **Figura 2** (FERREIRA NETO, 2013, p.150).

O Grupo Técnico de Segurança Cibernética (GT SEG CIBER) foi instituído em 2009, no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa (CREDEN), alinhado à intenção estatal de fortalecer o setor cibernético. Esse grupo objetivou propor diretrizes

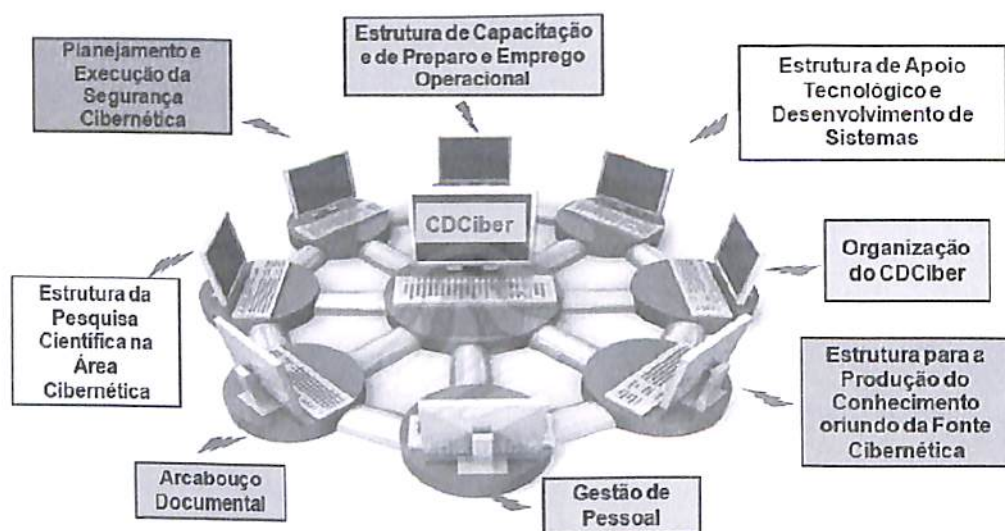


Figura 2 – Projetos Estruturantes do Setor Cibernético

Fonte: Núcleo do Centro de Defesa Cibernética (Ferreira Neto, 2013 apud Costa, 2012, p. 151)

e estratégias de Segurança Cibernética para a Administração Pública Federal e contou com representantes dos seguintes órgãos: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), Ministério da Defesa (MD), Ministério da Justiça (MJ), Ministério das Relações Exteriores (MRE), comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A Coordenação do GT SEG CIBER é exercida pelo GSIPR, por intermédio de seu Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) (BRASIL, 2010, p. 11).

Em 2010, foi publicado o Livro Verde – Segurança Cibernética no Brasil, que apresentou propostas de diretrizes básicas, com objetivo de iniciar amplo debate social, econômico, político e técnico-científico sobre Segurança Cibernética no Brasil (BRASIL, 2010, p. 5).

Nesse mesmo ano, o comandante do Exército aprovou a Diretriz de Implantação do Setor Cibernético no EB. Foi ativado o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) do EB, tendo como principal atribuição a coordenação das atividades do setor cibernético da Força. Para implementar esse projeto, o CDCiber dividiu o estudo em cinco áreas de interesse: doutrina, inteligência, operações, recursos humanos e ciência e tecnologia (CRUZ, 2013, p.2).

Em 2012, o ministro da Defesa entregou a Política Nacional de Defesa (PND) ao Congresso Nacional. Esse documento condiciona o planejamento, no mais alto nível, de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa. Ainda nessa política, foi ratificado o setor cibernético como um dos estratégicos para o país (BRASIL, 2012, p.1).

Nesse mesmo ano, foi definida a Política Cibernética de Defesa, que definiu a atuação do Brasil em situações de ciberguerra. Essa política se aplica a todos os componentes da expressão militar do Poder Nacional, bem como às entidades que venham a participar de atividades de Defesa ou de Guerra Cibernética. Ela prevê a criação do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC), órgão que terá como prerrogativa, além de criar a infraestrutura de gestão das ações militares brasileiras no ciberespaço, fazer parcerias com setores acadêmicos e incentivar a pesquisa na área de segurança cibernética. O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) é o órgão responsável por assessorar o ministro da Defesa na implementação e gestão do SMDC (BRASIL, 2013-b, p.1 e p.6).

Ainda em 2012, foi reeditada a Estratégia Nacional de Defesa, que focou na reorganização e reorientação das Forças Armadas, na organização da Base Industrial de Defesa e na política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Essa estratégia prevê os objetivos para o setor cibernético, apresentados no **Quadro 1**.

Dessa maneira, o estabelecimento desses objetivos favoreceu a projeção e o fomento do setor cibernético no âmbito nacional e proporcionou ampla visibilidade ao projeto cibernético brasileiro. Como repercussão desses objetivos e sua capilaridade, por exemplo, foi reformulado o currículo escolar da Academia Militar das Agulhas Negras, criando ou ampliando a carga horária de disciplinas ligadas à tecnologia da informação e comunicações (FERREIRA NETO, 2013, p. 155).

1. Fortalecimento do Centro de Defesa Cibernética com capacidade de evoluir para o Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas
2. Aprimoramento da segurança da informação e comunicações
3. Fomento à pesquisa científica voltada para o setor cibernético, envolvendo a comunidade acadêmica nacional e internacional
4. Desenvolvimento de sistemas computacionais de defesa para emprego no setor cibernético e com possibilidade de uso dual
5. Desenvolvimento de tecnologias que permitam o planejamento e a execução da defesa cibernética no âmbito do MD e que contribuam com a segurança cibernética nacional
6. Desenvolvimento da capacitação, do preparo e do emprego dos poderes Cibernéticos operacional e estratégico, em prol das operações conjuntas e da proteção das infraestruturas críticas nacionais
7. Incremento de medidas de apoio tecnológico por meio de laboratórios específicos voltados para as ações cibernéticas
8. Estruturação da produção de conhecimento oriundo da fonte cibernética

Quadro 1 – Objetivos para o setor cibernético (END/2012)

Fonte: BRASIL, 2012-a, p. 20, adaptado pelo autor

Defesa cibernética no Brasil

Difícil — e necessário — é para um país que pouco trato teve com guerras convencer-se da necessidade de defender-se para poder construir-se. Não bastam, ainda que sejam proveitosos e até mesmo indispensáveis, os argumentos que invocam as utilidades das tecnologias e dos conhecimentos da defesa para o desenvolvimento do país. Os recursos demandados pela defesa exigem uma transformação de consciências para que se constitua uma estratégia de defesa para o Brasil. (BRASIL, 2012a., pp. 8-9)

Generalidades

O termo “defesa” possui diversos significados. Entretanto, visando reduzir o escopo para o tema do presente trabalho, deve ser entendido como “o ato ou conjunto de atos realizados para obter, resguardar ou recompor a condição reconhecida como de segurança” ou ainda a “reação contra qual-

quer ataque ou agressão real ou iminente” (FONTENELE, 2008, p. 15).

O supracitado termo segurança se caracteriza pela condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (BRASIL, 2007, p. 235).

Para que se obtenha a Segurança Nacional, é necessária a eliminação das ameaças que são ou poderão ser lesivas aos Objetivos Fundamentais do país. Assim, a defesa nacional fica caracterizada quando o Poder Nacional é aplicado efetivamente, por intermédio de ações visando a superar antagonismos — internos ou externos — que possam afetar o alcance e/ou a manutenção dos Objetivos Fundamentais. A defesa nacional trata, portanto do conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase

na Expressão Militar; para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais e manifestas (ESG, 2014, p. 82).

A defesa cibernética trata do conjunto de ações defensivas, exploratórias e ofensivas, no contexto de um planejamento militar, realizadas no espaço cibernético, com a finalidade de proteger os sistemas de informação, obter dados para a produção de conhecimento de inteligência e causar prejuízos aos sistemas de informação do oponente (CARVALHO, 2011-a, p.8).

Esse tipo de defesa se constitui do conjunto de ações que visam a neutralizar a Guerra Cibernética, guerra essa que objetiva a quebra dos princípios da segurança da informação: disponibilidade, integridade, confidencialidade e

autenticidade para se obterem vantagens que possam ser traduzidas nas mais variadas formas, como, por exemplo, causar danos ao inimigo com paradas de equipamentos e sistemas, alterar informações e parâmetros de sistemas, obter informações sigilosas e emitir ordens e comandos indesejados (BRAGA, 2011, p. 19).

A ameaça cibernética tornou-se uma preocupação por colocar em risco a integridade de infraestruturas sensíveis, essenciais à operação e ao controle de diversos sistemas e órgãos diretamente relacionados à segurança nacional (BRASIL, 2012-b, p. 69).

A proteção do espaço cibernético abrange um grande número de áreas, como a capacitação, inteligência, pesquisa científica, doutrina, preparo e emprego operacio-

Projetos	Início	Fim
6. Projeto sistema de proteção cibernética – defesa cibernética	2011	2023
Subprojetos		
Implantação da estrutura de planejamento e execução da Seg Cibernética	2012	2023
Implantação da estrutura de pesquisa científica na área cibernética	2012	2015
Implantação da estrutura de apoio tecnológico e desenvolvimento de sistemas voltada para as atividades do setor cibernético	2012	2015
Adequação da estrutura de capacitação, preparo e emprego operacional às necessidades do setor cibernético	2012	2015
Implantação do CDCiber, com capacidade para evoluir para Cmdo de Defesa Cibernética e criação da escola nacional de defesa cibernética	2012	2035
Desenvolvimento do rádio definido por <i>software</i> – RDS	2012	2035

Quadro 2 – Projetos e subprojetos na área de defesa e segurança cibernética

Fonte: elaborado e adaptado a partir de BRASIL, 2012-b, p. 251

nal e gestão de pessoal. Compreende, também, a proteção de seus próprios ativos e a capacidade de atuação em rede (BRASIL, 2012-b, p. 68).

Uma das novas capacidades prioritárias para a atuação do Exército é a liberdade de ação no espaço cibernético, tendo o Sistema de Proteção Cibernética – Defesa Cibernética como um dos projetos primordiais para contribuir para a transformação da Força Terrestre (**Quadro 2**).

O valor global estimado, até 2031, para investimento no projeto de Defesa Cibernética foi de R\$ 839,90 milhões de reais. Curioso notar que o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) fez referência à estimativa do aumento do efetivo atual do Exército (296.334 militares) em cerca de 20 mil militares, para atender, entre outras iniciativas, à implantação do setor Cibernético (BRASIL, 2012-b, p. 251).

Princípios de Emprego da Defesa Cibernética

Além dos tradicionais Princípios de Guerra, a Defesa Cibernética impõe que alguns outros princípios específicos sejam considerados (BRASIL, 2013-a, p. 18). São eles:

- a) Princípio do Efeito;
- b) Princípio da Dissimulação;
- c) Princípio da Rastreabilidade;
- d) Princípio da Adaptabilidade.

O princípio do efeito busca produzir efeitos que afetem o mundo real, mesmo que esses efeitos não sejam cinéticos.

O princípio da dissimulação visa dissimular no espaço cibernético, dificul-

tando a rastreabilidade das ações cibernéticas ofensivas e exploratórias. Objetiva-se, assim, mascarar a autoria e o ponto de origem dessas ações.

O princípio da rastreabilidade são medidas efetivas que devem ser adotadas para se detectarem ações cibernéticas ofensivas e exploratórias contra os sistemas de tecnologia da informação e de comunicações amigos.

O princípio da adaptabilidade consiste na capacidade da Defesa Cibernética de adaptar-se à característica de mutabilidade do espaço cibernético, mantendo a proatividade diante de mudanças súbitas e imprevisíveis.

Características da Defesa Cibernética e suas definições

As características da defesa cibernética e suas definições são apresentadas no **Quadro 3**.

Possibilidades e limitações da Defesa Cibernética

As possibilidades e limitações da Defesa Cibernética são apresentadas no **Quadro 4**.

Formas de atuação cibernética

As formas de atuação cibernética podem variar de acordo com o nível dos objetivos (político, estratégico, operacional ou tático), nível de envolvimento nacional, contexto de emprego, nível tecnológico empregado, sincronização e tempo de preparação, como veremos a seguir (BRASIL, 2013-a, p.21).

A atuação Cibernética Política/Estratégica ocorre desde o tempo de paz, para atingir um objetivo político ou estratégico definido no mais alto nível, normalmente

Característica	Definição
Insegurança Latente	Nenhum sistema computacional é totalmente seguro
Alcance Global	Possibilita a condução de ações em escala global, simultaneamente, em diferentes frentes de combate
Vulnerabilidade das Fronteiras Geográficas	As ações de defesa cibernética não se limitam a fronteiras geograficamente definidas
Mutabilidade	Não existem leis de comportamento imutáveis no espaço cibernético porque as suas regras são arbitradas pelo homem e não pela natureza
Incerteza	As ações no espaço cibernético podem não gerar os efeitos desejados
Dualidade	As mesmas ferramentas podem ser usadas por atacantes e administradores de sistemas com finalidades distintas
Paradoxo Tecnológico	Quanto maior é o estágio de desenvolvimento do oponente, maior é sua dependência da Tecnologia da Informação (TI) e, por conseguinte, mais propenso às ameaças cibernéticas. Contudo, ele possuirá maior possibilidade de se defender em virtude de seu alto grau de desenvolvimento tecnológico
Dilema do Atacante	Na descoberta da vulnerabilidade de um determinado sistema, o profissional depara com o dilema entre alertar ou manter em segredo para uso oportuno, explorando-a em um eventual ataque cibernético
Função Acessória	A defesa cibernética é empregada para apoiar a condução de outros tipos de operações
Assimetria	Baseada no desbalanceamento de forças causado pela introdução de um ou mais elementos de ruptura tecnológicos, metodológicos ou procedimentais

Quadro 3 – Características da Defesa Cibernética

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013-a, p. 19

dentro do contexto de uma operação de informação ou de inteligência.

Já a atuação Cibernética Operacional/Tática é tipicamente empregada no contexto de uma operação militar, contribuindo para a obtenção do efeito desejado.

As formas de atuação cibernética estão sintetizadas no **Quadro 5**.

Tipos de Ações Cibernéticas

Os tipos de ações cibernéticas são apresentados no **Quadro 6**.

Possibilidades	Limitações
Atuar no espaço cibernético, por meio de ações ofensivas, defensivas e exploratórias	Limitada capacidade de identificação da origem de ataques cibernéticos
Cooperar na produção do conhecimento de inteligência	Existência de vulnerabilidades nos sistemas computacionais
Atingir infraestruturas críticas de um oponente sem limitação de alcance	Dificuldade de identificação de talentos humanos
Cooperar com a Segurança Cibernética nacional	Dificuldade de acompanhar a evolução tecnológica
Cooperar com o esforço de mobilização para assegurar a capacidade dissuasória da Defesa Cibernética	Grande vulnerabilidade a ações de oponentes com poder assimétrico
Obter a surpresa com mais facilidade, baseado na capacidade de inovação	Facilidade de ser surpreendido por inovação tecnológica
Atuar contra oponentes mais fortes, no conceito de guerra assimétrica	
Realizar ações com custos comparativamente menores que as demais operações militares	

Quadro 4 – Possibilidades e limitações da Defesa Cibernética

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013-a, p. 20

Operações interagências

Generalidades

Nas operações Interagências, ocorre a interação das Forças Armadas com outras agências, com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (BRASIL, 2013, p.1-2).

A revolução tecnológica que o mundo experimenta também contribui para a alteração da natureza dos conflitos. Com essa evolução, muda a forma de fazer política e, conseqüentemente, a maneira como os esta-

dos enfrentam as novas ameaças. Essas mudanças tecnológicas influenciam diretamente a transformação dos conflitos da “Era Industrial” em conflitos da “Era do Conhecimento” (BRASIL, 2013, p.2-1).

Os Estados Nacionais têm enfrentado novas ameaças e riscos, com repercussão nos campos da Segurança e da Defesa, ao mesmo tempo em que seu leque de atribuições tem-se ampliado, na medida em que busca o objetivo de promover o bem comum de toda a sua população (COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA, 2008).

No entanto, as organizações que possuem as atribuições legais para enfrentar essas novas ameaças e riscos bem como fornecer o bem-estar a todos parecem não pos-

Forma de atuação cibernética	Política/Estratégica	Operacional/Tática
Nível dos objetivos	Políticos e Estratégicos	Operacionais e Táticos
Foco principal	Obtenção de inteligência	Preparação do campo de batalha
Nível de envolvimento nacional	Interministerial, podendo requerer ações diplomáticas e de vários ministérios e agências (Defesa, Relações Exteriores, Ciência, Tecnologia e Inovação, GSI/PR, ABIN, ANATEL etc.)	Normalmente dentro do Ministério da Defesa, podendo contar com apoio do Ministério das Relações Exteriores
Contexto	Desde o tempo de paz, podendo fazer parte de uma operação de informação ou de inteligência	Em um ambiente de crise ou conflito, apoiando uma ação militar
Nível tecnológico empregado	Normalmente alto ou muito alto	Normalmente médio ou baixo
Sincronização	Dentro do contexto de uma sofisticada operação de inteligência, podendo requerer ações diplomáticas anteriores ou posteriores	Dentro do contexto dos sistemas operacionais de uma operação militar, sincronizado com a manobra
Tempo de preparação e duração	Duração prolongada, com tempo de preparação normalmente mais longo, com desenvolvimento e emprego de técnicas inovadoras	Duração limitada, com moderado ou curto tempo de preparação, utilizando conhecimentos já levantados e técnicas previamente preparadas

Quadro 5 – Formas de atuação cibernética

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013-a, p. 22

suir a capacidade de responder, satisfatoriamente e sozinhas, aos novos desafios que se apresentam (MIGUELETTTO, 2001; ALVES, 2009; ZWICK, BORBA, TORRES, 2010; SILVEIRA, 2007).

Por outro lado, a forte tradição de independência das Organizações Públicas tem levado os governantes a mudar a maneira como conduzem a política pública, gerando novas formas de governança com a participação conjunta do setor pú-

blico, privado e entidades da sociedade na Administração Pública (GONTIJO, 2007; SILVEIRA, 2007; BARBOSA, 2010; MIGUELETTTO, 2001).

Diante desse quadro, surge a necessidade de conjugação das capacidades civis e militares com a finalidade de proporcionar ao Estado a necessária competência de solucionar os problemas decorrentes de ameaças e riscos à Segurança & Defesa Nacional e/ou cumprir com suas atribuições.

Tipo	Definição
Exploração Cibernética	Consiste em ações de busca ou coleta, nos sistemas TI de interesse, a fim de obter dados
Ataque Cibernético	Compreende ações para interromper, negar, degradar, corromper ou destruir informações ou sistemas computacionais armazenados em dispositivos e redes computacionais e de comunicações do oponente
Proteção Cibernética	Abrange as ações para neutralizar ataques e exploração cibernética contra os nossos dispositivos e redes de computadores e de comunicações. É uma atividade de caráter permanente

Quadro 6 – Tipos de ações cibernéticas

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013-a, p. 23

Nesse contexto, as Forças Armadas têm participado de outras tarefas além das missões tradicionais de defesa da pátria e vêm, progressivamente, atuando em conjunto com várias organizações de níveis governamentais distintos (BRASIL, 2012-c, p.7).

Princípios de Emprego

Os Princípios de Emprego das Operações Interagências são como guia para o planejamento das operações. Em um ambiente onde se busca a sinergia de esforços de várias agências, existe uma série de dificuldades de coordenação.

A fim de se alcançar um resultado de colaboração de todos, as características positivas de cada agência devem ser exploradas, e, para facilitar esse ensejo, são considerados os Princípios de Emprego das Operações Interagências apresentados no **Quadro 7**.

Coordenação entre as agências

Para lidar com a complexidade dos desafios impostos pelas operações desenhadas no atual ambiente operacional, além de se estabelecerem princípios, é necessário um esforço concertado de todos os instrumentos do Poder Nacional, o que inclui forças militares, organizações governamentais (nacionais e estrangeiras) e agências civis (de governo ou não). Essa integração entre o vetor militar e as estruturas civis é essencial para o êxito das operações (BRASIL, 2013, p.2-4). Assim, as operações interagências demandam ações para a conciliação de interesses e conjugação de esforços civis e militares para a consecução de um objetivo, tarefa, propósito ou missão comum, proporcionando ao Estado a necessária habilidade de solucionar os problemas (CROPPER E COL., 2008a).

Princípio de emprego	Característica
Cooperação	União de esforços na consecução de objetivos comuns
Integração	Sinergia dos esforços por meio do apoio mútuo entre as diversas agências participantes
Complementariedade	Busca pelo que há de melhor em cada agência que integra as operações
Legalidade	As ações devem submeter-se à força imperativa da lei vigente
Adaptabilidade	Capacidade de adaptação às mudanças impostas
Flexibilidade	Busca pelo mínimo de rigidez organizacional das diversas agências que integram um esforço interagências
Elasticidade	Capacidade de inserir novas agências nas operações
Modularidade	Capacidade de pequenos efetivos das agências de atuarem de forma independente, utilizando “módulos”
Simplicidade	Planos claros e de fácil compreensão por todos
Sustentabilidade	Capacidade de se sustentar ativo durante as operações, sempre com o foco no cumprimento da missão imposta
Unidade de esforços	Esforços coordenados em torno da cooperação mútua

Quadro 7 – Princípios de emprego das operações interagências

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013, p. 3-4 e 3-5

O emprego das Forças Armadas progressivamente tem ocorrido com maior frequência em um ambiente interorganizacional composto por atores estatais e não estatais, presentes na área de operações, acarretando maior atuação das Forças Armadas em conjunto com outras organizações, seja em conflitos armados ou outro tipo de missão (ARAUJO, 2012, p. 42).

O **Quadro 8** exemplifica, de forma pontual, a estrutura normalmente empregada, nos diversos níveis, quando se estabelece uma operação interagências.

Nesse ambiente interagências, a atuação do Exército pode ocorrer sob a coordenação do Ministério da Defesa (MD), por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), ou de forma singular (BRASIL, 2013 p.2-5).

A coordenação interagências na situação de guerra e não guerra

A coordenação interagências nas situações de guerra e de não guerra é estabelecida em diversos níveis, seja político, estratégico, operacional e tático. Além disso, essa

coordenação se diferencia substancialmente nas situações de guerra e não guerra, em função do ambiente operacional e dos atores envolvidos.

De forma geral, o primeiro nível, o *político*, é coordenado por meio da diretriz presidencial que define a atuação de cada vetor (civil ou militar) participante. Para isso, o diploma legal especifica o ministério ao qual caberá o encargo de coordenar as ações. No caso do emprego das Forças Armadas, caberá ao presidente da República (PR) emitir a diretriz, determinando ao ministro da Defesa

(MD) a ativação de comandos (operacionais ou táticos) pertinentes e a designação de um comandante militar (BRASIL, 2013 p.5-2).

O segundo nível, o *estratégico*, é ativado quando houver autorização ou determinação presidencial para emprego de tropa das Forças Armadas, e a coordenação será exercida pelo Ministério da Defesa. O MD, assessorado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), emitirá a diretriz ministerial (DM) que orientará os trabalhos de planejamento no nível operacional e manterá a comunicação com os atores do nível es-

Forças Armadas, órgãos e agências (órgãos locais federais, estaduais e municipais)			
Estratégico	Ministério da Defesa	Ministérios, secretarias, conselhos, agências reguladoras, autarquias, fundações, diretorias da ABIN, DPF, IBAMA, DPRF, FUNAI, SENASP, FNSP, INFRAERO, RF, CONESP, entre outros	Governadores dos estados, prefeitos dos municípios e CONDEC, dentro outras
	EMCFA		
	Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica		
	COMDABRA		
	DECEA		
Operacional	Cmt TO / A Op	Superintendências da ABIN, DPF, IBAMA, PRF, FUNAI, INFRAERO, DRF, das agencias reguladoras	Secretarias de estados e municípios, SEDEC, CORDEC e outros
	Cmdo Cj		
	EM Cmdo Cj		
Tático	FNC, FTC e FAC	Órgãos, agências, instituições executoras integrantes do SISBIN, frações da FNSP, entre outros	OSP
	F Cj		Defesas civis estaduais e municipais (CEDEC e COMDEC)
	FT Cj		Guardas municipais
	DN, C Mil A, COMAR, DE, CINDACTA, CP, OM		Outros

Quadro 8 – Níveis de Planejamento das Estruturas Organizacionais e Agências

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013, p. 5-2

tratégico que tratam dos assuntos correlatos na operação (BRASIL, 2013. p.5-2).

O terceiro nível, o *operacional*, é composto pelo Cmt TO/A Op e pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), que elabora o Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA). Por meio desse planejamento, a concepção estratégica da operação é transformada em ordens de emprego de meios militares (pessoal e material) de modo a permitir a execução efetiva no próximo nível de coordenação (BRASIL, 2013. p.5-3).

O quarto e último nível, o *tático*, é coordenado pelo comandante da Força Terrestre Componente (FTC), a quem compete estabelecer, explorar e manter a coordenação com os participantes (civis e militares) da operação e com o sistema Exército (BRASIL, 2013 p.5-4).

Uma das principais diferenças entre a **Figura 3** e a **Figura 4** é o processo de solicitação de emprego, que, na situação de não guerra, pode ser iniciado por outras esferas que não o Executivo Federal, possibilidade não prevista na situação de guerra.

Características e Atribuições dos Órgãos: uma sistematização

Com o intuito de sistematizarmos as características e informações sobre órgãos relacionados, direta ou indiretamente, à Defesa no Brasil, elaboramos o **Quadro 9**, apresentando os principais órgãos envolvidos nas operações interagências e suas atribuições. Esse quadro, quando visto em superposição aos organogramas das figuras 3 e 4, permitirá uma visão panorâmica dessas operações.

Nesse contexto, a arte da guerra depara com novos desafios e complexidades, potencializados pela facilidade de acesso às novas tecnologias, pela socialização da Internet, pelo surgimento das redes sociais e pela atuação da mídia (BRASIL, 2013, p. 2-1). Se, por um lado, há inúmeros benefícios, por outro, também surgem infinitas oportunidades para ameaças. Em algum momento, a liberdade e a segurança ficam em lados conflitantes. Contudo, sob a luz do contrato social, o equilíbrio salutar deverá ser buscado, constantemente — o que não é fácil.

Coordenação e controle das operações interagências: restringindo o sistema

Nas operações militares, a *unidade de esforços* é assegurada por meio da *unidade de comando*, que é baseada na designação de um único comandante com a autoridade para dirigir e coordenar os esforços de todas as forças subordinadas em busca de um objetivo comum.

A aplicação decisiva do poder de combate exige unidade de comando e possibilita a unidade de esforços, pela coordenação de todas as forças e cooperação das agências, de forma integrada, no amplo espectro dos conflitos sobre um objetivo comum (BRASIL, 2014, p. 5-5).

Assim sendo, a combinação dos meios, a convergência de esforços e a interoperabilidade são essenciais para obtenção do máximo rendimento das forças disponíveis. Para cada operação, a obtenção da unidade de comando e unidade de esforços é condição essencial para o êxito (BRASIL, 2014, p. 5-5).

Nas operações desencadeadas no ambiente interagências, que envolvem parcei-

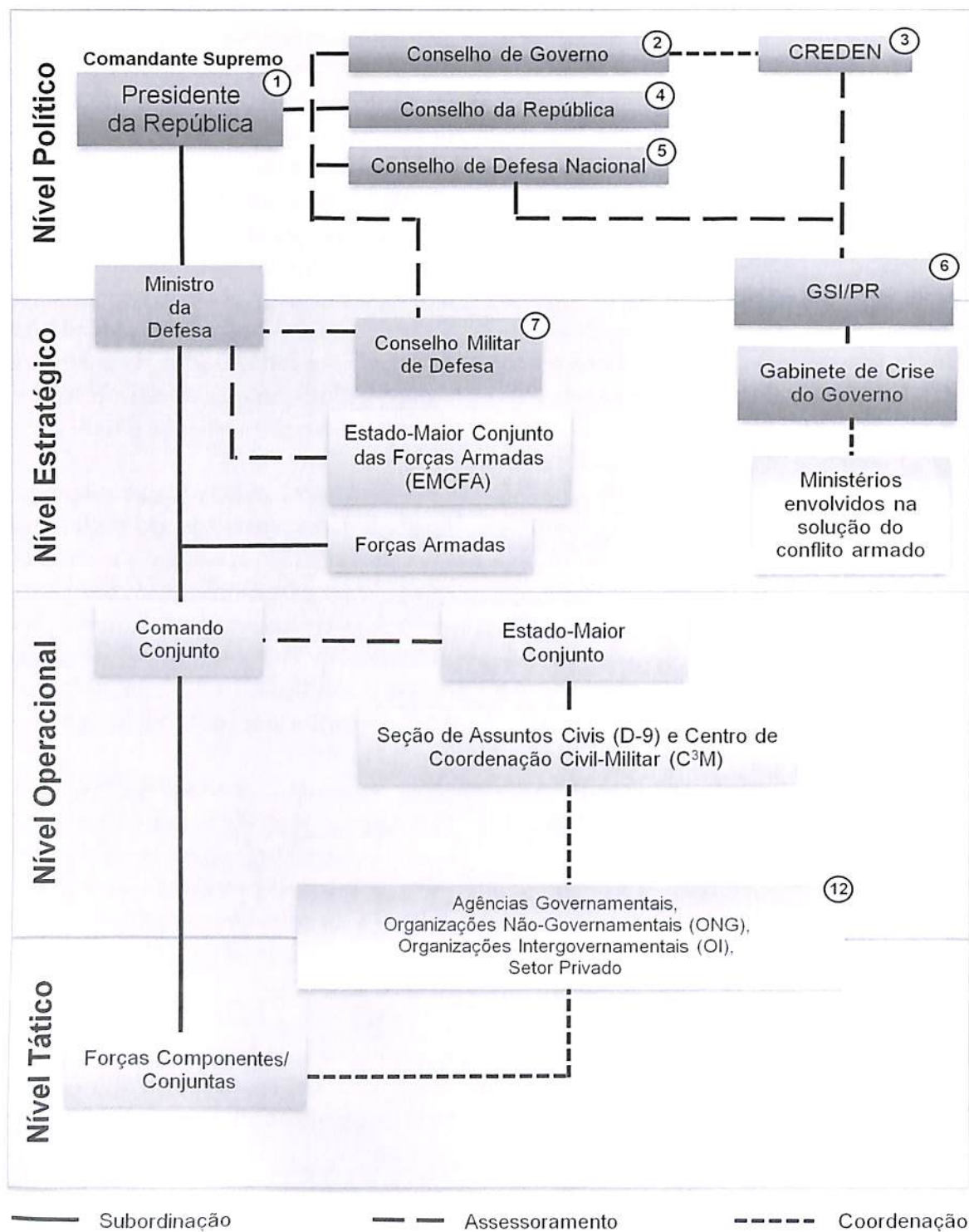


Figura 3 – Organograma da coordenação interagências na situação de guerra

Fonte: BRASIL, 2013, p. A1

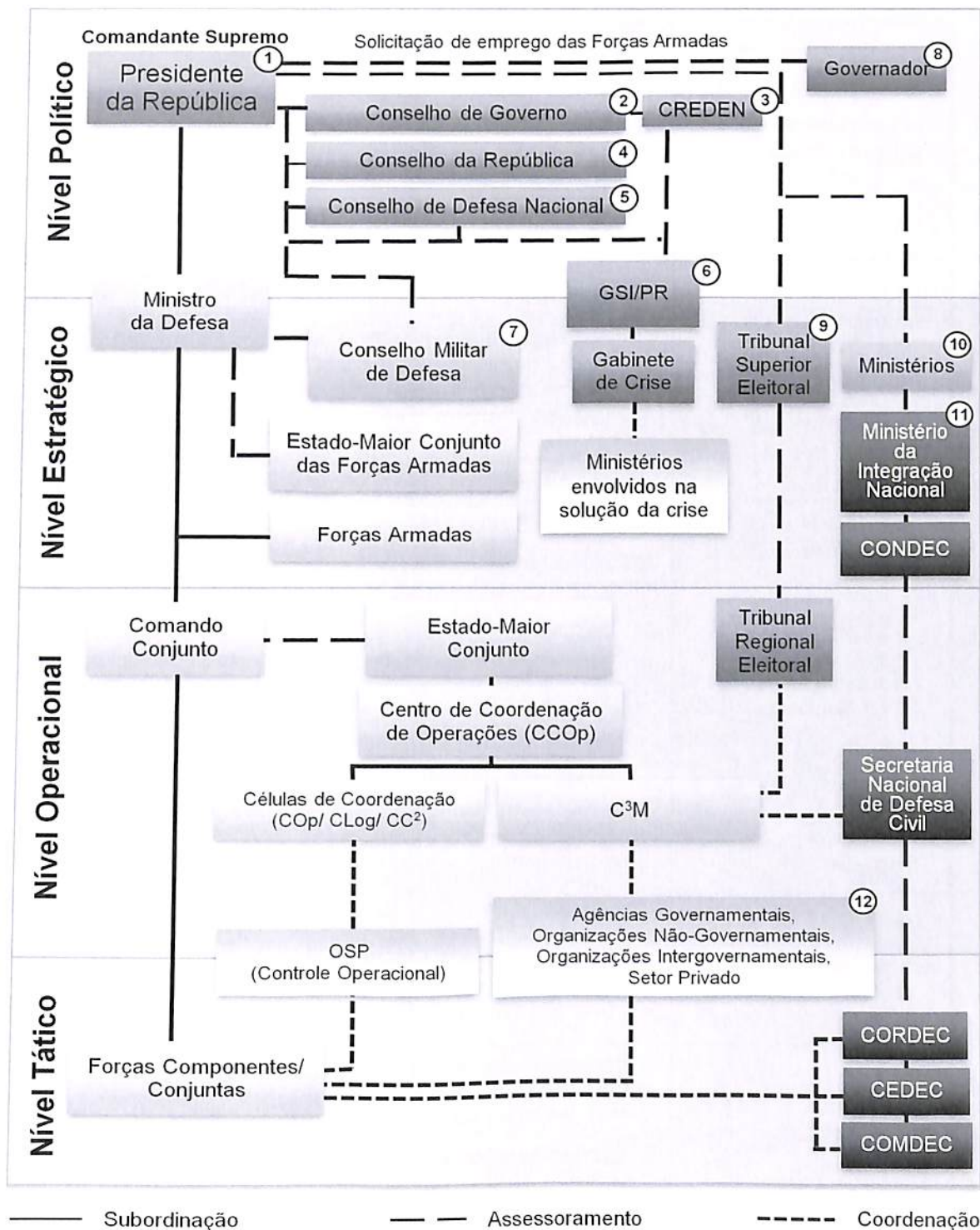


Figura 4 – Organograma da Coordenação interagências na situação de não guerra

Fonte: BRASIL, 2013, p. A2

Órgão	Característica
Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN)	<p>1. Finalidade: formular políticas públicas e diretrizes relacionadas às Relações Exteriores e Defesa Nacional</p> <p>2. Integrada pelos Chefes do GSIPR, que a presidirá, da Casa Civil da Presidência da República e pelos Ministros do MJ, MD, MRE, MCTI, MPOG e MMA</p> <p>3. São convidados, em caráter permanente, os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica</p>
Conselho da República	<p>1. Presidido pelo presidente da República</p> <p>2. Participantes: vice-presidente da República, presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Senado Federal, líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos</p> <p>3. Compete se pronunciar sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio e as questões relevantes</p>
Conselho de Defesa Nacional	<p>1. Presidido pelo presidente da República</p> <p>2. É o órgão superior de consulta do presidente nos assuntos relacionados à soberania e à defesa do Estado democrático</p> <p>3. Participantes: o Vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os ministros da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores, do Planejamento, Orçamento e Gestão e os comandantes das três Forças</p> <p>4. Compete ao Conselho opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal</p>
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR)	<p>1. Compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições</p> <p>2. Prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional</p>
Conselho Militar de Defesa	<p>1. Assessorar o presidente no que concerne ao emprego de meios militares e o ministro da Defesa no que concerne aos demais assuntos pertinentes à área militar</p> <p>2. É composto pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pelo chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas</p>

Quadro 9 – Características e atribuições dos órgãos

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013, p. A-3

ros e outros vetores, o comandante militar não comanda todos os atores em presença. Dessa forma, ele busca a cooperação e constrói o consenso para alcançar a almejada *unidade de esforços*, por meio da coordenação Interagências (BRASIL, 2013, p. 6-3).

Competências na Defesa Cibernética brasileira

Nesta seção, buscamos apresentar um acoplamento entre o que foi visto sobre defesa e operações interagências, tendo como base sua aplicação no (e a partir do) ambiente cibernético.

No contexto do Ministério da Defesa, as ações no espaço cibernético deverão ter as denominações apresentadas na **Figura 5**

e no **Quadro 10**, de acordo com o nível de decisão.

Os órgãos de estado e de governo que apresentam atividades relacionadas ao Setor Cibernético são: o Conselho de Defesa Nacional (CDN), Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), Casa Civil da Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR), Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) (CARVALHO, 2011, p.10).

A estruturação do Setor Cibernético se insere em um contexto de atuação de diversos órgãos brasileiros. Em 27 de outubro de 2014, por meio da Portaria Normativa Nº 2.777-MD, foram estabelecidas as diretrizes de implanta-

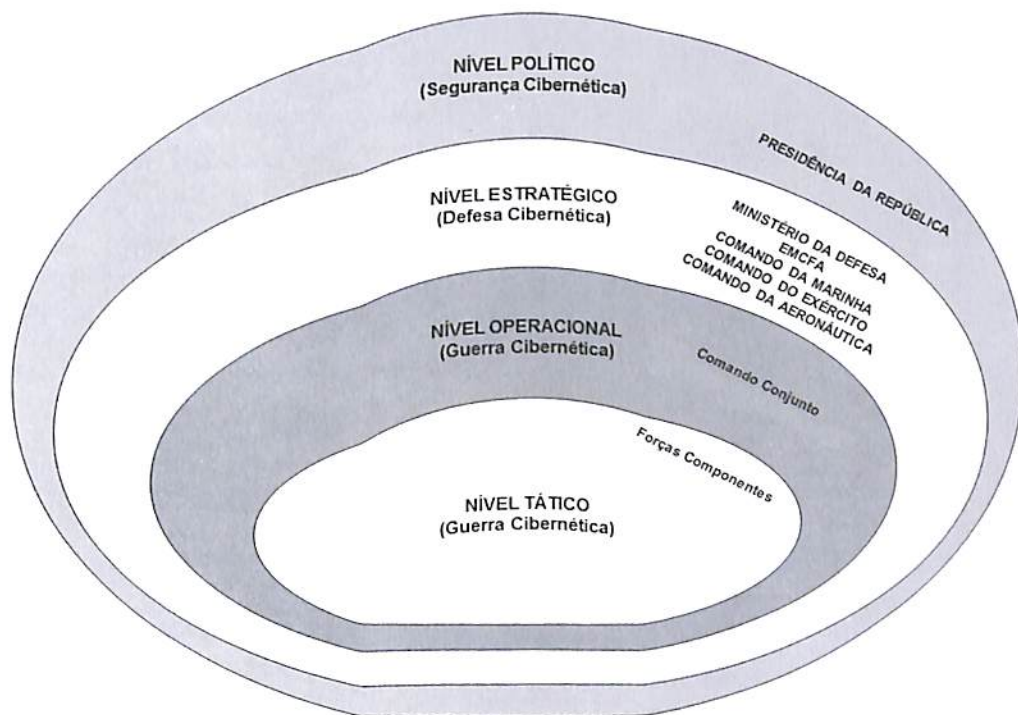


Figura 5 – Níveis de decisão

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013a, p. 32

Nível	Atribuições
Nível político	Segurança da Informação e Comunicações (SIC) e Segurança Cibernética, coordenadas pela Presidência da República (PR) e abrangendo a Administração Pública Federal (APF) direta e indireta, bem como as infraestruturas críticas da informação dos setores público e privado
Nível estratégico	Defesa Cibernética, a cargo do Ministério da Defesa, interagindo com a PR e APF
Níveis operacional e tático	Guerra Cibernética, denominação restrita ao âmbito interno das Forças Armadas

Quadro 10 – Atribuições segundo os níveis de decisão

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013a, p. 32

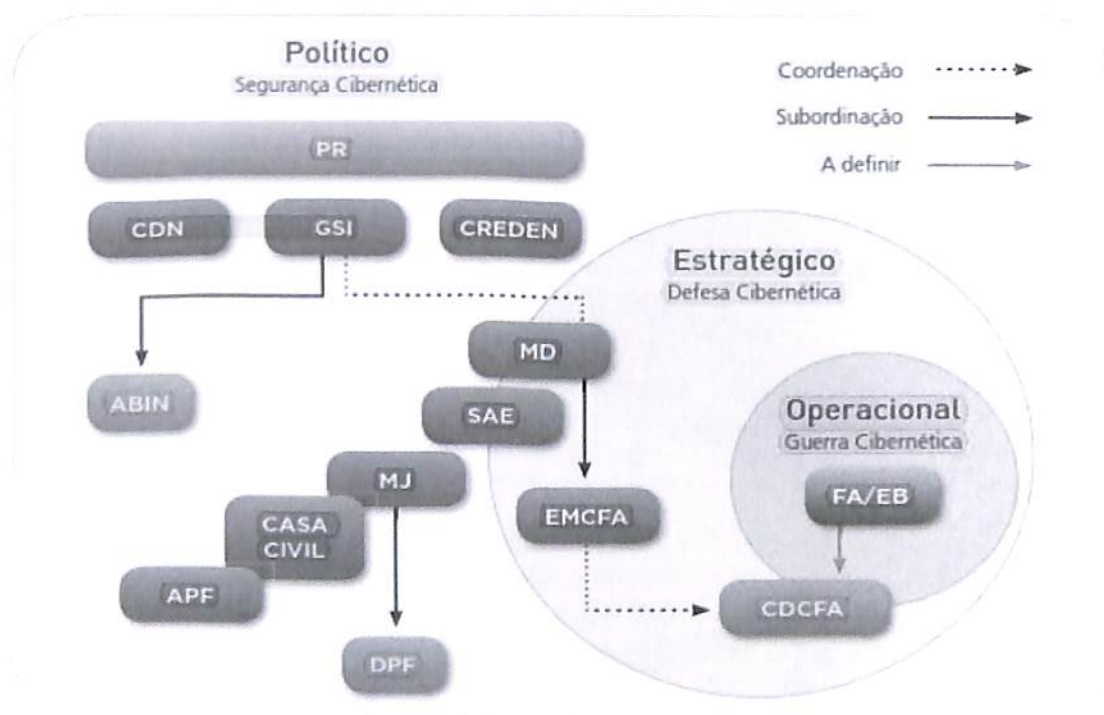


Figura 6 – Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Brasileiro

Fonte: FERREIRA NETO, 2013 apud BARROS; GOMES, 2011 p. 138

ção de medidas visando à potencialização da Defesa Cibernética Nacional. Nesse sentido, foram estabelecidas, dentre outras, as seguintes iniciativas: criação do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) na Estrutura Regimental do Comando do Exército, que contará, na forma da legislação, com o exercício de militares das três Forças Armadas, cabendo ao EMCEFA as atividades de coordenação nos casos de operações conjuntas, especificando-se, em atos próprios, os aspectos inerentes ao controle operacional; e a criação da Escola Nacional de Defesa Cibernética na Estrutura Regimental do Comando do Exército, que contará, na forma da legislação, com o exercício de militares das três Forças Armadas.

Das atribuições gerais e específicas apresentadas, somada a criação do ComDCiber, chegamos à conclusão de que, no caso da Defesa Cibernética, o Comando Operacional da Defesa Cibernética será coordenado pelo ComDCiber, apoiado pelos órgãos apresentados na **Figura 7**.

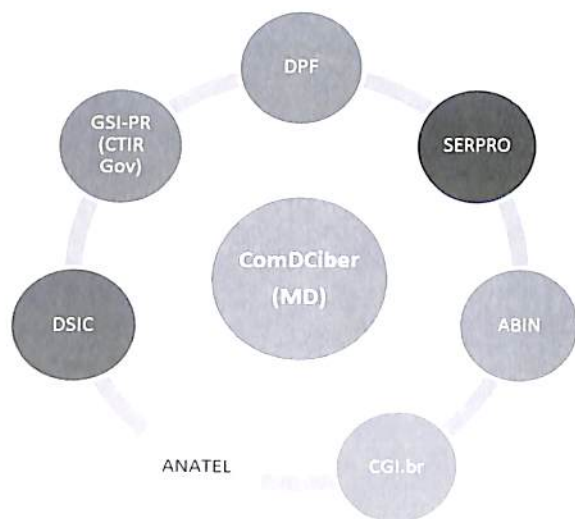


Figura 7 – Coordenação operacional da Defesa Cibernética

Fonte: elaborado a partir de BRASIL, 2013a, p. 32

Conclusão e recomendações

Este trabalho teve como objetivo principal destacar a importância da definição sobre a distribuição de competências da Defesa Cibernética, no âmbito das operações interagências.

Setor estratégico para a soberania de um Estado da estatura geopolítica do Brasil, a Defesa Cibernética encontra-se, atualmente, em pleno processo de consolidação, de modo que possa assegurar ao país que seus objetivos como nação soberana, em um panorama internacional cada vez mais complexo e difuso, possam ser conquistados.

Para atingir este objetivo, dividimos o trabalho em seções, que, após a análise durante sua construção, confirmaram a hipótese inicial formulada:

No Brasil, as atribuições e as competências dos órgãos que atuam nas operações interagências são distribuídas e obedecem à divisão entre os setores político, estratégico, operacional e tático.

Ainda, pelo estudo das experiências recentes, podemos afirmar que é possível haver essa distribuição e que esta vem funcionando com êxito, apesar de diagnosticadas oportunidades de melhoria.

O item *Operações interagências* apresentou um histórico e conceitos diversos sobre defesa cibernética. Nele, foi verificado que o tema é relevante, contemporâneo e necessário, e que vem sendo conduzido por meio das Forças Armadas, especificamente pelo Exército Brasileiro.

Além disso, identificamos, por meio do Projeto Nr 6 do Livro Branco de Defesa Nacional (Projeto sistema de proteção ciber-

nética – defesa cibernética), a importância que o Estado Brasileiro vem dando ao tema, incluindo o necessário aporte financeiro e, por conseguinte, orçamentário.

Ainda nessa fase, podemos perceber a importância da defesa cibernética no cenário atual, sobretudo em função da dependência das informações organizadas no ciberespaço para o desenvolvimento nacional. Verificamos também a marcante integração existente entre o EB e outras agências, sobretudo governamentais, visando ao desenvolvimento e ao fortalecimento do setor cibernético.

No tópico seguinte, o trabalho discorre sobre as operações interagências, que visam conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes, que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções. Assim, verificou-se a necessidade da conjugação de capacidades civis e militares com a finalidade de favorecer a solução de problemas. Abordamos tópicos descritos no Manual de Operações em Ambientes Interagências, editado em 2013, sobretudo os que tratam da coordenação em situações diversas.

Por último, identificamos as competências das diversas agências ligadas especificamente à defesa cibernética. Esse tipo de atividade, embora em ambiente diverso, somente é assegurado por meio da *unidade de comando*, o que favorece a unificação de esforços. Nessa parte, foram identificadas as atribuições gerais e as missões específicas dos diversos órgãos e agências que participam direta ou indiretamente na Defesa Cibernética. Para a elaboração desse quadro, foram

utilizadas como base as missões precípua das entidades e artigos de renomados autores da área.

No contexto da Defesa Cibernética, ficou evidenciado que o comando da operação será do MD, por meio do Comando de Defesa Cibernética. O ComDCiber coordenará todas as atividades de Defesa Cibernética e será apoiado por diversos órgãos governamentais, como o GSI-PR (CTIR Gov), DSIC, DPF, ANATEL, SERPRO, ABIN e CGI.br.

Dessa forma, a recente criação do ComDCiber, órgão central do Sistema Cibernético Brasileiro, está alinhado com o objetivo desse trabalho, que é a identificação da importância da distribuição de competências e atribuições no contexto da Defesa Cibernética. Esse órgão favorecerá sobremaneira a ordenação das operações interagências, por ser o grande administrador das agências em atividades de Defesa Cibernética.

Além disso, a criação do ComDCiber se alinha com os princípios de emprego da defesa cibernética, que são, em suma, para assegurar a unidade de esforços. Esses princípios são fundamentais nas operações interagências, em virtude da necessidade de coordenação e integração de órgãos que não operam em conjunto constantemente.

Ainda, em razão de as diversas agências e órgãos possuírem estrutura de segurança cibernética preestabelecidas para uma situação de normalidade, o ComDCiber vem buscando estabelecer a coordenação em situações especiais, em particular no caso de defesa cibernética, que é o foco deste trabalho, a fim de se evitarem a sobreposição de atribuições e o desperdício de tempo e de recursos orçamentários.

Ações estratégicas de médio e longo prazo, capitaneadas pelo Governo brasileiro, por meio do Exército, estão sendo colocadas em prática, sobretudo em função da crescente projeção brasileira no cenário internacional.

Um grande marco foi a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa, a qual define três setores estratégicos para a Defesa Nacional, sendo o cibernético um desses setores. Em função disso, o controle do espaço cibernético se tornou um objetivo estratégico do Estado brasileiro. Além disso, o momento é propício, pois a sociedade, academia e o meio político têm-se conscientizado, gradativamente, da importân-

cia dos assuntos relacionados à defesa para um país do porte do Brasil.

Por fim, concluímos que o controle do espaço cibernético é uma condição indispensável para o fortalecimento da soberania e para a concretização dos interesses do país no cenário político internacional, pois é a partir do ciberespaço que se aumenta a probabilidade de êxito nas operações realizadas nos espaços tradicionais. Da mesma forma, o controle dessa ferramenta proporciona, certamente, uma grande chance de sucesso nas evidenciadas hipóteses e visões — confirmadas ou não — sobre a guerra do futuro. ☺

Referências

ALVES, André Hiroshi Hayashi. **Características das Redes e Vínculos de Cooperação entre o Tribunal de Contas da União e Outras Organizações na área de Treinamento, Desenvolvimento e Educação**. 2009. Monografia (Especialização em Gestão da Educação Corporativa) – Universidade Gama Filho, Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, DF, 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.

ARAUJO, A. P. **O emprego das Forças Armadas em desastres naturais, com ênfase na coordenação interorganizacional**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro 2012.

BARBOSA, Sheila Cristina Tolentino. **Implementação de Programas Públicos Federais: Caráter da Coordenação Interorganizacional**. 2010. 190 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual Escolar de trabalhos acadêmicos na ECEME**. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas** (MD35-G-01); Brasília, DF, 2007.

BRASIL. GSIPR. DSIC. **Livro verde de segurança cibernética**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

- BRASIL, Ministério da Defesa. MD. **Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília, DF, 2012 a.
- BRASIL, Presidência da República. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Brasília, 2012 b.
- BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Análise de Operação Militar Executada em um Ambiente Interagências – OPERAÇÃO ITAJAÍ-AÇU**. Rio de Janeiro, RJ, 2012 c.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Operações em ambientes interagências**. 1. ed. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **Minuta da publicação “Doutrina Cibernética de Defesa”** Brasília, DF, 2013 a.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa Cibernética**, Brasília, DF, 2013 b.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **Doutrina Militar Terrestre**, 1. ed. Brasília, DF, 2014.
- BUZAN Barry. **People, States and Fear: an Agenda for Security Studies in the Post-Cold War Era**. Londres: Wheatsheaf, 1991.
- CARMO, Euzimar K. do. **O Sistema de Defesa Cibernético Brasileiro – uma proposta**. 2011. 135 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Especialização em Gestão de Segurança da Informação e Comunicação) – Instituto de Ciências Exatas, Universidade de Brasília. 2011.
- CARNEIRO, J. M. E **A Guerra Cibernética: uma proposta de elementos para formulação doutrinária no Exército Brasileiro**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro 2012.
- CARVALHO, Paulo S M. **O setor cibernético nas Forças Armadas Brasileiras**. Artigo publicado em Desafios estratégicos para a segurança e defesa cibernética, 1. Ed. Brasília 2011.
- CARVALHO, Paulo S M. **A defesa cibernética e as infraestruturas críticas nacionais**. Artigo publicado no X Ciclo de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, 2011 a.
- CARRION, Alexandre L M. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Segurança e defesa cibernética no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- CASEMIRO FILHO, M. **A Guerra cibernética: uma proposta de elementos para formulação doutrinária do Exército Brasileiro**. Tese de doutorado, Brasília, 2010.
- CLARKE, R. A.; KNAKE, R. **Cyber War – The Next Threat to National Security and What to do About it**. HarperCollins: New York, 2010.
- COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA. **As relações civis-militares no contexto interagências**. Washington, 2008.
- CORBARI; **Operações Interagências e a Coordenação Interorganizacional na Guerra do Afeganistão**. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

- CROPPER, S.; EBERS, M.; HUXHAM, C.; RING, P.S. **Introducing Inter-organizational Relations**. In: _____. (Eds.), *The oxford handbook of inter-organizational relations*. New York: Oxford University Press Inc. (p. 3-21), 2008a.
- CRUZ, Ricardo H. P. da. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **A defesa e segurança cibernética – Conceção de Emprego**. Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- EPSTEIN, Isaac. **Cibernética**. São Paulo: Ática. 1986.
- ESG, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico - Volume I Elementos Fundamentais**. Rio de Janeiro, 2014.
- FERREIRA NETO, Walfredo Bento. **Por uma Geopolítica Cibernética: apontamentos da Grande Estratégia brasileira para uma nova dimensão da guerra**. Niterói, RJ, 211f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos). Universidade Federal Fluminense, 2013.
- GONTIJO, José Geraldo Leandro. **Políticas Públicas para a Juventude: a atuação da Secretaria Nacional de Juventude durante o primeiro mandato do Governo Lula**. 2007. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, 2007.
- KIM, Joon Ho. **Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, 2004.
- JOHNSON, Robert A. “Como Prever a Guerra do Futuro”. In: **Military Review**, t. 70, n. 4, jul.-ago., 2015.
- MANDARINO, Jr Rafael. **Um estudo sobre a segurança e a defesa do espaço cibernético brasileiro**, Brasília, 2009.
- MARQUES, Adriana; MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a “defesa integral” e a “segurança democrática”**: uma análise de duas doutrinas militares no canto noroeste do subcontinente sul-americano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 5., Anais... Fortaleza: ABED, 2011.
- MIGUELETTTO, Danielle Costa Reis. **Organizações em Rede**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro 2001.
- NYE, Joseph S. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.
- POMPEU, Alessandro. **A estratégia nacional de defesa e o setor cibernético**, Brasília 2012.
- ROCHA, A. R.; **Análise de operação militar executada em um ambiente interagência – Operação Itajaí-Açu**, Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- SILVA, O. C. C. Universidade Católica de Brasília, **A segurança e as ameaças cibernéticas**, Brasília 2011.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. **Planejamento governamental e coordenação interorganizacional – um espaço para aplicação de organizações virtuais no setor público?** Caderno de Finanças Públicas, Brasília, n.8, p. 123-179, dez. 2007.

ZWICK, Elisa; BORBA, Érika Loureiro; TORRES, Kelly Aparecida. **Redes interorganizacionais na administração pública brasileira – formação e aspectos culturais.** In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Local. Anais... Resende, RJ: Associação Educacional. Dom Bosco, 2010, v. VII, p. 276-289.

NR: A adequação das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.



